

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EUGÊNIO PACCELI AREIAS DO PRADO

BRASÍLIA: CONSTRUÇÃO
MODERNIZANTE DA IMAGEM
DO PODER

VITÓRIA
2007

EUGÊNIO PACCELI AREIAS DO PRADO

BRASÍLIA: CONSTRUÇÃO
MODERNIZANTE DA IMAGEM
DO PODER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das relações políticas.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira - História - UFES.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Hermanny de Almeida - Arquitetura - UFES.

Vitória
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P896b Prado, Eugênio Pacceli Areias do, 1963-
Brasília : construção modernizante da imagem do poder / Eugênio
Pacceli Areias do Prado. – 2007.
163 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.

Co-Orientadora: Renata Hermann de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Manchete (Revista). 2. O Cruzeiro (Revista). 3. Nacionalismo. 4.
Modernismo. 5. Brasília (DF). I. Pereira, Valter Pires. II. Almeida, Renata
Hermann de. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

EUGÊNIO PACCELI AREIAS DO PRADO

**BRASÍLIA: CONSTRUÇÃO
MODERNIZANTE DA IMAGEM
DO PODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovado em ____ de _____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a Dr^a. Renata Hermanny de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Smazaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Percival Tirapeli
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Para Suemi, Júlia e Yan, que acompanharam e dividiram comigo o prazer e as dificuldades da elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a meus pais (in memoriam), por terem, no longínquo ano de 1959, se aventurado em uma jornada em direção ao Planalto Central, carregando a tiracolo seus quinze filhos. Ali eu nasceria em 1963 e, apesar da epopéia não ter sido exatamente um sucesso, quarenta anos depois me inspirou a estudar aquele período da História, procurando entender as idéias e os ideais que motivavam os brasileiros a agir naquele tempo.

Agradeço muito especialmente à minha esposa Suemi, pelos conselhos, ajuda efetiva e paciência, sem os quais esse trabalho não teria se realizado.

Ao orientador, Prof. Dr. Valter Pires, pela sua atenção e dedicação ao meu trabalho.

À co-orientadora Prof^a Dr^a Renata Hermann, pelo conjunto de sugetões, apoio e discussões.

Às instituições: Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da USP; Memorial JK, em Brasília; Biblioteca do Senado Federal; Biblioteca Central da UFES; Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Ao convênio FAPES/FUNCITEC, pela bolsa de estudos concedida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, professores e funcionários, pela oportunidade e condições oferecidas para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Tomando o período do governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, são trabalhados os temas, Brasília e o nacional-desenvolvimentismo, como parte de um processo modernizante das conjunturas social, política, cultural e econômica do Brasil. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico crítico sobre o nacionalismo, o modernismo, nacional-desenvolvimentismo, a história das idéias sobre a mudança da capital federal no Brasil e sobre os projetos das capitais no mundo e no Brasil antecedentes ao projeto de Brasília. Investigou-se a simbologia de poder expressa graficamente nos planos urbanos das capitais para se determinar similaridades e diferenças e as relações entre os contextos históricos, políticos e estéticos. As posições de duas mídias impressas semanais, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, foram investigadas através da análise das reportagens e fotografias sobre aqueles temas, buscando determinar seu possível engajamento na divulgação do discurso oficial. A partir da hipótese de Brasília ter simbolizado todo o projeto nacional-desenvolvimentista, investigou-se o papel das revistas no processo de formação de consenso social sobre a viabilidade de sua construção, visto que, em janeiro de 1958, apenas 21% dos brasileiros era favorável à mudança da Capital, passando para 74%, em março de 1960. Demonstrou-se que Brasília é o resultado de uma imbricação de três componentes: o pensamento nacionalista, a ideologia nacional-desenvolvimentista e a estética modernista. A interpretação de Brasília como apenas uma cidade modernista é um reducionismo, já que seu plano urbano reúne tradição e modernidade. Foi diagnosticado um claro engajamento da mídia impressa tanto na divulgação do projeto de Brasília e da ideologia nacional-desenvolvimentista, quanto no estabelecimento de uma simbologia própria daquele contexto sócioeconômico, político e cultural brasileiro.

Palavras-chave: Brasília. Nacional-desenvolvimentismo. Revista Manchete. O Cruzeiro. Fotografia. Modernismo.

ABSTRACT

Taking the period of Juscelino Kubtscheck government, from 1956 to 1961, the themes Brasília and national-development are worked on as part of the economic, cultural, politic and social modernizing process in Brazil. To accomplish this task a critical bibliographical survey is presented about nationalism, modernism, national-development, the history surrounding the ideas about Brazil's Federal Capital change and the projects of capitals in the world and in Brazil that were accomplished before Brasilia's project. The symbolization of the power graphically expressed in the capitals' urban plans was investigated to determine similarities and differences among them and the relations with historic-political-aesthetical contexts. The position of two weekly printed media, the magazines *O Cruzeiro* and *Manchete*, were investigated, though the analysis of the articles and the photographs about those themes, to determinate their possible engagement in the popularization of the official speech. Starting from the hypotheses that Brasília was the symbol for the whole national-development project, we investigated the role of those printed media in the process of shaping a social consensus about the building and changing of the capital, since just 21% of the population was pro-Brasilia in January, 1958 while this percentage rose to 74% in March, 1960. It is shown that Brasília is the result of the intertwining of those three components: the nationalistic thought, the national-development ideology and the modernist aesthetic. The interpretation of Brasilia as only a modernist city is an oversimplification since it unites tradition and modernism in its urban plan. There was a clearly engagement of the printed media both in the showing off of the Brasilia project and the National-development ideology as in the establishment of a specific symbolization for that Brazilian socio-economical and cultural situation.

Key words: Brasilia. National-development. Revista Manchete. O Cruzeiro. Photograph. Modernism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo 1

Figura 1 - Esboço de Le Corbusier para a sede do Ministério da Educação e Saúde.....	30
Figura 2 - Parque Guinle.....	33
Figura 3 - Proposta de Plano Piloto de Henrique E. Mindlin e Giancarlo Palanti.....	35
Figura 4 - Plano de Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo de Camargo.....	36
Figura 5 - Plano da construtora Construtécnica S/A. Autores: Milton C. Ghiraldini, Clóvis Felipe Olga, Nestor Lindenberg e Wilson M. Fina.....	36
Figura 6 - Plano de Rino Levi e Roberto Cerqueira César.....	37
Figura 7 - Plano dos irmãos Marcelo e Maurício Roberto.....	38
Figura 8 - Plano de Baruch Milman, João H. Rocha e Ney F. Gonçalves.....	39
Figura 9 - Plano Piloto de Brasília - Lúcio Costa.....	40
Gráfico 1 – Resultados alcançados pelo Plano e Metas.....	46

Capítulo 2

Figura 1 - Lúcio Costa - Plano Piloto de Brasília, com análise gráfica.....	58
Figura 2 - Madri – Expansão da cidade quando vila, em 1560, e como corte, até o ano de 1600, com análise gráfica.....	61
Figura 3 - André Le Nôtre – Projeto dos jardins do palácio de Versalhes, com análise gráfica.....	63
Figura 4 - Versalhes – 1680, com análise gráfica.....	64
Figura 5 - Pierre L'Enfant e Andrew Ellicott. Washington, com análise gráfica.....	69
Figura 6 - Mapa atual de Washington.....	69
Figura 7 - Georges Eugène Haussmann, Plano para Paris, 1851-1870. Plano indicando as novas ruas e os novos bairros de Paris.....	70
Figura 8 - Georges Eugène Haussmann, Plano para Paris – Áreas demolidas.....	71
Figura 9 - Plano de Canberra, com análise gráfica.....	75

Figura 10 - Le Corbusier, 1951- Plano para Chandrigarh.....	76
Figura 11 - Belo Horizonte-Trecho projetado por Aarão Reis.....	80
Figura 12 - Goiânia - Trecho projetado por Atílio Correia Lima.....	82

Capítulo 3

Figura 1 - Revista <i>Manchete</i> – Proposta neoclassicista para Brasília.....	102
---	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Capítulo 1

Fotografia 1 - Ministério da Educação e Saúde – Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e equipe - fachada norte e detalhes dos *Brise-soleil*.....31

Capítulo 2

Fotografia 1 - Charles Marville, fotógrafo; Louis Désiré Blanquart-Evrard, impressor, Paris, 1851-1855- A reforma de Paris.....73

Fotografia 2 - Le Corbusier -1951. Capitólio de Chandigarh.....77

Capítulo 3

Fotografia 1 - *O Cruzeiro*, 21/02/1959, p.32-3, “*JK Presidente alado*”98

Fotografia 2 - Revista *Manchete*, 26/05/1956, p.6-7, “*JK despacha nas nuvens*”103

Fotografia 3 - Revista *Manchete*, 30/03/1957, p.34 a 38 – “*O Brasil terá petróleo para dar e vender*”104

Fotografia 4 - Revista *Manchete*, 02/02/1957, p.60 a 65, “*O seu carro vem aí*”106

Fotografia 5 - Revista *Manchete*, 11/05/1957 – p. 8 a 10, “*Brasília, segunda primeira missa*”107

Fotografia 6 - Revista *Manchete*, 13/02/1960, p. 6 a 13, “*Caravana da Integração*”109

Fotografia 7 - Revista *Manchete*, 13/02/1960, p. 6 a 13, “*Caravana da Integração*”110

Fotografia 8 - Revista *Manchete*, 16/04/1960, p. 66 a 77, “*Todos os caminhos levam a Brasília*”111

Fotografia 9 - Revista *Manchete*, 13/02/1960, p.4, Juscelino Kubitschek e Adolpho Bloch em editorial.....112

Fotografia 10 - *O Cruzeiro*, 11/02/1956, p.106 a 108, “*JK em busca de riqueza para o Brasil*”125

Fotografia 11 - *O Cruzeiro*, 02/02/1957, p.74 a 79, “*JK de fevereiro a janeiro*”126

Fotografia 12 - *O Cruzeiro*, 18/05/1957, p.48-9, “*Brasília quer dizer amanhã*”128

Fotografia 13 - *O Cruzeiro*, 26/07/1958, p.59-60, “*Margot chega ao futuro*”130

Fotografia 14 - *O Cruzeiro*, 07/06/1958, p.110 a 115, “*Ensino em Minas: nota zero*”132

Fotografia 15 - *O Cruzeiro*, 11/10/1958, p.60 a 64, “*Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília*”133

Fotografia 16 - *O Cruzeiro*, 25/07/1959, p.84-5, “*O Rio quer mudar para Brasília*”134

Fotografia 17 - *O Cruzeiro*, 28/05/1960, p.134 a 145, “*Conheça Brasília por dentro*”136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média dos espaços ocupados pela fotografia nas matérias sobre JK, nacional-desenvolvimentismo e Brasília nas revistas <i>Manchete</i> e <i>O Cruzeiro</i> nos anos 1956 a 1960.....	97
Tabela 2 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no ano de 1956.....	113
Tabela 3 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no ano de 1957.....	113
Tabela 4 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no ano de 1958.....	114
Tabela 5 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no ano de 1959.....	114
Tabela 6 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no ano de 1960.....	115
Tabela 7 - Total geral das matérias positivas, negativas ou mistas na revista <i>Manchete</i> no período 1956 a 1960.....	115
Tabela 8 - Ocorrências da imagem de JK, de elementos simbólicos do nacional-desenvolvimentismo e de Brasília na revista <i>Manchete</i> no período de 1956 a 1960.....	117
Tabela 9 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no ano de 1956.....	138
Tabela 10 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no ano de 1957.....	139
Tabela 11 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no ano de 1958.....	139
Tabela 12 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no ano de 1959.....	140
Tabela 13 - Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no ano de 1960.....	140
Tabela 14 - Total geral das matérias positivas, negativas ou mistas na revista <i>O Cruzeiro</i> no período 1956 a 1960.....	141

Tabela 15 - Tabela 15 – Ocorrências da imagem de JK, de elementos simbólicos do nacional-desenvolvimentismo e de Brasília na revista <i>O Cruzeiro</i> no período de 1956 a 1960.....	142
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 -MODERNISMO, NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO, NACIONALISMO: BRASÍLIA.....	26
1.1 MODERNISMO.....	26
1.2 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO.....	42
1.2.1 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SÓCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA.....	44
1.2.2 - PLANEJAMENTO QUANTO ÀS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS ENCONTRADOS.....	44
1.2.3 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	45
1.3 NACIONALISMO.....	49
2 -TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.....	57
3 -BRASÍLIA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NAS REVISTAS <i>MANCHETE</i> E <i>O CRUZEIRO</i>	86
3.1 METODOLOGIA.....	91
3.2 O ESPAÇO FOTOGRÁFICO NAS REVISTAS <i>MANCHETE</i> E <i>O CRUZEIRO</i>	95
3.3 REVISTA <i>MANCHETE</i>	100
3.4 REVISTA <i>O CRUZEIRO</i>	121
CONCLUSÃO.....	146
BIBLIOGRAFIA.....	150
ANEXO A - RELAÇÃO DE REPORTAGENS - <i>MANCHETE</i>	156

Para lembrar os centenários de nascimento de Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa em 2002, muitos trabalhos acadêmicos¹ e artísticos foram lançados no Brasil no período, alguns deles para render-lhes homenagens, outros para repensar aquele momento de efervescência política e econômica da nossa História, concomitante ao período da construção de Brasília.

Tomando o período do Governo JK – 1956 a 1961 – procuramos identificar a concepção do projeto urbano de Brasília quanto sua simbologia de poder e seu nexos com o discurso político contemporâneo identificado com a ideologia nacional-desenvolvimentista. Esta, por sua vez, teria se aliado à estética Modernista, em termos da concepção do espaço urbano da nova capital, objetivando construir um outro imaginário de nação ligado, segundo o discurso oficial, ao desenvolvimento econômico pela industrialização, à interiorização desse desenvolvimento e à inserção do Brasil no rol das grandes potências mundiais.

Procuramos comprovar estas hipóteses através da análise dos discursos e/ou proposições dos vários atores que concorreram para o processo político-estético que viabilizou a construção da nova capital, assim como, quisemos investigar, como se deu o processo de divulgação e convencimento da opinião pública em relação à viabilidade e efetividade dos projetos nacional-desenvolvimentista e de Brasília. Para entendermos o processo, analisamos dois dos mais importantes veículos da mídia impressa nacional da época, as revistas “*Manchete*”² e “*O Cruzeiro*”³, na busca de determinar seu papel quanto à

¹ Em levantamento recente, identificamos 96 trabalhos editados entre os anos 2000 a 2006 relacionados à Brasília e aos personagens envolvidos na obra. Entre eles identificamos 80 livros, 10 dissertações de Mestrado e teses de Doutorado e também 6 artigos de periódicos. Deste total 39 trabalhos versavam sobre Brasília, sua história, aspectos sócio-político-econômicos, urbanismo e arquitetura; 16 eram sobre Lúcio Costa, sua vida, obra, concepções arquitetônicas e urbanísticas; 18 eram sobre Oscar Niemeyer, também enfocando sua vida e obra; e finalmente, 23 trabalhos eram sobre JK, sua trajetória política, sobre a conjuntura econômica e política do Brasil dos anos 50, sobre a concepção desenvolvimentista de seu governo e sobre o Plano de Metas.

² A revista *Manchete* era uma publicação da Editora Bloch S/A, de propriedade de Adolpho Bloch, amigo de Juscelino Kubitschek. Começou a circular em 1952, com diagramação moderna e atrativa, surgindo como alternativa à *O Cruzeiro*, então o maior semanário nacional.

Para ver mais: SANTOS, Pedro Augusto Gomes. *A Classe Média vai ao Paraíso: JK em Manchete*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

³ *O Cruzeiro* era uma publicação dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, o personagem mais importante da imprensa brasileira na primeira metade do século XX, sendo responsável pela implantação da televisão no

exposição do projeto governista em geral, bem como, quanto à divulgação do projeto Brasília, em particular.

Ao iniciarmos o estudo do fenômeno Brasília, a metáfora que melhor ilustrava o que sentimos é a da Esfinge com seu vaticínio: decifra-me ou te devoro. Pela multiplicidade de abordagens possíveis ao tema, que podem envolver concepções históricas, estéticas, filosóficas, políticas e geográficas, a sensação era de que quando estávamos prestes a fechar um conceito que nos oferecesse uma compreensão totalizante do evento, desafiadoramente ele nos escapava. Se esvanecia, pois olhando o fenômeno por outro ângulo encontrávamos o seu contrário, também plausível. Defrontamo-nos com um discurso com múltiplas significações, mesmo dentro de cada uma de suas dimensões constitutivas. Apesar disso, não desistimos de perseguir uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Ilustram a perplexidade sentida por nós as inúmeras analogias, feitas com relação à Brasília, durante ou mesmo após sua construção. Aos favoráveis à construção da nova capital brasileira parecia bastante interessante compara-la a Washington:

Como cidade que cumpre uma função bem determinada – uma função que bem cumpriu nos cento e cinquenta anos de sua história - que foi construída com um objetivo preciso e dentro de um plano predeterminado, Washington possui uma distinção e mesmo uma dignidade evidente que ninguém poderá negar. É por isso muito provável que venha a ser o grande modelo que procuramos emular [...] Na construção de nossa futura capital teremos sobre os americanos a vantagem de um território unificado, senhor de suas fronteiras definitivas [...] Teremos também a possibilidade de aproveitar todos os progressos da ciência e da técnica modernas, com os quais L'Enfant nunca poderia sonhar. E construiremos a nossa metrópole do planalto central quando um novo estilo arquitetônico – que constitui a expressão plástica primordial da civilização universalista do futuro – parece brotar em nosso solo com admirável pujança e originalidade. Que nossos governantes tenham a visão de um Washington e de um Jefferson, é tudo que agora precisamos esperar!⁴

Já os contrários à construção de Brasília preferiam sua comparação à Versalhes do absolutismo monárquico:

[...] os governos despóticos, os sombrios governos das minorias sempre se esconderam para governar, sempre fugiram do contato com o povo para não lhes sofrer o influxo, para não lhes receber a crítica atuante [...].
Por outro lado, também os governos gozadores, os governos orgíacos, os governos, digamos, dos precursores de boates que eram os dos Petit Trianon,

Brasil em 1949 através da criação da TV Tupi. *O Cruzeiro* começou a ser publicado em 1928 e no auge de sua história, na década de quarenta e início dos anos cinquenta, chegou a uma tiragem de 800.000 exemplares semanais.

⁴ Penna, 1958, p. 9-11 e 221-2, *apud* Vesentini, 1996, p.21.

também se escondiam na sua versalhesca sede administrativa para fugir ao povo e dizer aos que reclamavam pão que se alimentassem de brioches⁵.

Ou numa versão mais atual:

De fato, apesar das enormes diferenças entre a França de fins do século XVII e do século XVIII com o Brasil de desde o final da década de 1950, podem-se identificar aspectos genéricos em comum sob vários ângulos: o governar como atributo inerente de uma elite, que, portanto, não deve sujeitar-se às injunções da massa; o relativo isolamento (em especial após 1964, no caso de Brasília) dos governantes ou da corte na Capital, que constitui um “mundo à parte” com suas festas luxuosas, mordomias, corrupção, etc.; a arquitetura monumental e rigorosamente controlada (descontadas as diferenças entre o estilo Barroco e o Moderno) diferindo do “crescimento caótico” ou “espontâneo” da maioria das demais cidades [...]⁶.

Parece-nos, no entanto, que essas analogias tanto elogiosas quanto depreciativas tinham um caráter predominantemente ideológico⁷, escamoteando muitos aspectos do projeto, para ficar apenas com a parte que interessava, que melhor servia ou se amoldava, tanto às críticas quanto aos elogios, dependendo do grupo do qual partia o julgamento.

Ao mesmo tempo, numa época em que as lideranças políticas tinham sua atuação fortemente concentrada em áreas urbanas, em sua maior parte localizadas no litoral brasileiro, parece contraditório que quisessem usar Brasília como forma de isolamento no planalto, inevitavelmente se distanciando também de suas bases eleitorais, com um custo político, a curto e médio prazo, bastante incerto.

Para nós, numa perspectiva consonante com a de Pierre Bourdieu (1989, p.11) quando define os sistemas simbólicos em geral, no caso brasileiro, o sistema simbólico

⁵ Lacerda, Carlos. Discurso parlamentar. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, v. XXII, ago. 1957, p. 733 *apud* Moreira, 1998, p. 212-3.

⁶ Vesentini, 1996, p.23.

⁷ Na definição proposta por Mario Stoppino no Dicionário de Política, coordenado por Norberto Bobbio, ideologia tem dois significados: um fraco e um forte. O fraco designa um sistema de crenças políticas, um conjunto de idéias e valores usados por um determinado grupo com a finalidade de orientar comportamentos. Por outro lado, o significado forte é aquele que, a partir de Marx, refere-se à ideologia como uma distorção do conhecimento. E é neste sentido que a usamos acima, pois, tanto o grupo favorável quanto o grupo contrário ao projeto Brasília exploravam imagens exacerbadas e distorcidas da nova capital, atendendo mais a interesses particulares do que contribuindo para a discussão do projeto em si.

Para ver mais:

-Konder, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Neste trabalho o autor oferece um levantamento das discussões e definições de vários pensadores a cerca de ideologia. Entre eles Marx, Gramsci, Althusser, Lukács, Adorno e Horkheimer.

resultante do nacional-desenvolvimentismo cumpriu importante função de legitimação e consentimento em relação ao poder.

Durante o governo JK, o sistema simbólico, usado como instrumento estruturado e estruturante de comunicação, assumiu o poder de “*fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e o próprio mundo*” (Ibidem, p.14). Ao mesmo tempo, sua legitimidade foi conseguida pela construção da própria crença da legitimidade, ou seja, não foi identificada como arbitrária e, neste sentido, se tornou fundamental o papel desempenhado pela mídia impressa, ao conferir credibilidade ao programa nacional-desenvolvimentista quando divulgava semanalmente reportagens sobre as obras em andamento no período.

Propusemo-nos a identificar se existem no plano urbano de Brasília, elementos simbólicos relacionados ao poder oriundos das experiências urbanísticas anteriores e incorporados ao projeto. Ao mesmo tempo, investigamos se os elementos simbólicos próprios do período nacional-desenvolvimentista⁸ iriam configurar, durante o governo JK, um sistema simbólico de poder e de nação consonante com o discurso fundador⁹ da nova capital.

Abordaremos o discurso fundador de Brasília em relação às três vertentes que, consideramos, foram fundamentais para a conformação final do projeto:

- O nacional-desenvolvimentismo.
- O nacionalismo.

⁸ Para nós, esses elementos seriam: a indústria, produtos industrializados, estradas, carros, aviões, navios, pontes, ciência, hábitos de consumo, produtos culturais e concepções estéticas.

⁹ Por **discursos fundadores** entendemos o conjunto de idéias usadas para justificar a mudança e/ou construção de uma nova Capital. No caso de Brasília o discurso fundador teve pelo menos três vertentes: uma que via a nova Capital como uma imposição histórica, demandada desde a Inconfidência Mineira, passando pela Independência do país com José Bonifácio já escolhendo o nome Brasília para uma futura Capital interiorizada. Chegou até a República, onde, já na constituição de 1891, constava no artigo 3 o estabelecimento de uma área no Planalto Central, onde futuramente se instalaria a Capital Federal. (Moreira, 1998, p.25).

Outra vertente era política, representada pela figura de JK, que elegeu Brasília como símbolo de seu programa nacional-desenvolvimentista (o Plano de Metas). Para JK Brasília representava a ruptura com um passado de atraso econômico do Brasil em relação às outras nações e, ao mesmo tempo, seria o marco desbravador do oeste brasileiro, fazendo chegar até ali o desenvolvimento econômico integrando-o à nação. (Kubitschek, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1975).

Havia ainda o discurso dos projetistas que, no caso de Lúcio Costa, baseava-se, entre outras influências, nos princípios formulados por Le Corbusier na *Carta de Atenas*, ou seja, Brasília seria uma cidade voltada para o trabalho, para a circulação, para o cultivo da mente e do corpo e para o lazer. Lúcio Costa trabalhou com três escalas distintas em seu projeto urbanístico: “*Escala coletiva ou monumental, escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária.*” (Costa, 1995, p.283-302).

- O modernismo urbano-arquitetônico.

Na combinação desses três elementos identificamos a base do projeto ideológico, político, administrativo e estético que gerou a idéia de se efetivar a mudança da capital, assim como norteou seu projeto.

Para a Professora Mirian Limoeiro Cardoso (1978, p.85) a ideologia do desenvolvimento creditava o subdesenvolvimento brasileiro à pobreza, que por sua vez convivia com uma riqueza latente. Por conta disso o discurso de JK se concentrou na necessidade do desenvolvimento, na formulação de uma política que deflagrasse a aceleração do crescimento econômico. A prosperidade seria conseguida através da industrialização, que, para JK, deveria se concentrar, por parte do Estado, na indústria de base: siderurgia, metalurgia, produção de cimento e fertilizantes, mecânica pesada e a de química de base (Lafer, 2002). À iniciativa privada caberia a produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis como automóveis, eletrodomésticos, móveis, vestuário, etc.

Ancorado nas idéias do ISEB – *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*¹⁰, que contava em seus quadros com intelectuais de renome como Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Cândido Mendes, o governo JK formulou o programa nacional-desenvolvimentista, do qual o Plano de Metas tornou-se a síntese. Uma questão que destacamos aqui é que a ideologia nacional-desenvolvimentista trouxe à tona o debate econômico sob o viés do nacionalismo, principalmente na forma de questionamentos sobre quais meios de financiamento a nação lançaria mão para viabilizar seu desenvolvimento: poupança interna ou investimentos estrangeiros?

Hélio Jaguaribe (1958, p.11), discorrendo sobre a celeuma provocada pelas discussões sobre qual modelo de desenvolvimento o Brasil deveria seguir, diagnosticava:

¹⁰ O ISEB foi criado em 14/07/1955 com o Decreto 7.608 assinado pelo Presidente João Café Filho e extinto em 13/04/1964 pelo decreto 53.884, assinado por Paschoal Ranieri Mazzili, provisoriamente na Presidência após a deposição do Presidente João Goulart. O ISEB objetivava estruturar um pensamento autenticamente brasileiro. Para isso seria utilizado um projeto teórico-ideológico totalizante com contribuições da Sociologia, História, Política, Economia e Filosofia. A produção ideológica do ISEB não almejava um “puro exercício do pensar, abstrato”, queriam sim forjar uma ideologia exigida pela nação que iria conscientizá-la de seu subdesenvolvimento e mostrar o caminho para a superação deste estágio via desenvolvimento. (Toledo, 1978, p.17)

Para ver mais:

-Sodré, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986. Neste trabalho, Werneck Sodré narra sua trajetória dentro do ISEB, assim como as conjunturas políticas quando de sua criação, funcionamento e posterior extinção)

-Toledo, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

[...] o nacionalismo constitui a mais importante linha divisória de todos os debates que se travam no congresso, na imprensa e no próprio âmbito do governo e da administração. [...] As duas grandes posições políticas em que se divide a opinião pública brasileira, cortando transversalmente todas as estruturas sociais, são a do nacionalismo e a do entreguismo. [...] O nacionalismo brasileiro constitui uma ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições.

Jaguaribe caracterizou o nacionalismo brasileiro do período JK mais como negação de certas políticas do que pela afirmação de outras, levando-o a se confundir com reivindicações específicas. Tínhamos nacionalistas tanto na extrema direita, passadistas e fascistas, quanto na extrema esquerda, no PCB. Alguns defendendo a nacionalização da produção enquanto outros defendiam a iniciativa privada. (Ibidem,p.12)

Em relação ao ISEB a Professora Vânia Maria Losada Moreira (1998, p.138), conclui que:

[...] o papel do ISEB era viabilizar a tomada de consciência indispensável ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, por meio da formulação e da veiculação da “ideologia do desenvolvimento nacional”. Do ponto de vista isebiano o Brasil não era ainda uma nação, pois não se desenvolvia a partir de seus próprios interesses e necessidades, ou, para usarmos a categoria do instituto, não se desenvolvia sob o impulso de interesses “endógenos”. A característica central do processo histórico brasileiro, desde a fase colonial, residia, ao contrário, no seu atrelamento aos interesses e necessidades de outros países. Em outras palavras, a economia agrária voltou-se para o mercado externo, impedindo o desenvolvimento aut centrado do país em todos os sentidos, desde o econômico até o cultural.

Influenciado pelo diagnóstico do ISEB e pressionado pelo embate quanto ao modelo de desenvolvimento pretendido, para o governo JK, era imperativo tentar construir o consenso em torno de seu programa, dialogar com a sociedade e mais especificamente com a vertente nacionalista mais radical, oferecendo uma alternativa econômico-desenvolvimentista que apontasse para a unidade nacional, que valorizasse nossas riquezas naturais e apontasse um futuro sócioeconômico promissor à nação.

Naquele momento do diagnóstico político-estrutural, a estética modernista entrou na fórmula governista, com a responsabilidade de apontar “aquele futuro” e representar o grande salto desenvolvimentista pretendido pelos formuladores do governo JK e que seria, segundo o discurso oficial, simbolizado por Brasília.

Em relação, especificamente ao plano urbano da nova capital, para efeito deste trabalho, procedemos uma comparação objetiva entre os modelos urbanísticos do passado e

de Brasília, com o objetivo de identificar se existem no Plano Piloto elementos simbólicos de poder persistentes, herdados dos modelos anteriores.

Longe de querermos igualar conceitualmente coisas e épocas tão diferentes quanto Versalhes do absolutismo monárquico e Brasília do período de JK, procuramos fazer um mergulho no símbolo Brasília, destacando seus elementos constitutivos e suas especificidades, visualizando graficamente as persistências e as inovações. Isto, para traçar uma genealogia da idéia de construção de cidades capitais nas épocas Moderna e Contemporânea, como forma de identificar o desenvolvimento dos modelos urbanísticos e caracterizar os símbolos de poder implícitos em cada um deles.

Neste sentido, Versalhes e Washington irão aparecer em nossa análise, mas do ponto de vista do plano urbanístico, sua localização no território e configuração gráfica. Procuraremos identificar no desenho das cidades quais aspectos ou detalhes dos modelos persistiram e foram incorporados aos planos urbanos posteriores e, especificamente, ao projeto de Brasília.

Segundo Lúcio Costa (1995, p.282), para a concepção do Plano Piloto, recebeu influências as mais variadas, incluídos aí elementos urbanísticos de Paris, no eixo monumental; dos platôs circundantes dos palácios chineses, na terraplenagem do plano piloto; das auto-estradas e viadutos-modelo americanos, na malha viária sem cruzamentos; dos grandes gramados ingleses, no paisagismo; e até mesmo da luminosidade da cidade colonial mineira de Diamantina.

Portanto, a parte que nos interessa daqueles modelos urbanos das cidades capitais é a que concerne aos símbolos de poder: onde aparecem, em que formatos, suas dimensões material e simbólica e seus possíveis significados. Isto porque, percebemos que a linguagem imagética daquelas cidades capitais e de Brasília guardam alguns traços em comum, traços que remetem às formas de exercício do poder político, à organização da sociedade onde estão inseridas e mais do que isso, ao imaginário de nação que estas sociedades queriam construir ao se lançarem na empreitada de erigir uma nova capital.

É importante lembrarmos que, já em sua passagem como interventor em Belo Horizonte (1940-1945), JK imprimiu sua marca na administração municipal, não só pela abertura de novas avenidas, como também pela construção do novo bairro da Pampulha. Ali, a Igreja, a Casa de Bailes e o Cassino foram projetados por Oscar Niemeyer em linhas

inusitadamente modernistas para a época e lugar, o que os colocou no centro de extensas polêmicas com a oposição e Igreja mineiras. Portanto, a idéia de JK de unir a estética modernista com uma imagem de administração progressista e dinâmica já tinha um precedente (Simões, 2000, p.42 e 88). Sua administração municipal acabou por credenciá-lo a candidato ao governo de Minas Gerais nas eleições de 1950.

Vencida a eleição ao Governo estadual, JK fundamentou sua administração no binômio: *Energia e Transportes* (Ibidem, p.45), o que já deixava clara sua intenção de construir uma imagem política ligada ao desenvolvimento pela industrialização, motivo final das obras de infra-estrutura implementadas em seu governo estadual, tornando-se também trampolim para sua candidatura a Presidente da República na eleição seguinte.

Após a vitória eleitoral e a grave crise sucessória ao governo federal em 1955, com o golpe preventivo chefiado pelo General Lott em 11 de novembro, garantindo a posse de JK em janeiro de 1956, ficou claro haver fissuras profundas intra-grupos e entre os grupos políticos e militares. Além de um programa de governo estabelecido - o Plano de Metas - para JK era imperativo tentar criar o consenso em torno das diretrizes político-econômicas de seu programa. Se o equilíbrio político-militar era precário, a conquista do apoio popular era imperativa. Para isso JK precisou contar com uma grande base de comunicação de massa que veiculasse a ordem nacional-desenvolvimentista e com isso conseguisse a adesão almejada ao projeto.

Não desconhecendo a importância dos demais meios de comunicação como o rádio, a televisão, os jornais e os cine-jornais, escolhemos os dois veículos de mídia impressa mais importantes no período, voltados para a classe média urbana – as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* – e procuramos verificar as apropriações do discurso nacional-desenvolvimentista feitas por essas mídias naquele período. Lembremos que a televisão estava dando seus primeiros passos no Brasil naqueles anos, enquanto as revistas semanais, com circulação nacional, representavam um papel preponderante na informação e formação da opinião pública.

Discutimos, portanto, o papel exercido por essas revistas, apontando nas imagens relacionadas aos temas Brasília e nacional-desenvolvimentismo, os elementos utilizados na construção da dimensão simbólica, tanto da ideologia nacional-desenvolvimentista como da nova capital federal. Isto porque, longe de vermos as reportagens estampadas nas páginas

de *Manchete* e *O Cruzeiro* como simples matérias informativas do processo de desenvolvimento industrial e mudança da capital, queremos saber se houve um engajamento no próprio processo, se assumiram um papel de porta-vozes do governo JK em busca de legitimidade e adesão popular ao projeto governista. Questionamos se as imagens veiculadas tinham uma dimensão somente ilustrativa, ou serviam a um propósito afinado com intenções propagandísticas das ações do governo. Nessas imagens, tão importante quanto o que é mostrado, também o que não é mostrado é fundamental. Por que a escolha de determinados ângulos e enquadramentos e não outros? Como estão colocados os personagens nessas representações e que atmosfera sensorial é transmitida?

Neste momento, nosso trabalho versa prioritariamente sobre representação, simbologia e imaginário, onde a representação é a relação simbólica entre o signo e o que ele se refere. Neste sentido o signo pode assumir o lugar do representado pelo recurso do imaginário. Neste processo se dá a comunicação pela linguagem simbólica, estabelecida pela capacidade imaginária do simbolismo e pela função simbólica das imagens. Quando essa linguagem simbólica é reconhecida, assimilada e utilizada coletivamente, norteando práticas, sensações e desejos, podemos identificar a existência de um imaginário social (Capelati, Dutra, 2002, p.228-9).

Por outro lado, existe uma conjugação entre poder e representação, com o poder tendendo a se apropriar da faculdade da representação de si mesmo, produzindo sua própria representação, seja por linguagem ou imagem. Ao mesmo tempo, “*o dispositivo da representação produz seu próprio poder, produz-se como poder*” (Ibidem, p.229-30). Neste ponto, para nós, entraram as contribuições da mídia ao projeto político e simbólico formulado por JK: criar/influenciar/divulgar o imaginário social de nação e de poder, afinado com o discurso nacional-desenvolvimentista.

Ao procedermos à leitura das fotografias veiculadas por *Manchete* e *O Cruzeiro*, em busca de suas significações para além da semelhança com o real, tomamos a imagem como um signo, colocado na categoria de representação. Por sua vez, o signo compõe-se de três dimensões interdependentes: o ícone - que mantém uma relação de semelhança com o seu referente; o índice - onde há uma relação de contiguidade física com o que representa; e o símbolo - que representa as relações de convenção com o referente, ou seja, é estabelecido arbitrariamente. De uma forma geral, não existiriam signos puros, compostos só por um dos

elementos constitutivos descritos acima e sim, signos onde um desses elementos é dominante, determinando então a sua característica principal. A imagem, a partir da conjugação desses elementos, é vista como uma linguagem, portadora de uma mensagem visual e ferramenta de expressão e de comunicação (Joly, 1996, p.27-36-55). Uma imagem sempre será uma mensagem visual para um outro e sempre estará adaptada ao repertório cultural deste outro para que seja possível sua percepção/assimilação/compreensão. Determinar este outro, ou seja, para quem se destina a mensagem é uma necessidade fundamental para se chegar à função desta mensagem.

Para nós, nesse momento fecha-se um círculo, onde, o que começou com um determinado grupo chegando ao poder, mesmo que de forma minoritária (JK obteve 33,8% dos votos válidos na eleição de 1955), mas que, de posse de um determinado projeto de poder, passa a buscar a hegemonia do espaço político através do convencimento do “outro”, que, para nós, eram todos os que, nas interações político-sociais, de alguma forma legitimaram o projeto político nacional-desenvolvimentista. Este, só se tornou viável, por encontrar ressonância no imaginário de poder e expectativas de futuro presentes na nação brasileira. Ao mesmo tempo em que, muitas dessas expectativas foram gestadas e incutidas nesse “outro”, pelo próprio programa nacional-desenvolvimentista.

Capítulo 1

Modernismo, nacionalismo, nacional-desenvolvimentismo: Brasília

O conjunto de elementos que nomeia este capítulo, a nosso ver, foi decisivo e deu os contornos àqueles anos do governo JK e ao projeto Brasília. Se descartássemos qualquer um desses componentes constitutivos do conjunto, teríamos dificuldade para um entendimento totalizante, tanto do período histórico quanto da obra urbanística. Considerados isoladamente ou de maneira articulada, cada um desses componentes apresentou preponderâncias nas decisões políticas, econômicas, sociais e estéticas referentes ao projeto da nova capital.

O que seria o nacional-desenvolvimentismo de JK sem a composição estética urbano-arquitetônica, que lhe complementou a imagem de modernidade?

Que outras alternativas visuais e estéticas serviriam melhor, tanto à imagem do administrador dinâmico e progressista, quanto à imagem de um Brasil moderno e desenvolvido?

Procurando entender estas imbricações, passaremos a analisar cada um dos termos acima, buscando dimensionar sua exata medida e significados quando utilizados aqui.

1.1 – Modernismo

Deparamo-nos, a princípio, com um primeiro problema conceitual: na arquitetura e nas artes plásticas, usa-se o termo Moderno para nomear as concepções formuladas a partir da virada do século XIX para o século XX, enquanto, na dimensão Histórica, o termo refere-se a um intervalo do processo histórico, tal como História Moderna e História Contemporânea. Perante essas diferenças conceituais, destacamos que o termo modernismo é aqui aplicado em sua concepção estética, inaugurada a partir do início do século XX.

Jacques Le Goff (1994, p.179) nos oferece uma definição para modernismo: *“Termo que marca o endurecimento, pela passagem à doutrina, de tendências modernas até então difusas”*.

Le Goff, com isso, estabelece uma relação de continuidade do modernismo em relação ao moderno, ao mesmo tempo em que define aquele, como síntese ou como a cristalização de conceitos pré-existentes, mas que careciam de sistematização.

Por sua vez, a Idade Moderna ou modernidade estaria ligada às idéias de progresso e renovação por meio da ciência, da experimentação e da técnica, em oposição ao obscurantismo e misticismo medieval (Sampaio, 1977, p.58).

Já para Giddens (1991, p.11), a “*modernidade refere-se a um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência*”.

Como variante do termo modernidade temos modernização, como processo de atualização histórica. Está intrinsecamente ligada à ação, a um processo de transformação da realidade, das formas de pensar e também das condições técnicas de execução de tarefas.

Neste sentido, ao iniciarmos a análise do modernismo urbano-arquitetônico brasileiro, percebemos que ele se concretizou e se desenvolveu sob a influência de inúmeros fatores pertinentes à época, compreendida entre os anos de 1920 a 1960, coincidentes com as tentativas de inserir o país, de fato, na modernidade. Foram fatores determinantes:

1-A disposição política para promover a modernização do país, evidenciada pelas políticas (ainda tímidas) de substituição das importações pelo incremento de um parque industrial concentrado principalmente em São Paulo no início do século XX.

2-A disponibilidade de meios técnicos que oferecessem solução aos problemas construtivos inerentes à estética arquitetural modernista, caracterizada pela funcionalidade e limpeza de linhas.

3-As influências ideológicas socialistas, concomitantes com a Revolução Russa que, entre outras coisas, preconizavam uma nova organização do espaço urbano e, conseqüentemente, alterações substanciais na interação deste espaço com o homem. Exemplo prático da influência ideológica na arquitetura modernista é a construção dos edifícios sobre *pilotis*, com o intuito de socializar o espaço

compreendido pelo terreno sob ele, ou seja, tornar público o uso de um espaço que, de outra forma, seria de uso privado.

4-A emergência do pensamento racionalista e planificador em relação às estruturas sócioeconômicas dos países latino-americanos, evidenciada pela criação da CEPAL (*Comissão Econômica para a América Latina e Caribe*), pela ONU em 1948, com sede em Santiago, no Chile. E, internamente, pela criação da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* em 1950; do BNDE (*Banco Nacional de Desenvolvimento*) e também pela criação do ISEB (*Instituto Superior de Estudos Brasileiros*) em 1955 (Santos, 2002, pp.27-8).

Por seu lado, o modernismo urbano-arquitetônico brasileiro guarda importantes diferenças em relação àquele modernismo da *Semana de Arte Moderna* de 1922. A maior diferença é a internacionalização das concepções estéticas urbano-arquitetônicas promovidas no Brasil, simultaneamente ao que ocorria na Europa. Essas concepções romperam com a tradição neoclássica, vigente desde fins do século XVIII, rompendo também, no Brasil, com a estética neocolonial, aderindo à estética funcionalista.

Este internacionalismo é diagnosticado pela professora Aracy Amaral (1977, pp.52-3) já nas construções de residências em estilo Art-nouveau¹¹ do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, ele está relacionado a um pensar moderno que se traduziu em uma busca de novos comportamentos e novas aspirações para uma sociedade que se queria progressista.

Neste sentido, Belo Horizonte (1893), Goiânia (1932) e Brasília (1960) seriam, em diferentes ocasiões, exemplos de mentalidades modernizantes, dos quais trataremos no próximo capítulo.

¹¹ A Art-nouveau, enfatizando o fazer artesanal em todas as etapas do desenvolvimento e fabricação de produtos (dos talheres, móveis e artefatos decorativos até toda uma casa), se contrapunha objetivamente ao fazer industrial e à produção em massa. Inspirados pelas idéias de Willian Morris, arquiteto e Designer inglês, muitos adeptos da “Arte Nova” almejavam (...) “*libertar o homem da escravidão industrial*” (Araújo, 1977, p.71).

Já Lúcio Costa (1995, p.115), em seu texto “*Razões da nova arquitetura*”¹², faz uma crítica a esta interpretação do internacionalismo como fenômeno recente e eminentemente modernista na arquitetura brasileira e mundial:

Nada se pode, com efeito, imaginar de tão *absolutamente internacional* como esta estranha maçonaria que – “supersticiosamente” – de Viena a Washington, de Paris a Londres ou Buenos Aires -, com insistência desconcertante, repetiu, até ontem, as mesmas colunatas, os mesmos frontões, e as mesmas cúpulas, indefectíveis.

Assim, o internacionalismo da nova arquitetura nada tem de excepcional, nem de particularmente *judaico* – [...] – apenas respeita um costume secularmente estabelecido. É mesmo neste ponto, rigorosamente *tradicional*. (grifos do autor)

De fato, muito da produção artística brasileira daquela época ecoou idéias e concepções desenvolvidas justamente pela vanguarda francesa do início do século XX. O que estava em xeque para os modernistas não era exatamente a origem de determinadas concepções estéticas, mas sim, o caráter retrógrado ou estagnado que elas pudessem representar.

O modernismo inaugurou um fazer estético com concepções internacionais, ao mesmo tempo em que enfatizava uma temática nacional. E isto aconteceu não só nas artes plásticas, com as influências recebidas por Tarcila do Amaral, Anita Malfati, Portinari e outros, do Cubismo, do Fauvismo e do Expressionismo, como também na arquitetura. Neste caso, um nome foi de extrema importância às novas formulações dos arquitetos modernistas brasileiros, principalmente em relação a Lúcio Costa: Le Corbusier.

Na visita que fez ao Rio de Janeiro em 1935, após Lúcio Costa recorrer pessoalmente ao Presidente Getúlio Vargas para que este permitisse sua colaboração no projeto da nova sede do Ministério da Educação e Saúde, Le Corbusier não se ateu apenas aos planos para este edifício. Proferiu palestras e esboçou também o plano para a futura cidade universitária da Universidade do Brasil, embora não tenha sido levado a efeito. (Costa, 1995, p.135)

Em relação a prédios públicos, esse período marcou o início da história do modernismo urbano-arquitetônico brasileiro, com a contratação, em 1936, do escritório de

¹² Trabalho realizado por Lúcio Costa em 1934 como proposta de programa para um curso de pós-graduação na Universidade do Distrito Federal “*criada por Anísio Teixeira, com a participação de Mário de Andrade, Gilberto Freire, Prudente de Moraes Neto, Sergio Buarque de Holanda, Portinari, Celso Antônio e outros*”. (Costa, 1995, p. 108)

Lúcio Costa para a elaboração do projeto do prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Aquele seria o primeiro edifício público em linhas absolutamente modernistas do Brasil, e nele já se notava a forte influência dos postulados dos CIAM(s) – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizados anualmente na Europa, a partir de 1928.

No projeto da sede do Ministério, sobre um risco original de Le Corbusier (Figura 1), Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, então seu funcionário no escritório de arquitetura, redefiniram as linhas imaginadas pelo arquiteto francês, concebendo um edifício em linhas verticais.

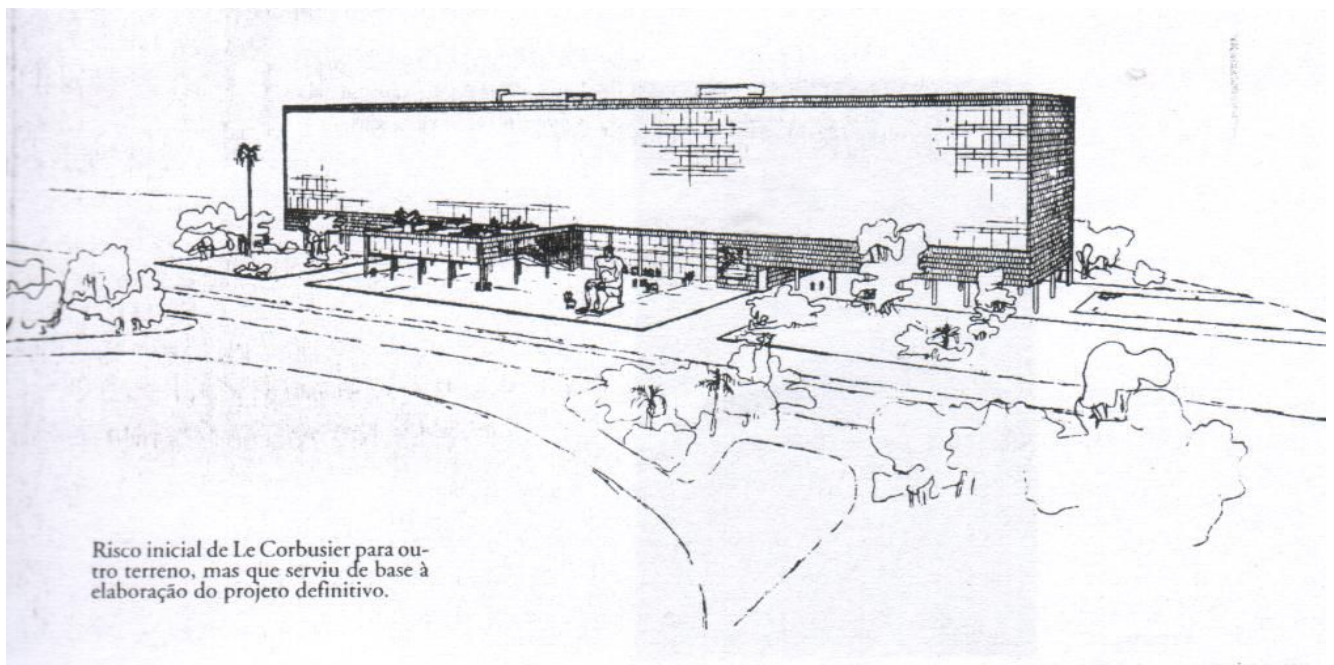
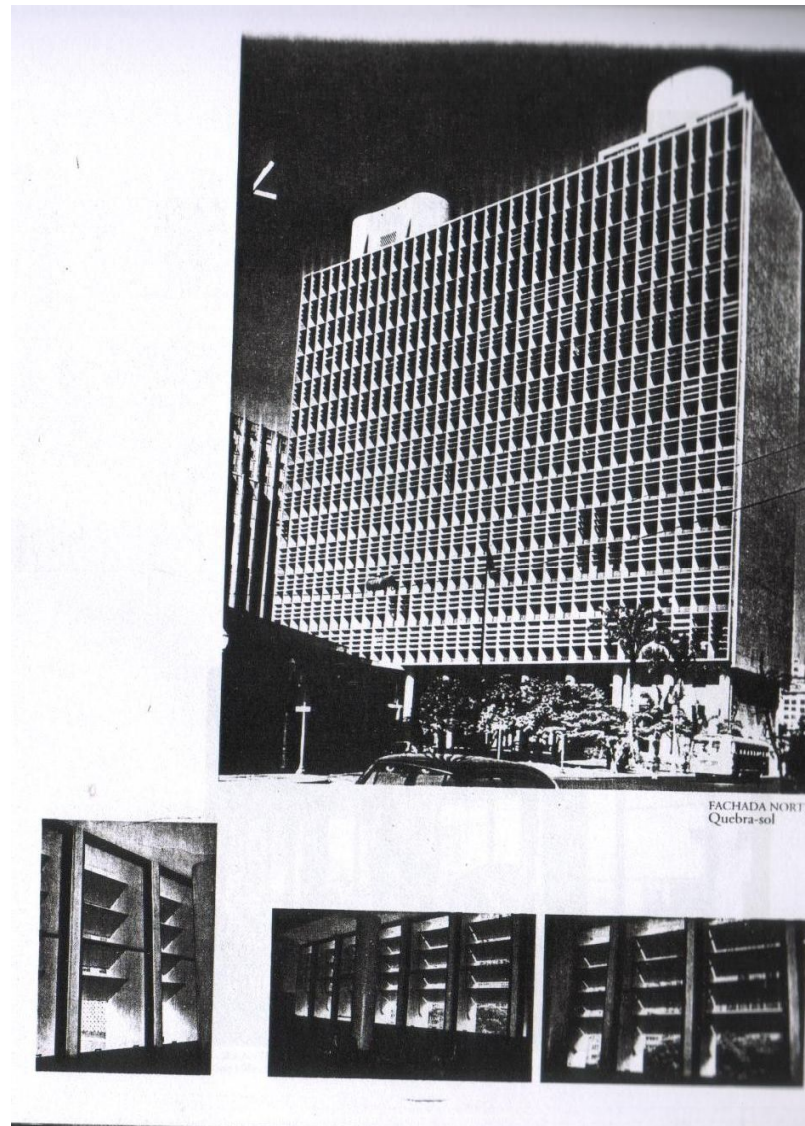


Fig.1-Esboço de Le Corbusier para a sede do Ministério da Educação e Saúde. (apud Costa, 1995, p.122)

Le Corbusier havia imaginado uma construção mais horizontal em um terreno alongado à beira mar. O Ministério vetou o terreno imaginado, mas disponibilizou outro, com dimensões diferentes, onde foi erguido o edifício reformulado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e equipe¹³. Manteve-se a concepção do edifício sobre pilotis, uma absoluta inovação para os padrões da arquitetura brasileira naquele momento. Sua fachada sul é totalmente envidraçada, enquanto a fachada norte é dominada pelos “*brise-soleil*”, uma

¹³ Participaram também do projeto os arquitetos Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e Ernany Vasconcelos. (Costa, 1995, p.136)

invenção de Le Corbusier, que procura otimizar a ventilação ao mesmo tempo que possibilita o controle da entrada de luz solar. (Fotografia 1)



Fotografia 1 - Ministério da Educação e Saúde – Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e equipe - fachada norte e detalhes dos *Brise-soleil*. (Apud Costa, 1995, p.127)

Por outro lado, a aparente aceitação tácita das concepções modernistas como alternativa estética urbano-arquitetônica no Brasil, para alguns críticos (Sampaio, 1977, p.64; Araújo, 1977, p.72-3) se deveu a nossa posição periférica em relação ao que ocorria de fato nos pólos geradores daquelas idéias. Segundo esses autores, mesmo nos CIAM, não havia qualquer consenso quanto à validade de determinados conceitos e, principalmente, sobre a possibilidade de uma generalização dos mesmos para diferentes realidades. Para

eles, no Brasil, chegou apenas a propaganda¹⁴ do modernismo, ideologizada e ufanista, bastante distante do panorama da arquitetura e urbanismo internacionais.

Apesar disto, ou talvez até mesmo por causa de nossa posição periférica, sem um vínculo estreito com as fontes geradoras das idéias, a produção arquitetônica modernista brasileira assumiu um caráter personalista, ou seja, autoral nas suas concepções, com forte apelo para soluções plasticamente inovadoras, principalmente pela figura de Oscar Niemeyer, se firmando nos cenários nacional e internacional, tornando o Brasil um importante pólo criativo. O que enseja pensarmos que não se tratou exatamente de uma aceitação tácita, mas sim de uma assimilação e transmutação do que foi assimilado, justificando por isso a projeção mundial conseguida à época por aqueles projetos e personalidades.

Após a sede do Ministério da Educação e Saúde vieram: com parceria entre Lúcio Costa e Niemeyer, o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York, em 1939; com autoria de Niemeyer, em 1940, o Grande Hotel de Ouro Preto e, em 1942, o Parque da Pampulha em Belo Horizonte,.

Em 1940, no Rio de Janeiro, Lúcio Costa já havia projetado o residencial Parque Guinle (Figura 2), considerado, por ele próprio, como fonte de inspiração para a concepção das Super-Quadras residenciais de Brasília (Costa, 1995, p.206).

Lúcio Costa (Ibidem, p.212) define o Parque Guinle como o primeiro conjunto residencial construído no Brasil, destinado à alta burguesia. Ali, já aparece o conceito de adensamento das unidades de habitação em uma parte do terreno (conceito modernista),

¹⁴ São considerados por estes autores como propaganda Modernista os livros:

-*Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*, de Nikolaus Pevsner, editado em 1936, onde o autor estabelece uma continuidade equivocada entre os trabalhos de ambos. Isto porque, se Morris era contrário à produção em massa e priorizava o fazer manual e design exclusivo, Gropius já dependia sistematicamente de materiais industrializados e da capacidade de replicação destes. (Araújo, 1977, p.72-75)

-*Espaço, tempo e arquitetura*, de Sigfrid Giedion, 1940. Neste livro é feita uma apologia das construções em aço e concreto armado como sinônimos da era da máquina, da mecanização e da modernidade. (Ibidem)

-*O Estilo Internacional*, de Hitchcock e Johnson, publicado a partir de uma exposição de fotografias realizada no MoMa (Museu de Arte Moderna de Nova York) em 1932. As fotografias tinham como tema inúmeras obras da arquitetura moderna realizadas em diferentes países, mas já na escolha das obras que fariam parte da exposição foram excluídas as que, mesmo modernistas, não atendessem a determinados critérios estabelecidos pelo museu. Com isso, a exposição e posteriormente o livro, passaram uma falsa idéia de unidade e consenso estético entre os diferentes locais e mesmo entre os profissionais. (Ibidem)

-A divulgação por Le Corbusier da *Carta de Atenas* em 1933, que, teoricamente, seria resultado das deliberações do IV CIAM, mas que constatou-se depois, tinha muito de seu próprio punho. Além disso, Le Corbusier excluiu do texto todas as manifestações discordantes dos princípios defendidos ali e que haviam aparecido nas plenárias. (Ibidem)

liberando o restante para áreas verdes e lazer. Os edifícios estão sobre pilotis onde, ainda segundo Costa, pela primeira vez se conseguiu deixar o pavimento térreo totalmente vazado. Houve a delimitação dos edifícios em sete pavimentos, o que os deixa muito parecidos com alguns dos blocos residenciais de Brasília. E ainda com uma particularidade:

...o propósito de fazer reviver, nas plantas dos apartamentos, uma característica da casa brasileira tradicional: as duas varandas, a social e a caseira – dois espaços, um à frente, para receber, outro aos fundos, ligado à sala de jantar, aos quartos e ao serviço (Ibidem)

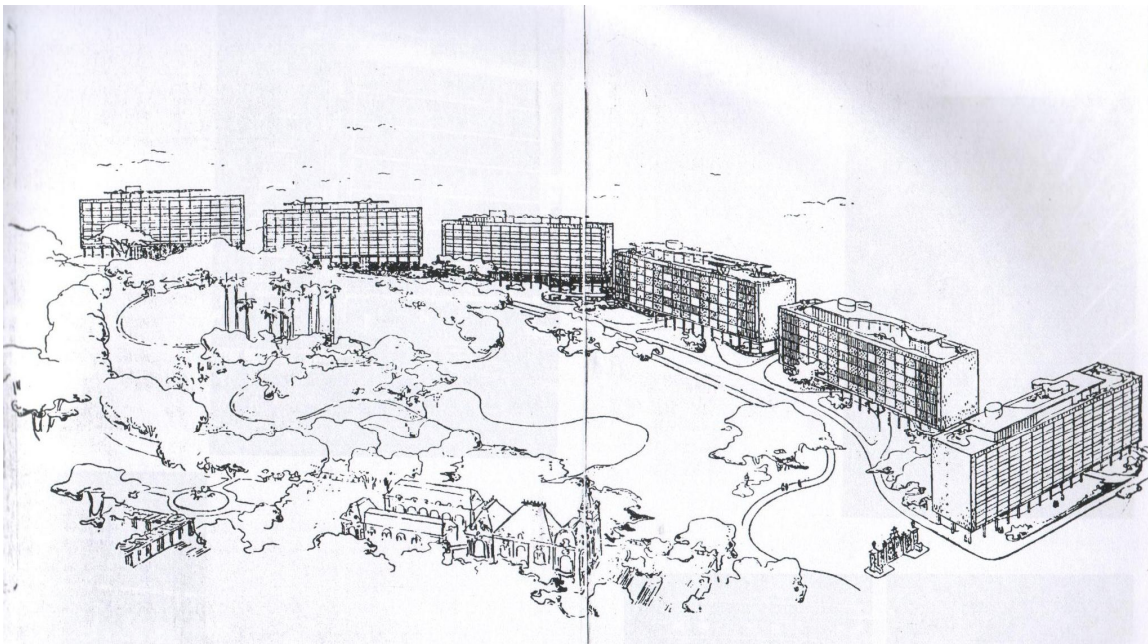


Fig.2 – Lúcio Costa - Parque Guinle (*apud* Costa, 1995, pp.206-7)

No ambiente político-cultural da segunda metade dos anos 1950, com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, já nos primeiros meses de seu governo, foi dado o primeiro passo para se efetivar o projeto de transferência da capital federal para o Planalto Central. Em 19 de setembro de 1956, foi sancionada a lei que criou a NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Já no dia seguinte, foi publicado no Diário Oficial da União o edital do *Concurso Nacional do Plano Piloto de Brasília* (Carpintero, 1998, p. 61).

Apresentados até o dia 11 de março de 1957, os 26 projetos inscritos foram julgados por uma banca examinadora composta por: Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP e da banca; Oscar Niemeyer, diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP; Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de

Engenharia; Paulo Antunes Ribeiro, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, bem como Sir William Holford (Inglaterra), André Sive (França) e Stamo Papadaki (Estados Unidos), arquitetos estrangeiros convidados para o evento. (Braga, 1999, p.45)

Como o edital¹⁵ não fazia grandes exigências quanto ao detalhamento dos projetos, a banca julgadora terminou por definir o concurso como uma concorrência de “*idéias e não de detalhes*” (Ibidem, p.47).

Para Carpintero (1998, pp. 65-6), não são as poucas exigências do edital que chamam a atenção, mas sim suas omissões. Ele destaca pelo menos duas que, a seu ver, afetaram diretamente as propostas apresentadas:

- 1- A falta de estimativa da quantidade de habitantes que o Plano Piloto abrigaria, sobre a qual seriam calculadas as densidades populacionais e os serviços necessários para atendê-las;
- 2- A omissão quanto à concepção organizacional do governo, implicando na falta de estimativas sobre as repartições públicas que seriam alocadas em cada local e sobre quantos funcionários deveriam abrigar.

Além dessas omissões, havia outra também fundamental: o edital dizia “*que a construção dos edifícios extrapolava a abrangência do concurso e esta seria objeto de deliberações posteriores*”. (grifo nosso) De fato, sabe-se que toda a parte arquitetônica já estava de antemão conferida por JK a Oscar Niemeyer, que, mesmo antes do resultado do concurso para o Plano Piloto já trabalhava nos projetos. Comprovam este fato as declarações do próprio JK (1975, p.76) ao discorrer sobre as comemorações de seu primeiro ano de governo:

E, de fato, tudo ali se desenvolvia a contento. *O palácio presidencial e o hotel de turismo já mostravam as colunas de cimento armado*. Cerca de 80 quilômetros de estradas haviam sido abertas no cerrado, e por elas transitavam, dia e noite, caminhões carregados de material. (grifos nossos)

Nesta declaração, JK se refere ao dia em que foi rezada a primeira missa em Brasília (03/05/1957), portanto, 46 dias após a divulgação do resultado do concurso. Tempo por demais exíguo para se conceber o projeto, terraplenagem, alicerces e tudo o mais

¹⁵ O edital, em termos gerais, exigia que as propostas para o Plano Piloto contivessem o “traçado básico da cidade, indicando os principais elementos da estrutura urbana, a localização e a interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição de espaços livres e vias de comunicação”, [...] além de um “relatório justificativo” (apud Carpintero, 1998, p. 62)

envolvido na construção do Palácio da Alvorada, que já naquela data, segundo JK, apresentava suas primeiras colunas erguidas.

A adesão de novos profissionais às concepções urbano-arquitetônicas modernistas se refletiu nos trabalhos inscritos no concurso para o Plano Piloto, como podemos perceber pelos trabalhos premiados, apresentados a seguir. Todos os trabalhos, além da planta básica da cidade, foram acompanhados de um memorial descritivo do projeto e estudos relativos ao local, assim como de explicações quanto à localização de cada setor ou função de cada parte da cidade.

Em quarto lugar no concurso, foram reunidos e premiados três projetos inscritos: o de autoria de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti (Figura 3); o de Carlos Cascaldi, e João Vilanova Artigas (Figura 4); e o de autoria da construtora Construtécnica (Figura 5), exemplificados abaixo:

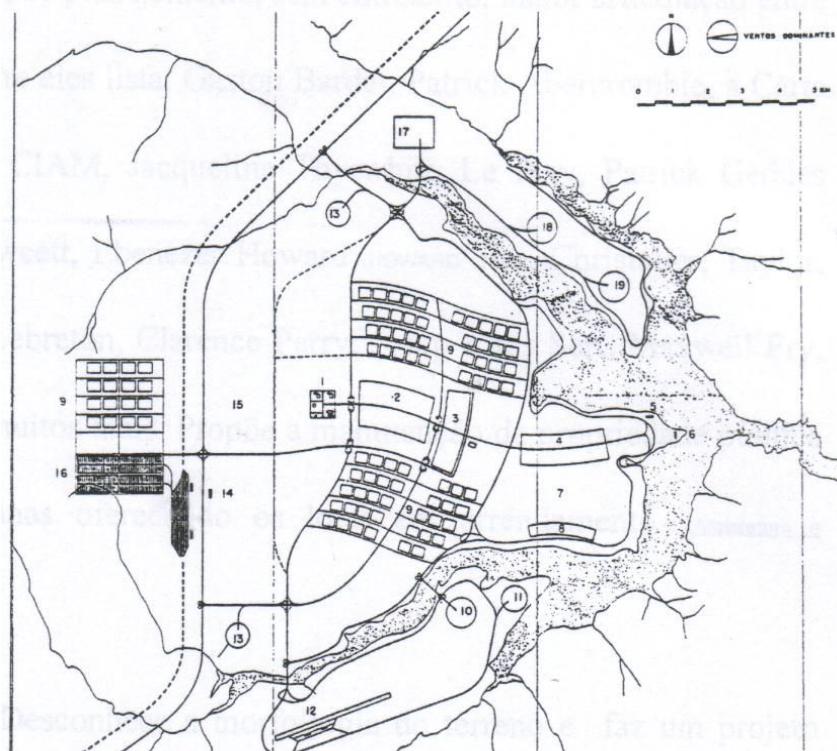


Fig.3 – Plano de Henrique E. Mindlin e Giancarlo Palanti (*apud* Carpintero, 1998, p.107)

Em relação ao projeto acima, a banca examinadora fez as seguintes considerações, entre outras:

-As unidades de habitação ficariam disformes na prática, e não se acomodariam muito bem no local; mas o sistema viário é bastante simples.

-A disposição arquitetônica detalhada dos Ministérios, assim como as embaixadas dando para a artéria central, não são tão interessantes como em outros projetos. (apud Braga, 1999,p.112)

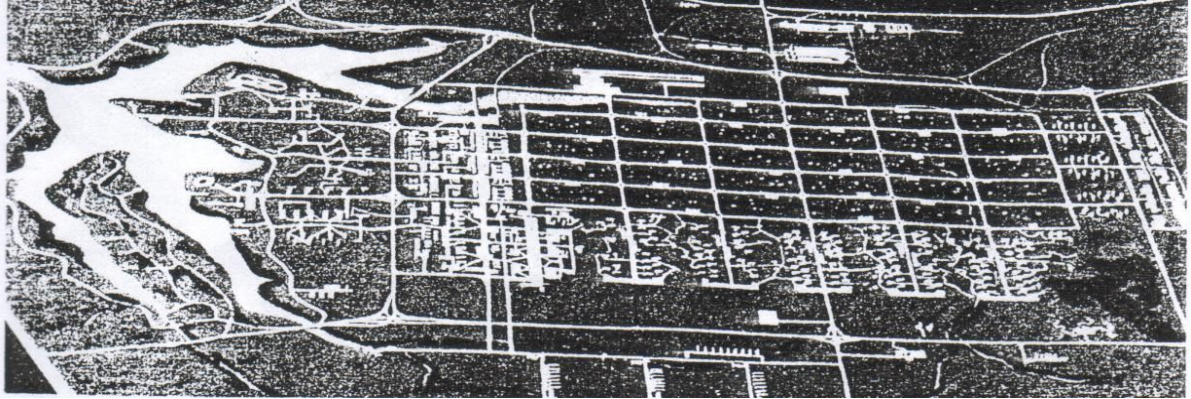


Fig.4- Plano de Vila Nova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo de Camargo (apud Braga, 1999, p.114)

Já em relação ao plano de Artigas, Cascaldi e Camargo (Figura 4), a banca fez outras críticas:

- Zonas residenciais demasiado uniformes.
- Má circulação das residências para a sede do governo.
- Onde estão as embaixadas e consulados? (Ibidem, p. 127)

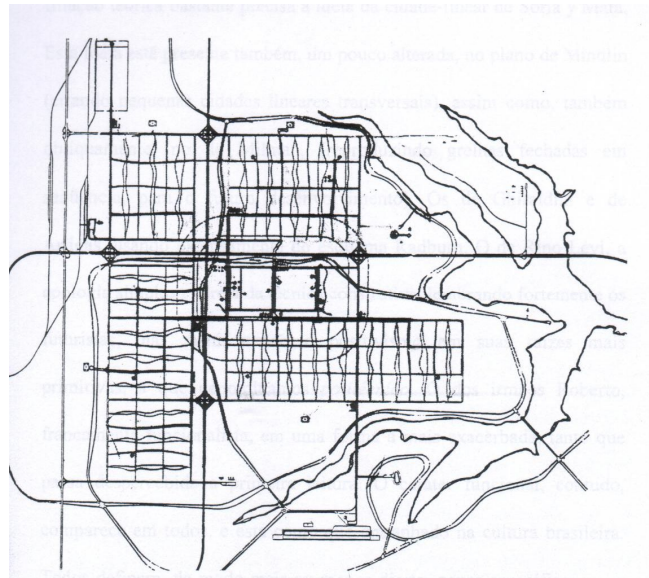


Fig.5 – Plano da construtora Construtécnica S/A. Autores: Milton C. Ghiraldini, Clóvis Felipe Olga, Nestor Lindenberg e Wilson M. Fina (apud Carpintero, 1998, p.109)

O plano da Construtécnica S/A (Figura 5), recebeu o seguinte julgamento:

- Não tem caráter de uma capital.
- Enorme extensão de estradas além da trama central; difíceis, porém, as ligações cruzadas no centro.
- Simplificação exagerada das zonas, sendo três centrais e as restantes todas do mesmo tipo de baixa densidade de habitação. (Ibidem, p. 139)

Em terceiro lugar, foram reunidos e premiados, dois outros projetos: o de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L.R. Carvalho Franco (Figura 6); e o plano dos irmãos arquitetos Marcelo e Maurício Roberto (Figura 7).

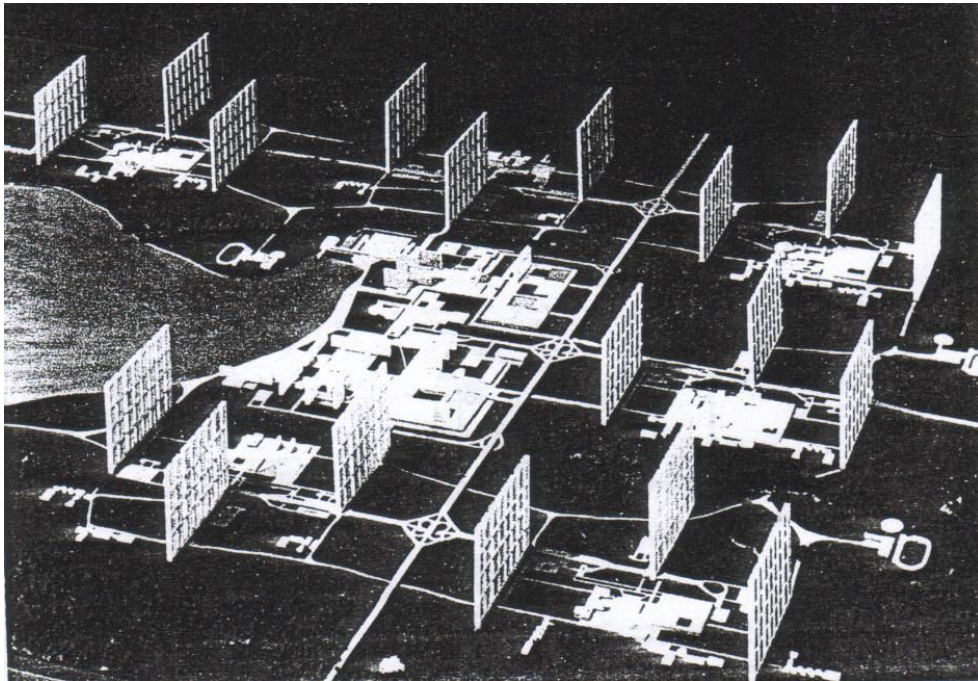


Fig. 6 – Plano de Rino Levi e Roberto Cerqueira César (*apud* Braga, 1999, p.87)

Quanto ao projeto acima, há algumas particularidades que destacamos. Essas torres que vemos na maquete teriam nada menos que trezentos metros de altura e abrigariam 16.000 pessoas cada, segundo o cálculo dos projetistas. Foram chamadas por eles de “*superblocs*”. Esse ponto foi considerado um problema pelos jurados, que deram o seguinte veredicto:

- Altura desnecessária; resistência aos ventos; troca de elevadores; concentração desaconselhável.
- Pistas de alta velocidade através dos edifícios.
- Do ponto de vista plástico, são os edifícios residenciais que dão feição à capital, não os edifícios governamentais. (Ibidem, p. 85)

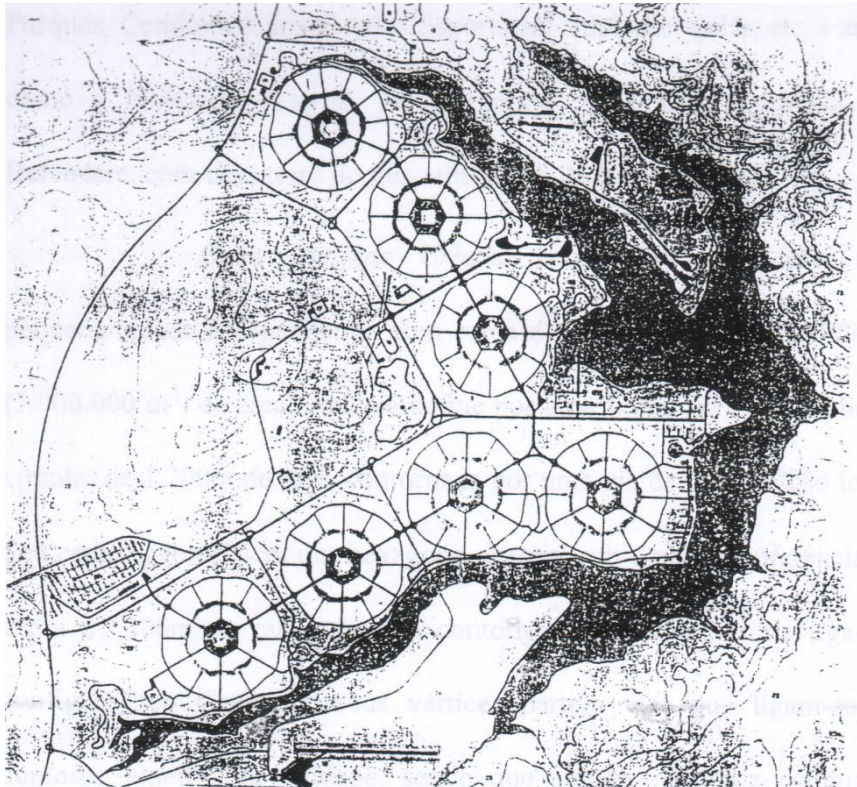


Fig.7 - Plano dos irmãos Marcelo e Maurício Roberto (*apud* Carpintero, 1998, p.92)

O plano dos irmãos Roberto mereceu alguns elogios, mas teve o mesmo fim dos concorrentes anteriores. Para a banca examinadora:

- O estudo para a utilização da terra é o melhor e mais completo de todo o concurso.
- Embora seja um plano para a “*cidade do bem-estar*”, é desumano a ponto de serem controladas e restringidas todas as posições e circulações.
- [...] não é plano para uma capital nacional. (*apud* Braga, 1999, p.100)

Em segundo lugar (Figura 8), foi premiado o plano de Boruch Nilmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves. A banca elencou alguns pontos negativos, suficientes para não conferir-lhe o primeiro prêmio:

- Centro comercial isolado.
- Todos os hotéis junto ao centro de transporte.
- Não utilização da parte mais elevada do terreno.
- Inúmeras vias sem desenvolvimento periferal. (*Ibidem*, p. 75)

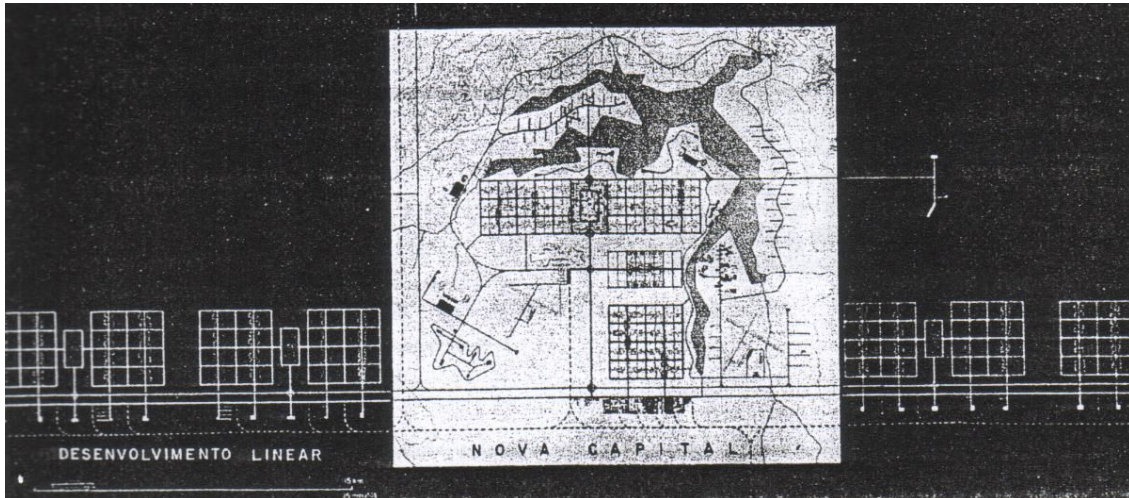


Fig.8 – Plano de Baruch Milman, João H. Rocha e Ney F. Gonçalves (*apud* Carpintero, 1998, p.88)

E, finalmente, o vencedor do certame, o projeto de Lúcio Costa (Figura 9). Apesar de algumas críticas do júri, como as abaixo:

- Demasiado espaço entre o centro governamental e o lago.
- O aeroporto talvez tenha que ser mais afastado.
- Não especificação do tipo de estradas regionais, especialmente com relação a possíveis cidades satélites. (*apud* Braga, 1999, p.63)

A proposta de Plano Piloto de Lúcio Costa reunia, segundo os julgadores, o conjunto de elementos fundamentais para estruturar uma capital federal. Para eles, o plano era:

- O único plano para uma capital administrativa do Brasil.
- Seus elementos podem prontamente ser apreendidos: o plano é claro, direto e fundamentalmente simples.
- O plano estará concluído em dez anos, embora a cidade continue a crescer.
- Um centro conduz a outro, de modo que o plano pode ser facilmente compreendido.
- Tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido.
- Inúmeros projetos apresentados poderiam ser descritos como demasiadamente desenvolvidos; o de número 22 (número de inscrição de Lúcio Costa), ao contrário, parece sumário. Na realidade, porém, explica tudo o que é preciso saber nesta fase; e omite tudo o que é sem propósito. (*Ibidem*, p. 63-4)

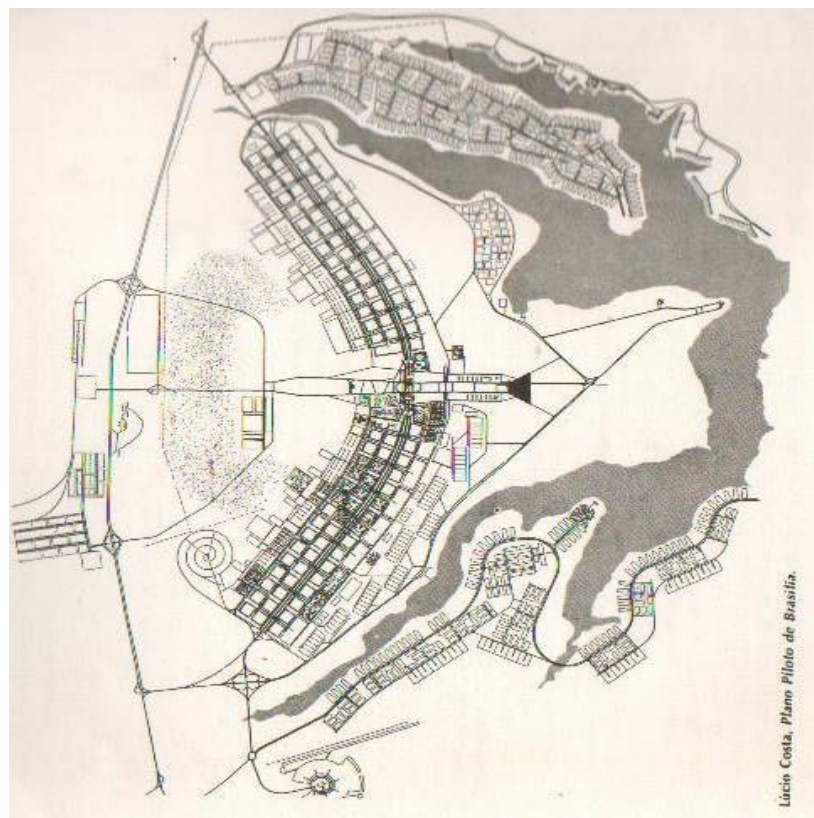


Fig.9 – Plano Piloto de Brasília - Lúcio Costa (*apud* Costa, 1995, p.278)

Ao colocarmos acima exemplos das propostas premiadas no concurso do Plano Piloto, quisemos realçar alguns traços de afinidade entre eles, ao mesmo tempo, para que pudéssemos visualizar quais idéias estéticas dominavam as mentes dos arquitetos e urbanistas brasileiros naquele momento.

A presença do contorno do lago Paranoá em todos os planos se deu por imposição do edital, que previa sua construção naquele local, a partir do represamento do rio Paranoá. Este fato, como se nota, em muito influenciou na própria conformação do que seria o perímetro do Plano Piloto, pois a curvatura do lago acabou por definir um arqueamento correspondente em pelo menos quatro dos sete planos premiados.

Num primeiro olhar, percebemos em todos os planos um distanciamento da concepção tradicional de cidade. Notamos que buscavam certa reinvenção do sítio urbano em relação à organização espacial e seu relacionamento com o ambiente, com alguns planos desconhecendo essa interação e outros se adaptando ao que determinava o sítio. Ao mesmo tempo, identificamos em todos uma forte ênfase na função de circulação, pois na

totalidade está bem marcada a rede viária, compondo um verdadeiro organismo, articulado e interconectado.

Notamos também a presença de variados graus de racionalismo nas plantas, partindo desde a rigidez geométrica e cartesiana, como no caso dos planos de Artigas, Milman e Construtécnica, até uma geometria lírica, com curvas suaves e assimetrias, como no caso dos planos dos irmãos Roberto, Mindlin e Lúcio Costa.

O racionalismo geométrico, neste caso, estava intrinsecamente ligado ao caráter funcional que se queria dar a uma capital administrativa, função primordial conferida a Brasília. Funcionalidade que era das principais características da arquitetura e urbanismo modernistas, tornando-se um elemento primordial na análise da comissão julgadora que, dentre os projetos premiados, conferiu o primeiro lugar ao de Lúcio Costa.

Neste sentido, podemos nos perguntar, qual foi o “pecado” dos planos não vencedores do concurso? Aparentemente, seus formuladores não deram a ênfase que a comissão julgadora, ou o próprio governo, almejavam para o *espaço do poder* em uma capital federal. Naqueles projetos, não havia uma definição gráfica clara de onde estariam localizados os espaços institucionais representativos. Não há linhas ou elementos que realcem os poderes da República, quanto à disposição nuclear de uns espaços em relação aos outros. Percebe-se apenas que há uma Praça Cívica em algum ponto central dos planos, sem sua expressão simbólica gráfica intrínseca.

Ao fazer uma extensa análise sobre os projetos concorrentes no concurso, exceto em relação ao Plano de Lúcio Costa, Carpintero (1998, p.110), chega ao seguinte entendimento:

O caráter funcional, contudo, comparece em todos, e está como que entranhado na cultura brasileira. Todos definem, de um modo mais ou menos direto, zonas específicas, - e talvez não fosse mesmo possível pensar uma cidade, àquela época, sem usar tal recurso. Todos, entretanto, apontam para as mesmas raízes positivistas do início do século XIX, uns pela via racionalista, formal ou funcional, outros pelas vias orgânicas.

Especificamente sobre o plano de Lúcio Costa, Carpintero (1998, p.153) conclui:

O projeto de Lúcio Costa, vencedor do concurso, explorou, mais que qualquer outro os elementos da morfologia do terreno, a monumentalidade do sítio e o espírito do lugar. Respondeu com precisão às necessidades, explícitas ou não, do edital. Evidenciou assim sua base substancialmente racional.

Para nós, naquele momento pelo qual passava o Brasil, havia um verdadeiro imperativo, racional ou não, em aliar as demandas por desenvolvimento econômico, político e social à estética modernista. Isto porque, se esta nova estética, tal como outras, não oferecia todas as condições para solucionar os graves problemas urbano-arquitetônicos e sociais recorrentes no Brasil, ela, por outro lado, servia perfeitamente para negar um passado político e econômico que se queria morto e esquecido; ao mesmo tempo, apontava para um futuro em que, segundo a propaganda oficial, estariam garantidos o desenvolvimento e a ascensão do Brasil como nação socialmente justa e alinhada com as outras grandes nações do planeta.

A estética modernista então se tornou a porta-voz, em termos simbólicos, daquele misto de criador e criatura representados pelo nacional-desenvolvimentismo e as demandas por crescimento econômico emergentes na sociedade e, na busca de uma materialidade representativa para aqueles sentimentos e aspirações, Brasília veio simbolizar e amalgamar todas as energias envolvidas naquele processo.

1.2 – Nacional-desenvolvimentismo

Na concepção Gramsciana, um grupo pode chegar à hegemonia política de duas formas: pelo domínio ou pela direção intelectual e moral. Um grupo domina quando chega ao poder pela força, liquidando os adversários. Quando se torna hegemônico pela persuasão e consegue a adesão por meios ideológicos, este grupo exerce uma direção intelectual e moral em relação aos outros. Para que possa exercer o poder, este grupo - classe dominante ou fração de classe, “*deve conseguir aliados nos outros grupos, tendo como objetivo principal a formação de uma vontade coletiva*”. Esta, por sua vez agruparia, no plano ideológico, várias camadas ou classes sociais distintas, mas unidas em torno de um projeto comum. (Cardoso, 1978, p.72-73)

Nesta perspectiva, em relação ao governo JK, podemos questionar em que medida houve esta união heterogênea dos vários segmentos sociais no período. E se houve, quais foram os meios utilizados para consegui-la naquela conjuntura bastante conturbada, tanto política quanto social, da segunda metade dos anos cinquenta.

O ideário desenvolvimentista apontava a pobreza como a maior responsável por nossa posição de inferioridade perante as outras nações (Ibidem, p.194). Ao mesmo tempo

também imputava à pobreza a responsabilidade pela geração do clima de intranquilidade e enfrentamento político, pelo qual passava o Brasil na época. JK repetia com frequência: “*É preciso apaziguar o Brasil*” (JK, 1958, p.301). Apaziguar com desenvolvimento econômico, para garantir a soberania (Cardoso, 1978, p.100). No entendimento de JK (1957, p.33), depender de recursos externos para garantir o desenvolvimento econômico não agredia em nada nossa soberania:

Necessitamos de capitais geradores de capitais produtivos, de investimentos que venham dinamizar o ativo de nosso país. [...] Os capitais que vierem ajudar-nos nessa conquista devem ser considerados amigos. Não há capital colonizador a não ser nas colônias. Num país como o nosso, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de emprego de capitais, [...] acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa fragilidade, pela nossa anemia completa e irremediável, é ofensa à nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado.

Weffort (1968, *apud* Laffer, 2002, p.46) aponta a convergência de interesses implícita no Plano de Metas do governo JK como o elemento que possibilitou uma “política de compromisso e de conciliação”:

[...] por um lado as novas massas, politicamente relevantes, outorgavam, através do voto, legitimidade ao regime e a conciliação entre as elites, e estas, por sua vez, se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego, garantindo assim a legitimidade de seu mando.

Por outro lado, Celso Lafer (2002, p.47), interpreta a eleição de JK em 1955 como a emergência do populismo¹⁶ no Brasil. Populismo este que, devido a acréscimos na participação política, que Lafer mede pelo aumento do número de eleitores votantes nas sucessivas eleições brasileiras, gerou um tipo diferente de política de massas.

Em contraste com a era Vargas, ainda segundo Lafer, onde a participação política estava reservada às elites, este aumento na participação e incorporação de mais camadas sociais na vida sócioeconômica brasileira, gerou na massa mobilizada condições de reivindicar por aumento de oportunidades de trabalho, o que foi considerado pela elite industrial e exportadora como compatível com seus interesses, pois mais trabalho geraria mais produção, mais consumidores e mais riqueza. A expansão industrial atenderia às massas, além de mais oportunidades de trabalho, com o provimento de bens de consumo demandados pela classe média urbana.

¹⁶ Entendido como uma forma de controle sobre as massas, ao mesmo tempo em que visa satisfazer suas demandas imediatas. (Gomes, 2000, p.546)

A opção do governo JK pelo desenvolvimento sócio-econômico foi resultado então da interação entre as demandas vindas da sociedade e a busca de apoio pelo governo no enfrentamento às pressões do sistema político. Atender a muitas das demandas dos novos setores sociais inseridos tornou-se condição primordial para o bom funcionamento do regime.

O projeto de desenvolvimento idealizado pelo grupo de JK implicou três momentos distintos e sucessivos em sua campanha e posterior governo:

1.2.1 – Diagnóstico da realidade sóciopolítica e econômica brasileira.

O diagnóstico de JK era de que o Brasil sofria de uma “*crise de crescimento e não de estagnação*” (JK, 1956). Para ele o Brasil não deveria mais manter-se, como numa sina hereditária, a ser apenas um grande produtor de bens primários. Urgia atender a um potencial mercado consumidor interno e a industrialização seria a via mais apropriada, pois ofereceria os empregos na qualidade e quantidade necessários a um país populoso como o Brasil, além de satisfazer as demandas de consumo por produtos manufaturados.

1.2.2 – Planejamento quanto às formas de enfrentamento dos problemas encontrados.

Inicialmente é importante destacarmos que o planejamento das ações econômico-estruturais do Estado não foi uma criação do governo JK. Ainda no governo Dutra foi criada, em dezembro 1950, a *Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico*, e em seguida, no governo Vargas, que assumiu em janeiro de 1951, iniciou seus trabalhos presidida pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer. Desta Comissão saíram 41 projetos visando o desenvolvimento econômico brasileiro.

JK, então governador de Minas Gerais, ao priorizar a realização de metas nos setores de energia e transportes, recebeu forte apoio Federal, materializado por investimentos no estado, o que o aproximou dos membros da *Comissão Mista* e o fez vislumbrar as possibilidades de seguir futuramente o mesmo programa no âmbito federal. (CPDOC-FGV, A Era JK).

Já em campanha à presidência, JK chamou Lucas Lopes, presidente da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) e Roberto Campos, ambos ex-membros da *Comissão Mista Brasil-EUA*, para idealizar o programa que receberia o nome de Plano de Metas, no qual constavam 30 metas nos vários setores da economia onde, a partir do diagnóstico elaborado, constatou-se a existência de gargalos e entraves para o desenvolvimento econômico do país (Ibidem). As metas abrangeriam:

- Energia (metas 1 a 5), com 43% dos investimentos totais previstos no plano.
- Transporte (metas 6 a 12), com 29,6% dos investimentos.
- Alimentação (metas 13 a 18).
- Indústria de Base (metas 19 a 29).
- Educação (meta 30).
- Construção de Brasília (meta 31), foi acrescentada ao Plano de Metas por JK durante a campanha eleitoral de 1955.

1.2.3 – Implementação do plano.

JK não só aproveitou os quadros da antiga *Comissão Mista Brasil-EUA* no planejamento econômico de sua estratégia de governo, como os trouxe para dirigir os Grupos de Trabalho (GTs) setoriais. Estes foram responsáveis pela implementação das metas afins, como o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), responsável por todas as ações estruturais que atraíssem as montadoras multinacionais para estabelecer seus parques de produção no Brasil.

Como primeira medida visando à implementação do Plano de Metas, JK criou o Conselho de Desenvolvimento através do decreto 38.744, de 01 de fevereiro de 1956, nomeando para sua diretoria membros do gabinete ministerial, além de representantes de órgãos específicos da administração pública federal. Esta seria uma estratégia conciliatória de JK que não queria confrontar-se com o sistema clientelista vigente na política brasileira. JK articulou para que o Conselho de Desenvolvimento legitimasse as decisões dos GTs, que representavam uma verdadeira administração paralela ao governo federal (Ibidem, p.61).

Detalhando mais cada um dos pontos desenvolvidos pelo Plano de Metas podemos verificar em que medida houve êxito ou não em sua implementação. O gráfico abaixo (Gráfico 1), corresponde à transposição dos dados quanto aos resultados obtidos em cada área abrangida pelo Plano de Metas. Os valores quantitativos, em toneladas, quilômetros, barris de petróleo, sacas de produtos agrícolas, etc., constam do livro de Celso Lafer, “*JK e o programa de metas (1956-1961). Processo de planejamento e sistema político no Brasil*”, onde, a partir de dados do IBGE, o autor detalha cada uma das áreas da economia, no início e ao final do governo JK.

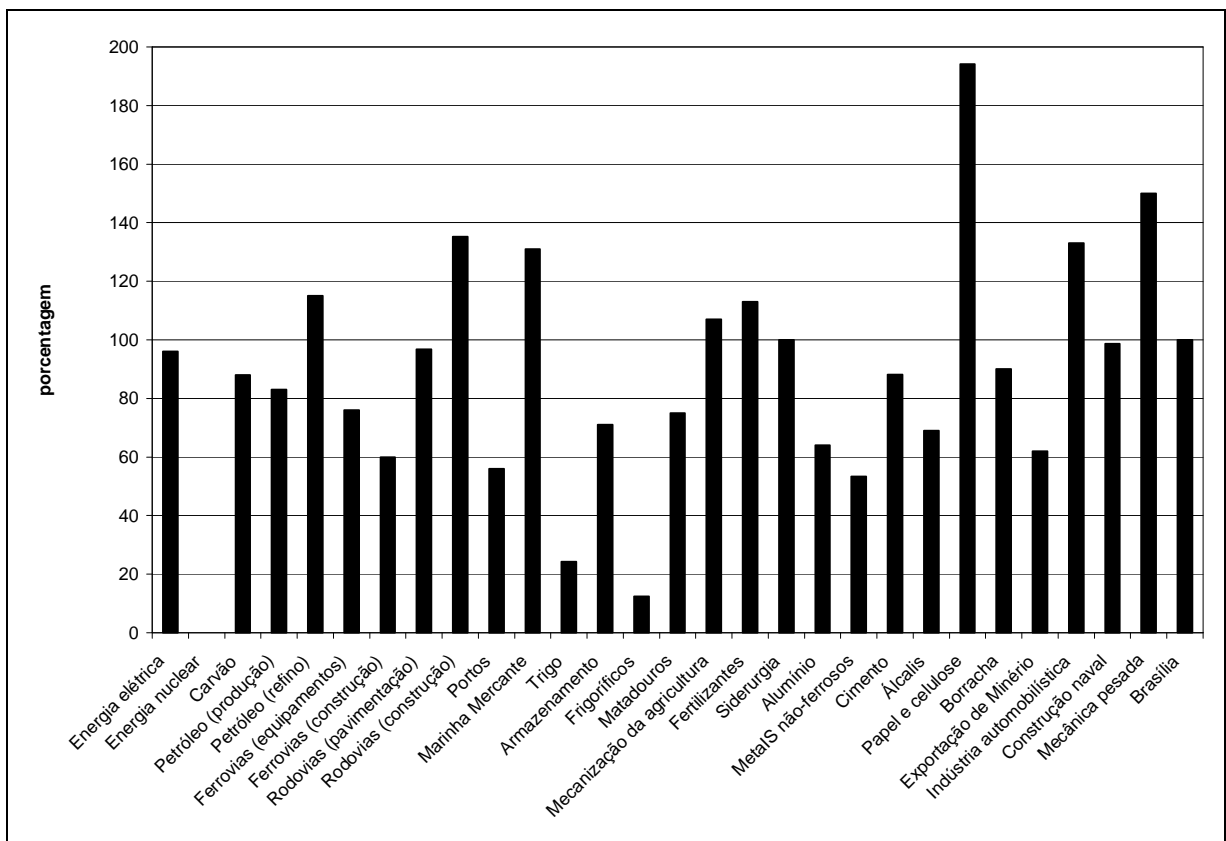


Gráfico 1 – Valores atingidos em porcentagem (%), para cada meta estabelecida no Plano de Metas.

No gráfico acima, na coluna de porcentagem, o número 100 representa o objetivo inicial, ou a meta a atingir, em cada setor da economia contemplado pelo Plano de Metas. Alguns dados chamam a atenção pelo sucesso alcançado, superando em muito a meta estabelecida e, outros, impressionam pela ausência de resultados.

O setor de papel e celulose, por exemplo, praticamente atingiu o dobro da expectativa, seguido pela mecânica pesada, que atingiu 150% da projeção inicial. A

construção de rodovias, a indústria automobilística e a marinha mercante, também superaram em muito as metas iniciais.

O fiasco, em termos de resultado, ficou para a energia nuclear. Quando se previa a construção de uma usina atômica para produção de energia elétrica, contentou-se, ao final, apenas com a instalação de um reator experimental na USP – Universidade de São Paulo. Outras áreas, como a produção de trigo, com 25% da meta atingida e implantação de frigoríficos, com 12% do que se pretendia atingir, representaram setores onde o nacional-desenvolvimentismo não conseguiu estabelecer seus preceitos de produção em escala e rápida obtenção de resultados.

Porém, em geral, notamos que muitas metas se mantiveram entre os 60 e os 80% de resultados atingidos, lembrando que em muitas áreas partiu-se do zero, pois não havia absolutamente nada ou muito pouco implantado naquele setor até o advento do Plano de Metas como, por exemplo, na indústria petrolífera e Brasília.

Em relação à última meta, nas palavras de JK:

Brasília será a chave de um processo de desenvolvimento que transformará o arquipélago econômico que é o Brasil em um continente econômico integrado. (JK, 1961, p.109)

Ao escolher Brasília como meta-síntese de seu Plano de Metas, JK queria revesti-la de uma grandeza simbólica que pairasse sobre todas as outras metas contidas no plano, onde quer que estas estivessem sendo implementadas. JK almejava que Brasília fosse a parte visível, palpável, que desse a medida do sucesso da implementação do Plano de Metas, que pelo seu caráter difuso, com intervenções em várias áreas, em diferentes pontos do território nacional, causava dificuldade de visualização quanto a sua efetividade. Brasília, por outro lado, ajudada pela oposição, contrária à sua construção, estava diariamente nas mídias impressa e radiofônica, o que bem ou mal dava uma medida exata do progresso das obras.

Uma das maiores críticas da oposição com relação à construção de Brasília era com relação a seus custos, estimados entre Cr\$250 milhões e Cr\$300 milhões (preços de 1961), ou 2 a 3% do PNB (Produto Nacional Bruto) durante o período (Lafer, 2002).

Aliado ao problema dos custos criticava-se também a forma pela qual eles eram cobertos, em sua maior parte pela emissão de moeda, estratégia consensualmente

inflacionária segundo os economistas. E, de fato, a inflação aumentou substancialmente no período, passando dos 13,1% em 1955 para 30,9% em 1960.

Por outro lado, diante das opções disponíveis na época para financiar a construção de Brasília, a opção de JK pela inflação seria:

[...] uma saída milagrosa para contemporizar uma situação na qual as elites e as massas participavam de um jogo sofisticado e não-violento, em que todos obtinham vitórias ilusórias (aumento de preços e salários), evitando-se, portanto, o conflito aberto. (Lafer, 2002, p.87)

Outra opção seria fazer uma reforma fiscal completa visando conseguir estabilidade monetária, o que, certamente, implicaria aumentar a carga fiscal das elites, dificultando em muito a manutenção do apoio político dado ao governo, inviabilizando a política conciliatória promovida por JK, que o havia levado ao poder.

Outro dado dramático daquele momento era o déficit na balança comercial brasileira, que só no primeiro semestre de 1956 chegou a Cr\$1.024.569,00 (Um bilhão e vinte e quatro milhões de cruzeiros) (IBGE, 1956, p.244), e mesmo com o plano de industrialização, chegou a Cr\$51.000.000,00 (cinquenta e um bilhões de cruzeiros) em 1959 (IBGE, 1960, p.186-7). Esses dados demonstram uma demanda interna por produtos industrializados importados extremamente aquecida que, concomitante com as outras demandas sociais exigiram um enfrentamento que, para JK, se resolvia com a industrialização a qualquer preço.

E, provavelmente, JK tinha em mente todas essas implicações ao adotar uma política diametralmente oposta à de contenção de despesas. Optou pela emissão de moeda, preferindo incrementar os índices de inflação a comprometer seu projeto político, o que, para ele, inevitavelmente ocorreria caso escolhesse o caminho da austeridade econômica e fiscal.

Por sua vez, norteando grande parte das opções feitas à época, desde as concepções estéticas e as formulações de governo, até as críticas suscitadas por ambas, estava o pensamento nacionalista, nosso próximo objeto.

1.3 – Nacionalismo

São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o partido comunista. São nacionalistas os defensores da nacionalização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada. (Jaguaribe, 1958, p.12)

A constatação de Hélio Jaguaribe, além de explicitar o caráter extremamente contraditório das correntes nacionalistas naquela segunda metade dos anos 1950, também ilustra o momento histórico pelo qual passava o Brasil. Para nós, um processo agudo de construção e afirmação da nacionalidade.

Pode-se argumentar que este é um processo permanente no caso de uma nação, e que o nacionalismo se confunde mesmo com o aparecimento desta. Concordamos com isso, mas nossa hipótese é de que existem fases agudas deste processo, onde, a partir do diagnóstico de que a nação apresenta deficiências econômicas, sociais e políticas, determinados grupos se digladiam por estabelecer a “sua” concepção de nação, a “sua” solução para os problemas e, se possível, em detrimento das concepções de outros grupos.

Por outro lado, Jaguaribe, indiretamente, desvenda uma das principais características do nacionalismo, ou seja, que ele independe da filiação ideológica a que pertença o cidadão. Ser nacionalista não é uma prerrogativa desta ou daquela corrente ideológica, deste ou daquele partido político, desta ou daquela classe.

Para alguns autores, um pensamento nacionalista mais exacerbado seria consequência de determinada conjuntura histórica, principalmente de momentos em que se vislumbram possíveis rupturas, transformações ou acúmulo de demandas sociais reprimidas. Este parece ser exatamente o panorama que encontrávamos no Brasil dos anos 1950.

Desde a Primeira República, o Brasil vinha passando por um processo de incorporação de características urbano-industriais numa sociedade eminentemente agrária e tradicional, implicando em uma inversão na concentração demográfica: a população urbana passou de 30%, em 1940, para 70%, em 1980. (Carpintero, 1998, p.49).

Gellner (2000, p.109) vê nesta conjuntura de transição, em especial, o favorecimento para o aparecimento do nacionalismo, quando diz que (...) “*este se manifesta*

em sua forma mais aguda não no fim, mas em alguns dos pontos de transição entre os dois tipos societários”, rural e industrializado.

Nesta mesma linha de pensamento, Partha Chatterjee (2000, p.125), estabelece a ligação entre o aparecimento do nacionalismo nestes pontos de transição da sociedade com o aparecimento de novos conceitos culturais afinados com os novos tempos. Ao analisar o contexto cultural, quando do aparecimento do nacionalismo no Oriente, este autor nos oferece um quadro bastante próximo e comparável ao que encontrávamos no Brasil durante seu processo de industrialização:

o nacionalismo do tipo “oriental”, tem sido acompanhado de um esforço de “reequipar” culturalmente a nação para transformá-la. Porém não pode fazê-lo simplesmente imitando uma cultura estranha porque então a nação perderia sua identidade distintiva. A busca, portanto, é por uma regeneração da cultura nacional, adaptada aos requerimentos do progresso, porém retendo ao mesmo tempo sua peculiaridade. Mas este intento é profundamente contraditório: é ao mesmo tempo imitativo e hostil aos modelos que imita [...]. (grifos do autor)

Com isso notamos que, também no caso brasileiro, esta proximidade ou interdependência entre industrialização, nacionalismo e novos conceitos estéticos (em nosso caso, traduzidos pelo modernismo), não foram mera coincidência, e sim, fruto de uma conjuntura de transformações, que muito nortearam os comportamentos naquele momento.

Dentre estes comportamentos, o nacionalista esteve envolvido em grande parte das ações que, de alguma forma, delimitassem ou estabelecessem parâmetros, fossem estes estéticos, políticos, sociais ou econômicos. O pensamento nacionalista se engajou na formulação do projeto constitutivo e no discurso fundador da nação, além de, no decorrer do tempo, ter sido o responsável pela aglutinação de forças para sua manutenção e defesa (Jaguaribe, 1958, p.21).

Durante o governo JK, o tema do desenvolvimento pela rápida industrialização foi o grande motivador do embate político-ideológico verificado. Isto porque, industrializar-se com a presteza que o Plano de Metas preconizava exigia a existência ou a geração de capitais para investimentos que estavam muito além de nossas capacidades, típicas de um país exportador de produtos primários, sem grande valor agregado.

A solução imaginada pela equipe econômica de JK foi desenvolver políticas para atrair o capital estrangeiro, para que este fizesse os investimentos internamente. Mas esta estratégia esbarrou em um outro componente da ideologia nacionalista: a percepção da fronteira, ou seja, do todo que nos une, ao mesmo tempo em que nos diferencia das demais nações.

JK (1975, p.358-9) justifica sua opção por recorrer ao FMI, quando discorre sobre a crise do mercado de café¹⁷, que à época de seu governo afetava negativamente a balança comercial brasileira, reduzindo substancialmente a entrada de divisas na economia:

A recessão econômica em países compradores afetou, com freqüência, nossas oportunidades de mercado e, em face disso, deixou de ser satisfatório o resultado geral.

Contudo, tendo em vista a necessidade de se promover, sem tardança, o desenvolvimento nacional, o governo voltou-se para o exterior em busca de recursos financeiros com vistas à conclusão das obras em andamento.

Ao mesmo tempo em que recorria ao FMI, o governo brasileiro editava a Instrução 113, através da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), estabelecendo tratamento preferencial e benefícios ao capital estrangeiro que aportasse no Brasil para investimentos diretos.

Para os nacionalistas mais radicais, a presença deste capital no Brasil significava perda de soberania, uma agressão à nacionalidade. Com isso, os favoráveis à entrada do capital estrangeiro foram tachados por eles de entreguistas.

Não tardou a reação dos Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista¹⁸, como no caso de Adail Barreto: [...]“*somos contra o capital colonizador, venha ele de onde vier*” [...], e do colaborador da *Revista Brasiliense*¹⁹ Elias Chaves Neto:

Por mais paradoxal que pareça, a possibilidade de poderem as nações imperialistas aplicar os seus capitais, hoje empatados em armamentos [...], em países que deles necessitam para o seu desenvolvimento, surge como condição de paz no mundo. Para tanto seria, porém, necessário a formulação de novos métodos econômicos em que a ajuda de países capitalistas altamente evoluídos aos demais, se processem sob a forma de governo a governo ou da venda financiada, a longo prazo, da maquinaria necessária à industrialização daquelas

¹⁷ Entre 1951 e 1955 o preço da saca de café esteve, em média, cotado em 68 dólares, caindo para 51 dólares a partir de 1956, 25% a menos. A queda no preço se explica pela própria expansão da produção brasileira que girava em torno de 12,5 milhões de sacas na safra de 1956/57 e saltou para 27 milhões de sacas na safra 1958/59 (IBGE, Anuário Estatístico, 1951 a 1960).

¹⁸ A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), criada por iniciativa da “Ala Moça” do PSD (Partido Social Democrático), congregava políticos progressistas de diferentes legendas do congresso Nacional. (Moreira, 1998, p.147)

¹⁹ Revista editada entre outubro de 1955 e fevereiro de 1964. Congregou expoentes do pensamento econômico nacionalista, tais como: Caio Prado Jr., Elias Chaves Neto, Heitor Ferreira Lima, Everaldo Dias, Paulo Dantas, Rui Guerra, Paulo Alves Pinto, Álvaro Farias e Florestan Fernandes. (Moreira, 1998, p.146)

nações e não sob a forma tradicional de aplicação direta de capitais estrangeiros de um país em outro, precisamente aquele tipo de transação que caracteriza o imperialismo e é responsável pelo subdesenvolvimento do mundo. (*apud* Moreira, 1998, p.149)

A construção de Brasília, por seu lado, não ficou à margem desta discussão envolvendo capital estrangeiro, nacionalismo econômico, desenvolvimento e criação de uma identidade nacional. Roland Corbisier (*Ibidem*, p.139), diretor executivo do ISEB – *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, discorrendo sobre o significado da construção de Brasília, enfatiza que esta representava:

(...) a prova eloqüente de que não estamos mais condenados a traduzir, imitar ou copiar apenas, mas que já nos tornamos capazes de afirmar o nosso gênio, a nossa força criadora.

Afirmando esse gênio e essa capacidade, Brasília nos liberta e contemplando-a, leve e monumental, moderna e brasileira, funcional e lírica, nós nos encontramos e nos reconhecemos.

Mas a opinião acima estava longe de ser unânime. A construção de Brasília suscitou uma divisão no ideário nacionalista. Com o grupo de Corbisier e do ISEB, estavam os que não admitiam soluções que envolvessem ruptura no tecido social, interpretando Brasília como o trampolim para a modernização da economia e a viabilização do desenvolvimento ampliando o mercado consumidor e de trabalho. (*Ibidem*, p.161-2)

Outro grupo, formado pelos radicais nacionalistas, clamava por reformas estruturais profundas e, para eles, Brasília não seria nada mais do que o começo do processo de reorganização nacional, do qual fazia parte fundamental a reforma agrária e a reforma eleitoral. Neste grupo se encontravam os intelectuais da *Revista Brasiliense*.

E, ainda, outro grupo de nacionalistas econômicos, interpretava Brasília como um truque para “*mascarar*” o caráter “*entreguista do plano de metas*” e tinha por objetivo impedir a reforma agrária (*Ibidem*, p.162).

Por outro lado, percebemos que, paralelamente às discussões acaloradas envolvendo o nacionalismo econômico, se dava um outro processo muito mais silencioso e subliminar, que veio contribuir em muito para a construção no ambiente social das demandas sobre as quais o nacional-desenvolvimentismo iria trabalhar em suas propostas. Referimo-nos à colonização cultural pela qual passava o Brasil e o mundo, a partir dos anos 1930, e mais fortemente no pós Segunda Guerra Mundial, com a disseminação da cultura americana pelo cinema e outros meios de comunicação.

Especificamente sobre o cinema, além de parte da indústria do entretenimento, as produções serviam a vários propósitos. Um deles, o de abrir mercados aos produtos industrializados americanos e indiretamente propagar o *american way of life*. Com o decorrer do tempo, a esses objetivos se juntou um efeito colateral: a constatação de que nos tornávamos cada vez mais dependentes e sem perspectiva de alavancarmos nosso desenvolvimento se se mantivesse o modelo de país eminentemente exportador de matérias primas e importador de produtos industrializados. E, como decorrência, o questionamento do porque não poderíamos produzir esses bens diretamente aqui.

Os números de nossa balança comercial no período mostram o desequilíbrio decorrente de se comprar produtos com alto valor agregado e exportar materiais primários. No ano de 1957 o déficit da balança comercial brasileira foi de US\$ 92.200.000 e, já em março de 1958, portanto com apenas três meses do exercício, estava em US\$ 50.000.000 (Moniz, 1973, p. 380).

Esses números negativos, em muito, foram resultado do impacto da queda do preço do café no mercado internacional. Apenas em relação às exportações brasileiras para os E.U.A., o montante arrecadado caiu de US\$ 84.600.000, em janeiro de 1957, para US\$ 53.400.000, em janeiro de 1958 (Ibidem).

Ao mesmo tempo, e por décadas, os carros que trafegavam em nossas ruas e a gasolina consumida eram americanos, bem como a música que ouvíamos nas vitrolas e nos rádios, também americanos, tal como os demais produtos industrializados. Nossos cinemas, em grande parte, estavam tomados também pela produção hollywoodiana, com algumas tentativas de se produzir em grande escala no Brasil, como por exemplo, pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz, mas que acabou por ser engolida pelo concorrente extraordinariamente mais forte.

Porém, o mais importante para nós é que, embutidos naquelas produções, estava uma quantidade considerável de propaganda indireta de uma série de produtos, do cigarro ao liquidificador e refrigerador, dos carros ao status de viajar por via aérea, dos produtos de beleza femininos à moda. Todos vendendo a idéia das facilidades da vida moderna, amparada numa quantidade interminável de eletrodomésticos e produtos industrializados em geral. E, com uma particularidade, em geral, não se divulgava uma marca em

específico, mas sim o produto, ou seja, interessava criar a demanda por hábitos de consumo. (Mello; Novais, 2000, p.564)

A este respeito, a título de ilustração, gostaríamos de citar duas cenas antológicas de filmes, onde aparecem claramente essa prática: a primeira, do filme *O Pecado Mora ao Lado*²⁰, produção de 1955, onde, o personagem principal, após descrever as qualidades da vida com ar condicionado em todos os ambientes da casa, faz questão de levar sua vizinha, interpretada por Marilyn Monroe, até a cozinha e mostrar-lhe alguns aparelhos eletrodomésticos enfatizando a praticidade de seu uso. A atmosfera de propaganda/casualidade, sedução/ingenuidade e demonstração explícita do *american way of life* é uma constante. Em outra produção, *Gata em Teto de Zinco Quente*²¹, de 1958, foi criada uma cena especificamente para que se pudesse demonstrar as qualidades da meia-calça feminina transparente. Ao chegar à casa dos sogros, a personagem interpretada por Elizabeth Taylor tem suas meias sujas com sorvete, arremessado por uma sobrinha malcriada. Em seu quarto, enquanto dialoga com o marido, interpretado por Paul Newman, ela passa pelo menos três minutos da cena retirando as meias sujas, escolhendo outras, as manipulando para vestir e, ao final, a câmera dá um close-up nas pernas da atriz para reforçar o resultado do produto em relação à pele.

Esse processo não passou despercebido da intelectualidade brasileira. Já nos anos 1930, Noel Rosa, na letra de seu samba “*Não Tem Tradução*”, fazia a crítica do processo de colonização cultural pelo qual passava o Brasil, como podemos verificar abaixo:

O cinema falado é o grande culpado da transformação dessa gente que pensa que um barracão prende mais que o xadrez.
Lá no morro, se eu fizer uma falseta a Risoleta desiste logo do francês e do inglês.
Amor lá no morro é amor pra chuchu. As rimas do samba não são I love you.
Mais tarde o malandro deixou de sambar dando pinote na gafeira dançando o fox-trote.
Essa gente hoje em dia que tem a mania de exibição não entende que o samba não tem tradução no idioma francês.
Tudo aquilo que o malandro pronuncia com voz macia é brasileiro, já passou de português.

²⁰Título original: *The Seven Year Itch*. Direção: Billy Wilder, com Marilyn Monroe e Tom Ewell. Este interpreta um homem casado que, após a esposa viajar para a praia com o filho, fica sozinho em casa, em Manhattan. Sobre seu apartamento mora uma jovem (Marilyn), que veio trabalhar na metrópole como modelo fotográfico. Ao conhecê-la, imediatamente se encanta e elabora diferentes estratégias para conquistá-la.

²¹Título original: *Cat on a Hot Tin Roof*. Direção: Richard Brooks, com Elizabeth Taylor e Paul Newman. O filme discute as relações inter-pessoais em uma rica família sulista americana plantadora de algodão. Seus conflitos inerentes, envolvendo interesse, lealdade, hipocrisia, falsidades e verdades.

A gíria que o nosso morro criou bem cedo, a cidade aceitou e usou.
E esse negócio de alô, “alô boy, alô Johnny, só pode ser conversa de telefone”.

A letra de Noel expressa preocupações lingüísticas e culturais, ao diagnosticar mudanças comportamentais relacionadas com a assimilação da cultura estrangeira. Noel antevê também a mudança de nossos paradigmas culturais, que até ali estavam atrelados à cultura francesa e a partir de então passaram a tomar a América como modelo. Fornece-nos, ao mesmo tempo, uma pista quanto à violência do processo que estava em curso e a nossa fragilidade para enfrentar o problema.

Esse processo, relacionado à abertura de mercado aos produtos culturais e materiais americanos, chamamos de criação de demanda. Se num primeiro momento visava conquistar os consumidores brasileiros, com o tempo, pode ter incutido nestes, indiretamente, a receptividade às sedutoras idéias desenvolvimentistas que prometiam trazer aquele mundo de fartura e praticidade para o alcance de suas mãos. E com ele, segundo a propaganda oficial desenvolvimentista, todas as conseqüências positivas como o aumento de empregos, melhoria na formação educacional, especialização da mão de obra e oportunidades de crescimento da nação.

Porém, aquelas escolhas feitas por JK e equipe, quanto ao modelo de desenvolvimento a ser implantado no Brasil, ao incrementarem o ritmo do desenvolvimento e industrialização do país no curto prazo, geraram conseqüências negativas que permaneceram, mesmo após o fim de seu governo. Aquela excessiva liberalidade quanto ao capital internacional que entrava, não exigindo, por exemplo, um compromisso das empresas no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias nacionais, nos tornou meros fabricantes de produtos de patentes estrangeiras, o que manteve o fluxo de capitais que saíam do Brasil, porém, a partir daí, como pagamento de royalties. A baixa percentagem²² do PIB (Produto Interno Bruto) que investimos, mesmo hoje, em ciência e tecnologia, demonstra nossa insistência na manutenção daquele modelo.

Finalmente, após tentarmos estabelecer as imbricações entre os três elementos de nossa fórmula: modernismo, desenvolvimentismo e nacionalismo, concluímos que, no que concerne ao projeto nacional-desenvolvimentista, ele passou ao largo de posturas

²² Em 2004 o Brasil investiu 1,37% do PIB em Ciência e Tecnologia. Especificamente em pesquisa e desenvolvimento foram 0,93% do PIB. (*apud* PIB: 2001 a 2004, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

econômicas mais radicais ao recorrer ao capital estrangeiro como financiador do desenvolvimento. Ao mesmo tempo restringiu sua pregação nacionalista ao âmbito geral do desenvolvimento pela industrialização e pela efetiva posse do território nacional simbolizada pela marcha para oeste, materializada pela construção de Brasília. Ao fazer esta opção, JK, imediatamente, relacionou Brasília ao novo conceito de nação que queria para o Brasil, ou seja, uma nação integrada, articulada espacial, econômica e socialmente, tanto no âmbito interno quanto externo.

Para JK, Brasília veio também satisfazer a busca por algo que simbolizasse o salto pretendido, algo que representasse o lema “*cinquenta anos em cinco*”. Para este papel ela se prestou perfeitamente. Porém, entre a escolha de um símbolo, feita por JK, e a efetiva percepção do significado do símbolo pela população, demandou um processo de divulgação e convencimento, no qual a mídia teve papel preponderante. Fazer um mergulho no símbolo representado por Brasília, em busca de suas especificidades e significados, assim como investigar a forma como foi apresentado à população, será o objeto dos próximos capítulos.

Capítulo 2

Tradição e Modernidade no Plano Piloto de Brasília

Cidades planejadas são quase tão antigas como as cidades em geral.

Wolf Schneider

Não há sociedade política sem um local – mesmo provisório – que sedie a cúpula do Estado, onde se exerça o governo. Este local [...] representa um aspecto visível, material, espacial enfim, das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade onde ele existe.

José W. Vesentini

Ao iniciarmos este capítulo o que não nos faltava eram questionamentos: o que representou Brasília no contexto sóciopolítico e cultural brasileiro da segunda metade dos anos cinquenta? O que ela procurava afirmar e o que pretendia negar da realidade brasileira daquele momento? As soluções urbanísticas ali apresentadas foram simples cópias ou foram incorporações e transformações de modelos urbanos oriundos de outras experiências nacionais e estrangeiras? E finalmente, em relação ao poder propriamente dito, qual era a simbologia que Brasília pretendia construir?

Para responder a estas perguntas percebemos que, além de lançarmos nosso olhar sobre a conjuntura específica do período do governo JK – 1956 a 1961 – precisaríamos fazer um levantamento da simbologia de poder inerente a uma capital. Para isso, teríamos que investigar o significado de cada elemento constitutivo do Plano Piloto e fazer sua aproximação às cidades capitais construídas nos períodos Moderno e Contemporâneo, que pudessem ter fornecido modelos urbanísticos dos quais, de alguma forma, o projeto de Brasília tivesse herdado elementos. Elementos esses que remetessem à simbologia urbana de poder, sendo este precisamente o objeto deste capítulo.

Para isso procedemos a análise dos discursos fundadores das cidades capitais, assim como de suas plantas, localizando eixos norteadores do projeto, preferências quanto ao desenho das quadras, localização do Centro Cívico em relação ao restante da cidade, monumentalidade dos espaços e forma dos acessos às sedes do poder. Identificamos que tradicionalmente esses acessos, em cidades capitais construídas para esse fim, fornecem

dicas gráficas, ou seja, apontam para a sede do poder como que indicando espacialmente sua localização.

No Plano Piloto de Brasília, esta disposição gráfica não se deu de forma diferente, como veremos na Figura 1, abaixo:

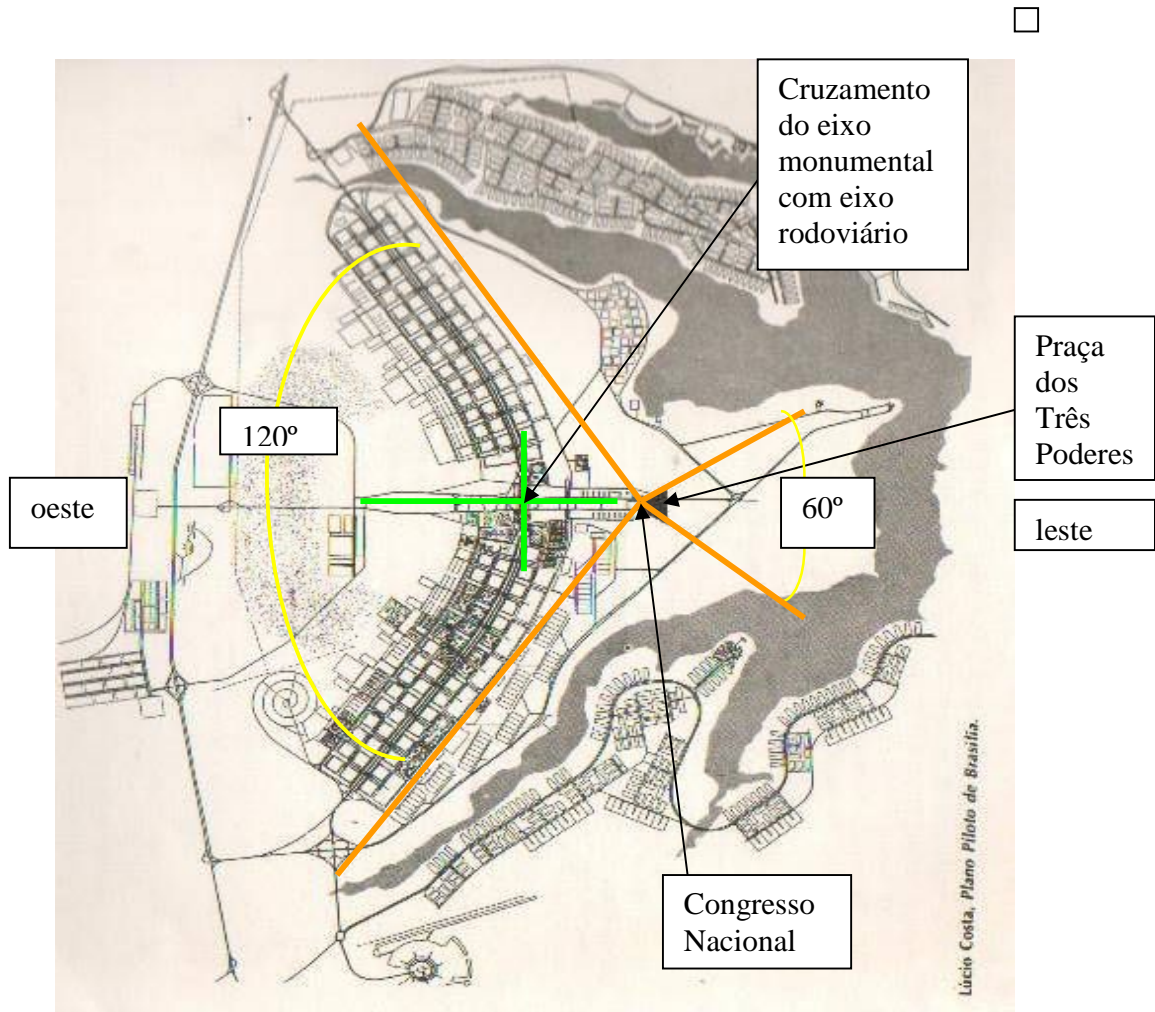


Fig. 1 – Lúcio Costa - Plano Piloto de Brasília (apud Costa, 1995, p.278)

Procedendo a leitura do gráfico que conseguimos a partir do Plano Piloto podemos identificar alguns elementos constitutivos relacionados com a sede do poder, ao mesmo tempo em que estabelecem uma estrutura por sobre a qual o plano se organiza:

1) O plano está orientado no sentido leste-oeste sobre uma grande cruz representada pelo cruzamento dos eixos rodoviário (haste verde menor) e monumental (haste verde maior).

2) Na extremidade leste do eixo monumental fica a Praça dos Três Poderes (triângulo negro no Plano Piloto), onde os poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário foram organizados formando um triângulo equilátero (três lados iguais), com cada sede de poder ocupando um vértice do mesmo.

3) Exatamente de um dos vértices desse triângulo, sobre o Congresso Nacional, partem dois conjuntos de linhas (alaranjadas no gráfico), que formam por sua vez dois grandes ângulos, um voltado para oeste, dando a inclinação das Asas Sul e Norte, medindo 120°, e outro, voltado para leste formando dois lados da Praça dos Três Poderes, medindo 60°. Um dado fundamental que precisamos destacar é o fato desses dois ângulos estarem unidos no vértice sobre o Congresso, pois esta informação será muito oportuna em nossa análise dos projetos de capitais, antecessores ao Plano Piloto de Brasília.

Ao mesmo tempo em que destacamos esses elementos gráficos estruturais e simbólicos acima, estabelecemos categorias gerais em relação à Brasília, com o intuito de fazer uma aproximação desta às cidades capitais que a precederam, escolhidas por nós de acordo com as semelhanças entre as finalidades de sua construção, que seriam:

- 1 – abrigar a sede do poder;
- 2 – deslocar-se das aglomerações urbanas pré-existentes;
- 3 – interiorizar a ocupação espacial do território;
- 4 – unir centralidade geográfica à centralização política;
- 5 – propor soluções urbanas afinadas com o urbanismo modernista.

De imediato percebemos que nenhuma outra cidade capital precedente à Brasília atenderia integralmente a essas categorias. Ao mesmo tempo, vimos que não são raros os exemplos na História de cidades construídas especificamente para serem sedes de governo. No entanto, para entendermos cada uma delas, necessitávamos contextualizá-las, pois suas características urbano-arquitetônicas e as motivações para sua construção guardavam estreita ligação com seu tempo. Estas características e motivações podiam assumir tanto

contornos estratégico-militares, como direcionamentos políticos, econômicos, estéticos ou religiosos e, mais importante, têm um conteúdo simbólico intrínseco.

Em relação àqueles elementos gráficos presentes no Plano Piloto e às categorias que definimos em relação à Brasília, nos propusemos fazer um apanhado histórico da idéia da construção de cidades capitais na busca de uma possível tradição urbanística na qual, segundo Benévolo (1994, p. 112), a capital brasileira se inseriria. Perguntamos-nos onde, quando e como aqueles elementos urbanísticos apareceram, fossem eles gráficos, conceituais ou simbólicos.

Trataremos então das persistências simbólicas nesses modelos urbanos, mantendo o entendimento de que as cidades guardam diferenças fundamentais entre si. Diferenças essas estreitamente relacionadas com a época de sua construção, as motivações para esta ter se dado, ou mesmo os objetivos políticos, econômicos e sociais que se queriam atingir com as obras. Porém, uma coisa não podemos negar: o criador, o artista, o projetista, sempre trabalha sobre um referencial teórico, técnico e cultural herdado de seus antecessores. Por mais diluída que esteja essa herança em uma produção contemporânea, ela deixa determinados traços, os quais nos esforçaremos para realçar no caso do Plano Piloto de Brasília.

Para explicitarmos as diferenças entre a cidade moderna e a cidade antiga ou medieval, destacamos, num primeiro momento, como contraponto em termos de concepção, a cidade de Madri, construída no século XVI por Felipe II, no mesmo local onde havia a Villa del Manzanares, tendo sido alçada a capital em 1561. Em relação à nossas categorias, Madri atende as de número 1 e 4, pois sua construção deveu-se às pretensões do Rei por centralizar geograficamente o poder, mantendo o controle equidistante sobre as províncias circundantes – Galícia, Múrcia, Andaluzia e Catalunha (Vesentini, 1996, p.15). Porém, em relação aos elementos gráficos apontando para o poder que destacamos no Plano Piloto de Brasília, não identificamos nenhuma aproximação possível, pelas razões que descrevemos a seguir.

Analisando a planta da cidade (Figura 2), podemos perceber uma evolução centrífuga, onde a parte mais escura representa a vila existente antes da corte se instalar,

seguida de um acréscimo concomitante à reforma do castelo de Alcázar²³. Toda esta parte envolta pelo anel alaranjado, que representa o crescimento verificado do ano de 1561 até o ano de 1600, a partir da transformação da cidade em capital.

Notamos que, em Madri, no período demonstrado pela Figura 2, houve uma manutenção do modelo urbano medieval (Téran, 1992, pp.144-5), com a expansão da cidade obedecendo a um padrão pré-existente na Villa del Manzanares. Este modelo consistia em uma massa construtiva bastante compacta, subdividida por estreitas vias de acesso e circulação formando quadras com desenho bastante irregular. Por outro lado, o crescimento centrífugo em relação ao castelo de Alcázar, norteou a distribuição das saídas e entradas para a cidade de forma radial, em todas as direções, seguindo um padrão aleatório pré-existente, sem nenhuma conotação de indicação do local onde se exercia o poder Real de então. (vide tracejado em preto sobre a Figura 2)

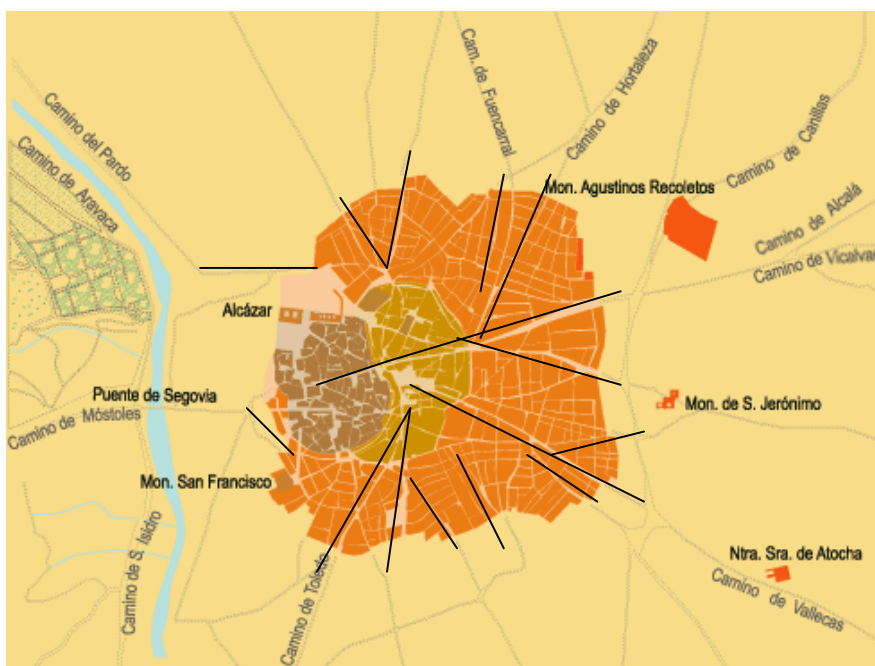


Fig.2- Madri – Expansão da cidade quando vila, em 1560, e como corte, até o ano de 1600. (Disponível em www.madridhistorico.com/imagenes/seccion5_his)

²³ Datando do período da dominação moura terminada no séc.XI, havia no local uma fortificação e também o Palácio de Alcázar, pois a região funcionava como um posto avançado para a defesa de Toledo. Já em 1536, Carlos I, que fazia visitas esporádicas à região, ordenara importantes reformas no Palácio que o ampliou e deu feições renascentistas à fachada, acrescentando ainda duas novas torres. Em 1567, Felipe II ordenou a construção de uma nova muralha já incorporando o crescimento urbano verificado após a instalação da corte. (Terán, 1992, pp. 129-30 e 140-2)

Portanto, a Madri dos anos 1561 a 1600 vai nos servir mais como antítese à cidade da Idade Moderna, que surgiu como negação da concepção urbana medieval, do que como modelo representativo para as experiências urbanas posteriores. Sempre que nos referirmos à cidade antiga, será esse modelo que teremos em mente.

Mas a escolha de Madri para iniciarmos nossa análise não foi fortuita. Ela representa um ponto de transição na evolução da concepção urbanística. Naquele período estava em curso uma alteração importante na visão que o homem fazia do mundo: a vida intra-muros medieval havia forjado uma concepção fechada e limitada dos horizontes, tanto terrenos quanto celeste, ficando em xeque ante as novas descobertas científicas, geográficas e questionamentos filosóficos emergentes na época. Exemplos da ampliação dos horizontes intelectuais, morais e filosóficos daquele período são: o tratado astronômico de Copérnico de 1543; as idéias sobre o infinito, universo e mundo de Giordano Bruno de 1585 e o *Nuncius sidereus* de Galileu de 1610 (Benévolo, 1994, p.9). Naquele contexto houve uma expressiva ampliação dos limites do conhecimento, com importante impacto sobre a idéia que o homem fazia do infinito: de expressão da vida religiosa ou metafísica, o infinito tornou-se parte do mundo tangível, passível de ser investigado.

A perspectiva renascentista²⁴, que havia aparecido em meados do século XV, para resolver problemas formais e técnicos dos projetos arquitetônicos e da representação pictórica, teve sua utilização ampliada e passou a ser considerada quando da reforma ou concepção de novos conjuntos urbanos. Neste sentido, a perspectiva passou a ser usada com a finalidade de representar fisicamente o infinito. Tentava-se, através da perspectiva, partir do que era material e terreno, apontar para dimensões simbólicas intocáveis, transcendentais.

Paulatinamente o urbanismo se libertou da realidade confinada por muros e precisou desenvolver soluções para grandes espaços abertos e grandes dimensões arquitetônicas. Se até o início do século XVI, na concepção do espaço urbano, trabalhava-se com dimensões não superiores aos 300 metros, a partir dali passou-se a trabalhar com o quilômetro ou até

²⁴Sua invenção é creditada ao arquiteto florentino Filippo Brunelleschi (1377-1446), que formulou a equação determinando o fenômeno ótico onde os objetos parecem diminuir a medida que nos afastamos deles. Quando representada no desenho, dá a ilusão de profundidade ou tridimensionalidade. (Gombrich, 1995, p. 227-229).

mesmo vários quilômetros (Ibidem, p.11). Relegando as reformas urbanas ao segundo plano, ganhou força entre os governantes, arquitetos e urbanistas a opção por novas construções, fora dos centros já implantados, onde o uso de perspectivas monumentais²⁵ não enfrentaria limites e barreiras representadas pelas construções já estabelecidas.

Segundo Benévolo (1994, p.79), este processo se deu por dois motivos: a) administrativo e financeiro, pois apesar da concentração de renda nas cortes absolutistas, os recursos eram escassos, caso se almejasse reformar toda uma cidade como Paris, por exemplo; b) grandiloquente e emotivo, pois visava a exaltação hiperbólica do poder real através da criação de espaços cênicos grandiosos e suntuosos, tão grandes quanto as próprias cidades já existentes, porém, com custo muito menor. E ainda mais, com essa prática tinha-se todo o controle sobre a planificação e resultado final do projeto.

Assim, na França, com o intuito de fugir de uma situação urbana caótica enfrentada por Paris, ainda naquele momento uma cidade concebida nos moldes medievais, Luis XIV mandou construir o palácio de Versalhes. Edificado entre os anos de 1663 a 1680, na periferia da capital, em local apartado de aglomerações urbanas pré-existentes, Versalhes está em consonância com nossas categorias 1 e 2 acima, contendo determinados elementos gráficos, como veremos a seguir (Figuras 3 e 4).

Com projeto dos arquitetos Louis le Vau²⁶ e Jules Hardouin-Mansart²⁷ e paisagismo de André Le Nôtre²⁸, Versalhes substituiu Paris como sede administrativa do governo passando também a ser a residência do Rei.

O historiador de arte Ernst Gombrich (1995, p.447) enfatiza a dimensão simbólica de Versalhes:

²⁵É importante diferenciarmos aqui os conceitos de monumentalidade e grandiosidade. Um “monumento” arquitetônico ou urbanístico tem a característica de incorporar determinados valores ou ideologia e os transmitir através dos tempos, revelando muito sobre uma determinada época e lugar. (Leite, 1991, p.20) A simples grandiosidade pode ser desprovida de qualquer significação além de si mesma.

²⁶ Louis Le Vau (1612-1671), arquiteto. Construiu também parte do Louvre e as Tulherias. Foi o encarregado da primeira etapa das obras de Versalhes, tendo como auxiliar o pintor Charles Le Brun (1619-1690), responsável pela decoração interna do palácio.

²⁷ Jules Hardouin-Mansart (1646-1708), arquiteto. Com a morte de Le Vau, o substituiu como arquiteto na construção de Versalhes, sendo responsável pelos projetos do salão dos espelhos e da capela real.

²⁸ André Le Nôtre (1613-1700), paisagista que criou os jardins à francesa, caracterizados pelas perspectivas a perder de vista, pelos lagos e repuxos.

Não foi somente a Igreja Católica que descobriu o poder da arte para impressionar e dominar pela emoção. Os reis e príncipes da Europa seiscentista estavam igualmente ansiosos por exibir seu poderio e assim aumentar a sua ascendência sobre a mente de seus súditos. Também queriam parecer de uma espécie diferente, guindadas por direito divino acima do homem comum. Isso se aplica de maneira especial ao mais poderoso governante da segunda metade do século XVII, Luis XIV da França, em cujo programa político a exibição e esplendor da realeza foram deliberadamente usados. [...] o palácio de Versalhes converteu-se no próprio símbolo de seu imenso poder.

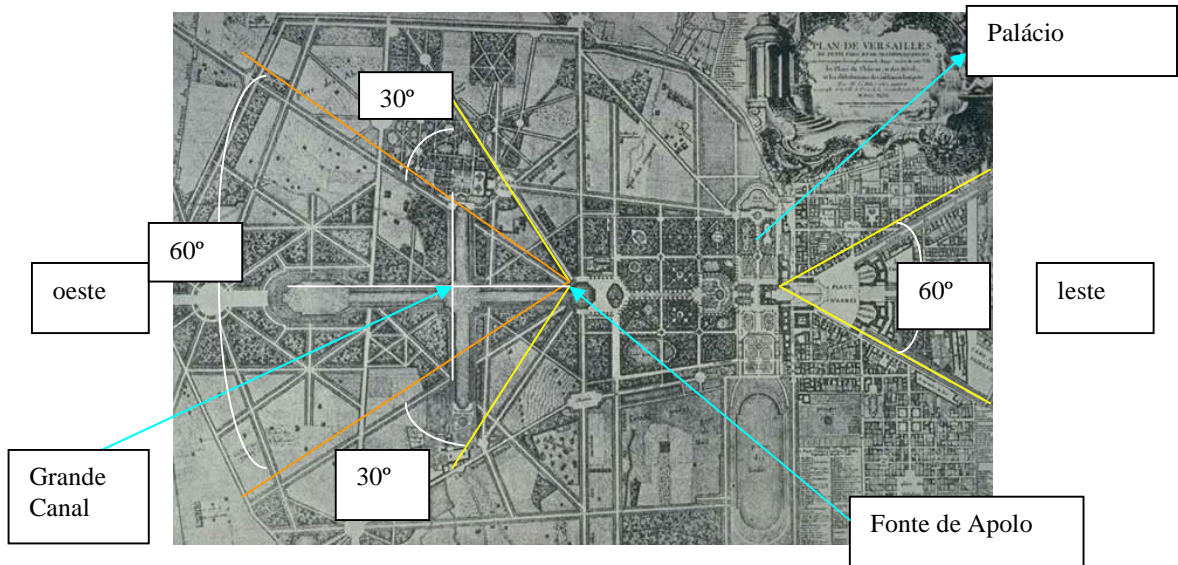


Fig.3- André Le Nôtre – Projeto dos jardins do palácio de Versalhes (Disponível em www.ndsu.nodak.edu/.../versailles_plan1.jpg)

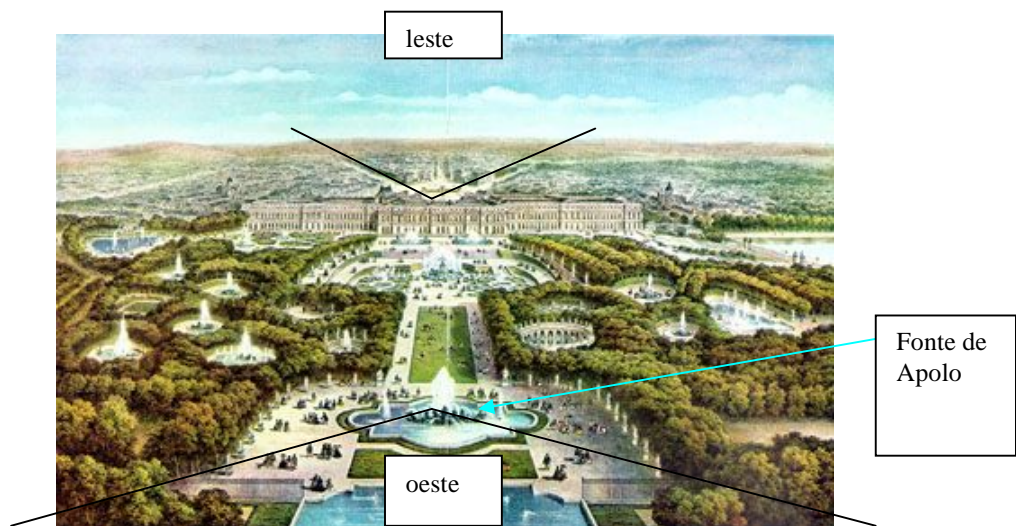


Fig. 4 -Versalhes – 1680 (Disponível em www.witcombe.sbc.edu/.../versaillesgardensview.jpg).

A análise que fazemos do palácio de Versalhes se justifica por ele ter passado a ser chamado de “Cidade Capital”. Concordamos que é uma denominação um tanto problemática pelo fato de “*Paris ter continuado a concentrar as tramitações burocráticas e os processos administrativos de rotina, o “volume da papelada”, segundo Tocqueville*” (Vesentini, 1996, p.16). Porém, de fato, o Palácio concentrou as decisões políticas mais importantes daquele momento na França.

O trabalho paisagístico em Versalhes começou em 1663 com André Le Nôtre tendo que adaptar uma região pantanosa para receber as alamedas, os canais, os espelhos d’água, os jardins, os terraços e finalmente o palácio. Para efeito de nossa análise, o elemento mais importante que destacamos no projeto é o próprio jardim de Le Nôtre.

Para além da monumentalidade e suntuosidade da arquitetura palaciana, para nós, foram os jardins que criaram a cena simbólica onde habitaria o poder. Trabalhando com a dimensão material, com os elementos cênicos elencados acima, Le Nôtre criou a ilusão de que a perspectiva apontava para o infinito, para algum ponto além dos limites terrenos, apesar do ponto de fuga estar a apenas alguns quilômetros. A perspectiva oeste do Palácio começa com a Fonte de Apolo, Deus do sol, e culmina com o grande canal, espelho d’água em cruz, símbolo do infinito que reflete o espaço cósmico.

Orientado no eixo leste-oeste, ou seja, na trajetória seguida pelo sol, todo o projeto e principalmente o espelho d’água permanece iluminado durante todo o dia, representando o quanto era benéfico o governo do Luis XIV (Steenbergen, Reh, 2001, p.199). A água, muito utilizada como recurso cênico em Versalhes, que contava com 1400 fontes, desempenhava um papel simbólico fundamental de nascimento e origem da vida (Ibidem, p. 221).

Na Figura 3 podemos perceber uma área localizada entre os vértices de dois grandes ângulos (em amarelo em nosso gráfico), ali fica o palácio, ali vivia o Rei, para o qual convergiam todas as expectativas de grandeza da nação e do qual emanava todo o poder sentido por seus súditos. Do Rei, dependia a construção diária da imagem de unidade territorial, poderio econômico, poder bélico e segurança do Estado. Para nós, foi impressionante perceber ou perscrutar sobre a simbologia desses dois grandes ângulos. Percebemos que há um efeito telescópico entre eles. O ângulo da direita, voltado para leste

(Paris), construído com exatos 60° , numa representação simbólica daquela estrutura hierárquica e cultural, como que capta todas as influências e emanações que partem da sociedade francesa, já bastante estruturada e hierarquizada e às canaliza para o palácio, e por que não dizer, para o Rei. Dali, este as remete para oeste, passando pela fonte de Apolo, numa imagem de divinização das decisões do Rei, legitimando a expansão das potencialidades econômicas e das fronteiras terrestres. Lembremos da postura francamente expansionista que Luis XIV imprimiu ao seu reinado. Não queremos dizer com isso que houve influência do desenho dos jardins na prática política, e sim ao contrário, era como se a estrutura gráfica representasse, ilustrasse a prática política.

O ângulo voltado para oeste (em amarelo na Figura 3), tem exatos 120° e trás inserido um outro ângulo de 60° (em laranja), ambos abarcando o grande canal. Partindo da Fonte de Apolo e apontando para o Palácio, esses ângulos estabelecem uma ligação direta entre o Deus Sol e o habitante do palácio, o Rei Sol.

Mas o elemento mais importante que destacamos no projeto, é o fato do Palácio estar colocado entre as duas formações geométricas, leste e oeste. Ele paira entre os ângulos, numa imagem que, para nós, é a representação do poder absoluto do Rei. Neste ponto, o projeto foi totalmente coerente com a estrutura político-administrativa da época e, com isso, nos fornece dicas gráficas daquela conjuntura.

Versalhes seria, para nós, um exemplo marcante daquela tradição urbanística aventada por Benévolo. Destacamos que os elementos simbólicos gráficos em seu plano, ao se remeterem à sede do poder, de alguma forma deixaram persistências, sendo incorporados em outras experiências urbanísticas, como veremos a seguir.

A herança simbólico-urbanística de Versalhes reaparecerá em seguida, numa outra conjuntura política, do outro lado do Atlântico. Em 1791, pouco mais de um século depois da construção do palácio na França, o Presidente George Washington, escolheu um local neutro para construir-se a Federal City, a futura capital americana, a fim de manter-se fora da influência de um único estado federado²⁹.

²⁹ Em homenagem ao líder da independência, a Capital foi denominada Washington em 1800, um ano após seu falecimento.

Segundo José William Vesentini (1996, p.16), a concepção urbanística de Washington:

[...] está indissociavelmente ligada a uma certa concepção bastante datada de federalismo e democracia, [...] que simbolizava uma busca do novo, a fundação de uma nova República em oposição ao mundo antigo, [...] no imaginário social da nação norte-americana houve e talvez ainda haja a forte presença de um lema impresso em toda nota de Dólar – *Novus Ordo Saeclorum* - uma nova ordem do mundo.

Com projeto de Pierre L'Enfant³⁰ e Andrew Ellicott, a construção começou pela Casa Branca em 1792, seguida pelo Capitólio no ano seguinte. Para nós, Washington atende as categorias 1 e 2, inaugurando um modelo urbano que muito iria influenciar os engenheiros brasileiros do século XIX, principalmente os construtores de Belo Horizonte, como veremos mais adiante.

Ao mesmo tempo, ao fazermos a análise dos elementos gráficos existentes na planta da cidade, percebemos de imediato aquelas persistências das quais falamos anteriormente. Elementos do modelo anterior são incorporados ao novo projeto e, aliados a outros elementos, criam um novo conceito de espaço urbano.

O que primeiro nos chama a atenção na planta de Washington (Figura 5) é sua ordenação no sentido leste-oeste, seguindo a mesma orientação que verificamos em Versalhes e Brasília.

Outro elemento que se destaca é a malha viária ortogonal com uma superposição de diagonais mais largas, configurando artérias principais para circulação. Este desenho é um reflexo direto do racionalismo iluminista aplicado ao urbanismo.

Notamos também, que a Praça Cívica, composta do lado oeste pelo Capitólio e pela Casa Branca, e pelo lado leste pelo Capitólio, Suprema Corte e Biblioteca do Congresso, está inserida em dois triângulos (Figura 6). O triângulo do lado leste tem seu vértice sobre o Capitólio medindo 60°, e o do lado oeste, também partindo do mesmo ponto, mede 40°. Seu

³⁰Pierre Charles L'Enfant (1754-1825). Arquiteto e engenheiro francês naturalizado americano, nasceu em Paris. Estudou na Royal Academy of Painting and Sculpture de Londres (1771-1776), onde cursou pintura e arquitetura. Foi para a América para servir como voluntário na American Revolutionary Army, lá permaneceu trabalhando como arquiteto e urbanista. Foi contratado por George Washington, primeiro presidente norte-americano (1789-1797), para projetar a capital do país. Antes de concluir seu trabalho foi demitido pelo Presidente e a construção da cidade foi terminada pelos engenheiros Andrew Ellicott e Benjamin Banneker. O Distrito de Columbia foi inaugurado como capital permanente dos Estados Unidos da América em 1800, no governo de John Adams, segundo presidente norte-americano (1797-1801).

terceiro vértice (ao sul) era inexistente na planta original (Figura 5). Este só foi materializado em 1902, com a construção do Jefferson Memorial (Figura 6), edificado em um aterro do rio Potomak (Benévolo, 1994, p.93).

Porém, o importante para nós no conjunto é o fato dos dois triângulos estarem unidos no vértice sobre o Capitólio, sede do Legislativo Federal e casa de representação política de toda a nação. Percebemos que neste dado há uma sofisticação e adaptação daquele modelo absolutista de Versalhes a uma nova realidade, onde o foco está no poder conferido pelo povo a seus representantes. Em termos formais, são os mesmos elementos, passados por uma revisão e atualização histórica para representar um momento sócio-político e filosófico específico.

Ainda na Praça Cívica, se ligarmos o Capitólio ao Lincoln Memorial (leste-oeste) e a Casa Branca ao Jefferson Memorial (norte-sul), conseguiremos a formação em cruz, em torno da qual se estruturou o Plano para a capital americana. Assim como em Versalhes, aparece também como elemento cênico principal: a água, na forma de um grande espelho d'água que se estende por toda a metade leste-oeste, em frente ao Lincoln Memorial.

Uma particularidade que destacamos em nossa análise é o triângulo formado pelo Capitólio, Suprema Corte e Biblioteca do Congresso. Temos ali apenas dois poderes da República: o Legislativo e o Judiciário. Composto a formação temos a sede ou, a guardiã do conhecimento: a biblioteca. O terceiro poder, o Executivo, com sede na Casa Branca, ficou apartado, integrando outra formação triangular unido a um dos patriarcas da independência americana: o monumento a Jefferson, ao sul.

Todo o conjunto parece nos falar sobre a autonomia administrativa conferida aos estados e à Presidência, presentes no federalismo americano, onde, tanto o chefe do Executivo quanto os Governadores de Estado e Assembléias Legislativas, têm prerrogativas importantes para legislar. Nesse sentido, mais uma vez encontramos coerência entre a simbologia gráfica presente no plano e aquela conjuntura política vivida nos Estados Unidos na virada dos séculos XVIII para o XIX.

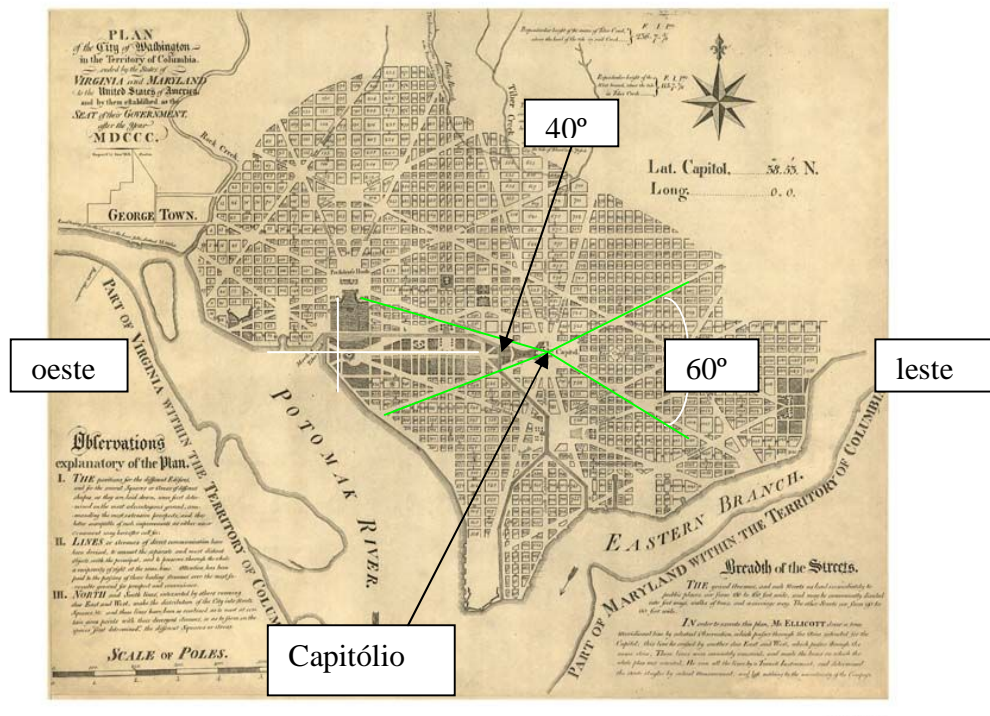


Fig.5- Pierre L'Enfant e Andrew Ellicott. Plano para Washington (disponível em www.63.251.54.141/images/PlanofWashingtonDC1792.jpg).



Fig.6- Mapa atual de Washington (disponível em http://www.lonelyplanet.com/mapshells/north_america/washington_dc/washington_dc.htm).

No decorrer do século XIX, foram incorporados mais alguns elementos a esta tradição urbano-simbólica que estamos analisando. Trata-se de questionamentos relativos ao próprio conceito de cidade que se queria construir. Questões essas, motivadas pela crise urbana provocada pela Revolução Industrial, que suscitaram o desenvolvimento de possíveis soluções às disfunções diagnosticadas pelos urbanistas.

Um caso exemplar, neste sentido, é o de Paris, ao retomar o status de capital da França. Além das alterações urbanas promovidas por Napoleão, as mudanças mais radicais se deram apenas em meados do século XIX, com a reurbanização promovida durante a gestão do Barão Georges Eugène Haussmann frente à prefeitura da cidade (1851-1870).

Para nós, a importância de Paris não está exatamente em padrões gráficos existentes na planta que remetam à simbologia do poder, apesar de estarem presentes na monumentalidade do eixo principal (Champs Elisés). A importância está no conjunto de conceitos que nortearam o modelo das alterações urbanas que influenciaram concepções de cidades capitais construídas posteriormente.



Figura 7 – Georges Eugène Haussmann, Plano para Paris, 1851-1870. Plano indicando as novas ruas e os novos bairros. (apud BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p.592).

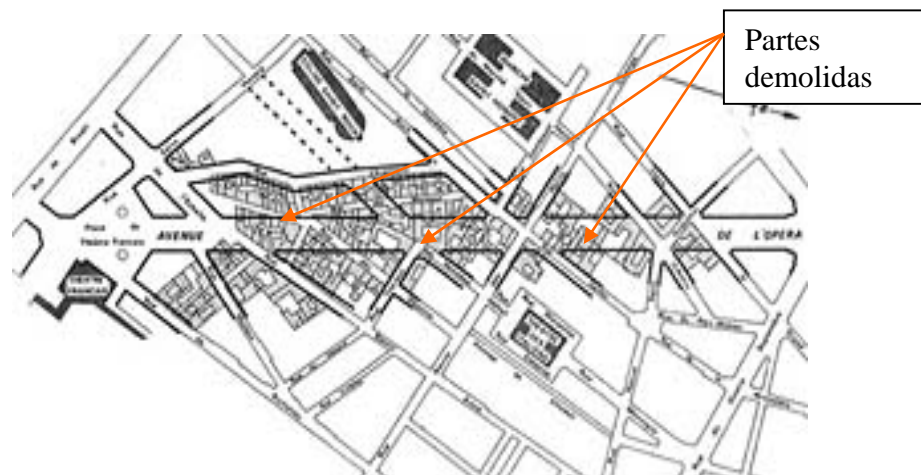


Figura 8 – Georges Eugène Haussmann, Plano para Paris, 1851-1870. (apud BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1983, p.591).

O modelo, implementado pelos engenheiros auxiliares de Haussmann – Eugène Belgrand e Jean Charles Alphand (Figuras 7 e 8) – baseou-se principalmente no conceito de “fluxos de circulação e nas malhas que os organizavam, um componente técnico surpreendente por sua relativa indiferença à arquitetura” (Picon, 2001, p.67).

Bernard Lepetit (2001, p. 41-2), ao analisar as alterações urbanas sofridas por Paris durante o século XIX, às credita a dois fatores:

- 1- Ao diagnóstico de que na cidade antiga havia uma “*disfunção urbana*”, com bairros numa situação deplorável, evidenciada pelos relatórios sanitários de 1820 e reforçada pela epidemia de cólera de 1832 (Ibidem, p.59).
- 2- Com a Revolução Industrial e o fim do absolutismo monárquico, as cidades mudaram seu status: as mudanças políticas democratizantes aliadas às dinâmicas de mercado – produção e consumo - influenciaram alterações na estrutura organizacional do espaço urbano oriundo da época do absolutismo; as necessidades de *circulação* e intercomunicação entre as cidades repercutiram na reengenharia das malhas viárias³¹. (Ibidem, p.60)

³¹ Para isso, tratou-se de organizar a localização de determinados edifícios e equipamentos urbanos de acordo com sua destinação – parques, teatros, administração pública, escolas, etc., isto para melhor gerenciar o fluxo de usuários que se dirigissem a eles, otimizando o uso e impedindo aglomerações. “*O arranjo funcional foi transferido da arquitetura para o urbanismo*” (Lepetit, 2001, p.60).

Ainda sobre a situação urbana da cidade antiga, Picon (2001, p.76) escreveu:

A herança medieval é também sinônimo de ruas escuras, de centros onde se amontoa uma população miserável, sem falar nas dificuldades de circulação provocadas pelas massas urbanas compactas que justificam os gestos de racionalização dos administradores locais [...].

Na busca da “cura” às disfunções diagnosticadas, os engenheiros e arquitetos, entusiastas da indústria, das estradas de ferro, da arquitetura metálica, do “*equilíbrio entre razão e sentimento, ciência e arte, técnica e inspiração poética*”, foram buscar inspiração no Sansimonismo³² (Picon, 2001, p.84). Ligavam a transformação de Paris à reorganização de toda a França. Paris se tornaria uma cidade de movimento e fluxos, uma cidade de redes – rede viária, rede de água e esgotos, rede de parques e passeios públicos (Ibidem, p.86).

O problema da falta de coincidência entre o centro geográfico e o centro econômico e político do país foi superado pela construção de novas vias de acesso e da estrada de ferro de Orléans, que, segundo Michel Chevalier, “*tornou a posição de Paris mais central*” (Lepetit, 2001, p.44). Lepetit completa:

À ênfase dada à formação do sentimento moral individual (do Iluminismo), substituiu-se um ideal de conciliação que passa pela “*disponibilização*” de um mínimo de recursos para diferentes classes. Os parques, os squares, as avenidas arborizadas da Paris Haussmanniana, essa natureza domesticada à qual os higienistas atribuem virtudes curativas [...], são alguns destes recursos (Ibidem, p.86).

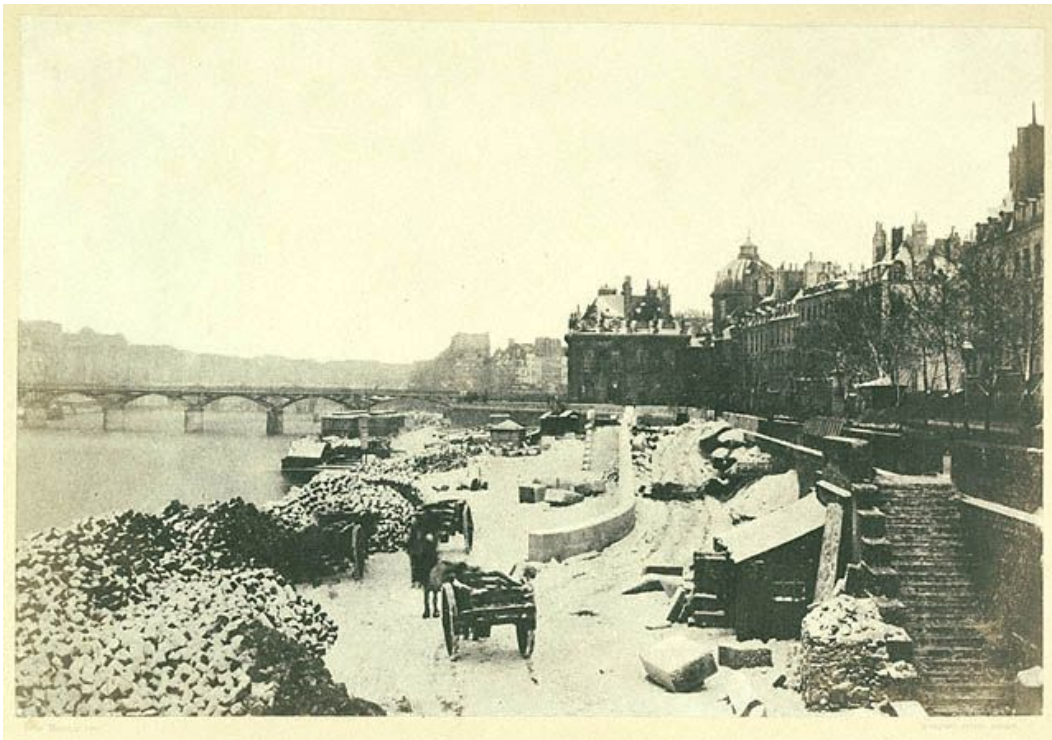
Em um período onde ainda não existia o pensamento culturalista, a continuidade de determinados sítios urbanos não era considerada relevante, sendo tomados mais como entraves à reurbanização do que monumentos dignos de preservação. Suas memórias estão presentes apenas em pinturas ou fotografias, como as de Charles Marville (Fotografia 1), feitas durante a gestão de Haussmann, onde aparecem, numa mesma imagem, a velha cidade sendo demolida e a nova cidade que está por vir. Segundo Salgueiro (2001, p. 159):

³² Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), formulou uma teoria onde a sociedade deveria organizar-se como indústria, destacando a necessidade da aliança entre os industriais e os “cientistas positivos”, como os fisiologistas, físicos, geômetras e principalmente os engenheiros de pontes e estradas, visando a “reorganização do corpo político”. Esta aliança fundaria um novo modo de gestão, orientada não mais para o “governo dos homens” mas para a “administração das coisas”. Saint-Simon configura o “sistema industrial” como “organismo rede” e o organismo social teria como princípio a hierarquia de funções. Em seu pensamento, as redes, quer fossem materiais ou imateriais, de transportes, bancária ou de símbolos, são o arquétipo de organização. (Mattelart, 2002, p.34 e 35)

[...] nessa representação, a lógica do efeito visual do conjunto e de suas partes conta mais do que a memória de um passado considerado obsoleto, cuja imagem deve ser apagada..

Tratava-se de higienizar, aerar, dotar a cidade de fluidez, que ela funcionasse como uma máquina azeitada, tendo como premissa utópica que as alterações urbanas seriam capazes de promover alterações no tecido social. Aqueles homens estavam “*convencidos que o fato urbano tinha uma dimensão fundamentalmente social*” (Lepetit, 2001, p.43).

A partir deste período, já no século XX, veremos que essas formulações teóricas teriam grande influência sobre o desenvolvimento da arquitetura modernista, então em período embrionário.



Fotografia 1 - [Charles Marville](#), fotógrafo; [Louis Désiré Blanquart-Evrard](#), impressor, Paris, 1851-1855 Salt print 9 9/16 x 14 1/16
84.XM.505.36 (Disponível em www.getty.edu/art/collections/objects/o68627.html).

Congregados numa associação profissional, o CIAM – *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* – arquitetos e urbanistas que comungavam dos mesmos ideais desempenharam importante papel nos rumos seguidos pelo design urbano a partir de 1928, ano da primeira reunião do grupo. “*Para os CIAM, a nova urbanística não poderia*

reduzir-se à melhoria técnica da urbanística corrente, mas construir uma alternativa com inspiração ideológica e política distinta” (Lamas, 1992, p.337). A partir de 1933, com a redação da *Carta de Atenas*, o nome de Le Corbusier³³ emergiu do grupo, passando a exercer grande influência na arquitetura e urbanismo modernistas. Nascia naquele momento o planejamento urbano sob a ótica funcionalista: Habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular. Porém, com uma preocupação plástica importante, aliada a uma recusa à configuração da cidade tradicional.

Se contrapondo à cidade antiga, a cidade modernista é subdividida em zonas, atendendo às funções defendidas pela *Carta de Atenas*. São criados os sistemas: de trabalho, de habitação, de lazer e de circulação. Cada um deles com alto grau de autonomia em relação aos outros, projetados inclusive em plantas separadas (Ibidem, p. 303). Nessa autonomia de sistemas está a maior diferença entre a cidade modernista e a cidade tradicional, onde há um conjunto de espaços públicos que promove o entrelaçamento dos vários sistemas constitutivos.

Por outro lado, a crítica e recusa do modelo tradicional de cidade levou o urbanismo modernista a admitir a destruição da memória urbana, promovendo, em alguns casos, sua renovação integral. A utopia modernista pressupunha uma questionável adesão social, que não ocorreu, e nesse sentido pode ser considerada autoritária, quando impôs seus preceitos à determinadas conjunturas sem a devida consulta sobre sua aceitação. (Ibidem, p. 356)

Ainda em nosso levantamento de exemplos da construção de cidades capitais antecedentes à Brasília temos Canberra, na Austrália, construída em 1913, já com a finalidade de ser a sede político-administrativa do país (Figura 9). Como Washington, foi também construída num local neutro que não privilegiasse as duas cidades mais importantes do país naquele momento - Sydney e Melbourne – ficando então a meio caminho, entre as duas.

³³ Le Corbusier (1887-1965), apelido do arquiteto suíço naturalizado francês Charles-Edouard Jeanneret. Com a exposição intitulada “*O arquiteto do século*”, em 1987 a *Tate Gallery*, de Londres, homenageou o centenário de nascimento de Le Corbusier. Foi o reconhecimento pelo trabalho que influenciou o pensamento urbano-arquitetônico modernista das Américas ao Japão. Toda uma geração seguiu seus preceitos funcionalistas: planta livre; sistemas independentes; apologia de edifícios altos; crença na civilização maquinicista e tecnológica; defesa dos grandes blocos habitacionais e de sua colocação livre no solo, fugindo das simetrias (Lamas, 1992, p.317-8).

A cidade está centrada numa colina onde se localiza o Capitólio, edificado apenas em 1988, de onde parte uma formação de artérias em estrela que promovem a integração com o restante da cidade, organizado em núcleos, em função do relevo acidentado (Benévolo, 1991, p. 110). Temos em Canberra uma outra simbologia de poder em relação às cidades que já estudamos: nela, se mantém as linhas convergentes para a sede do poder, mas estas estão aliadas à perspectiva ascendente, em função de sua localização no alto de uma colina, de onde emanam as decisões políticas soberanas.



Fig. 9 - Plano de Canberra (Disponível em www.kheper.net/.../images/Griffins_design.jpg)

Como podemos ver na ilustração acima, em relação ao centro cívico, Camberra segue aquele modelo já desenvolvido em Washington, com a sede do poder legislativo também ocupando o vértice de dois ângulos, sendo que, ambos medem 60°. O restante da cidade segue outro modelo urbanístico, bastante diferente do racionalismo geométrico da

capital americana. Camberra, por seu lado, já apresenta alguns sinais da setorização de funções, que o urbanismo e arquitetura modernistas iriam priorizar em seus projetos nas décadas seguintes. Notemos que a cidade possui algumas artérias que levam a núcleos residenciais autônomos, organizados de forma circular, formato que seria amplamente utilizado nos conjuntos residenciais das ampliações urbanas levadas a efeito nas periferias das grandes cidades, no decorrer do século XX.

Outro exemplo de cidade capital bastante próximo de Brasília, em termos de concepção, mas bastante diferente quando observamos o resultado final do plano urbano é Chandigarh, na Índia. Construída em 1951, para ser a capital do Estado de Punjab, foi projetada pelo arquiteto e urbanista Le Corbusier, seguindo os princípios básicos oriundos da *Carta de Atenas*, descritos por nós acima. (Gorovitz, 1985, p.29)

Le Corbusier não se preocupou em integrar o centro cívico ao corpo da cidade cidade, por não considerar aquele um fator participante do tecido urbano. Por isso, o Capitólio, que congrega num único volume as duas assembleias – Assembly Chamber e Council Chamber – foi construído apartado do plano urbano (Ibidem, p.30). Em relação às nossas categorias, Chandigarh atende as de número 1, 2 e 5, pois, foi construída longe de aglomerações urbanas pré-existentes, especificamente para ser sede do poder e, em sua concepção, seguiu os ditames da arquitetura e urbanismo modernistas (Figura 10 e Fotografia 2).

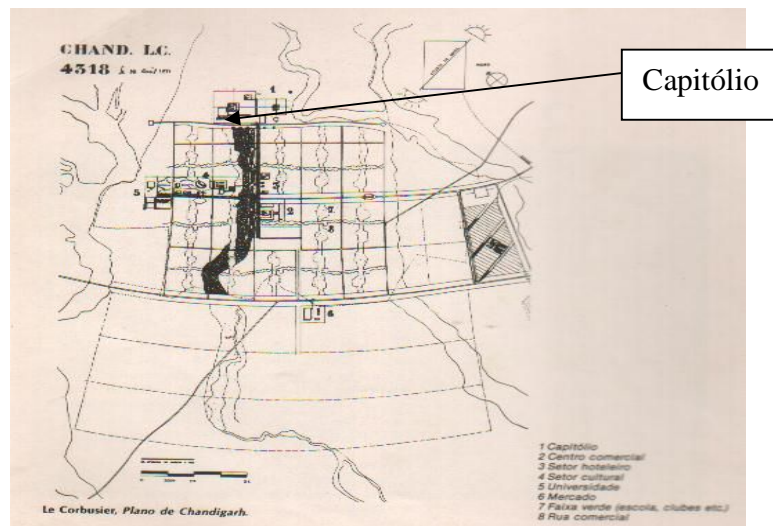
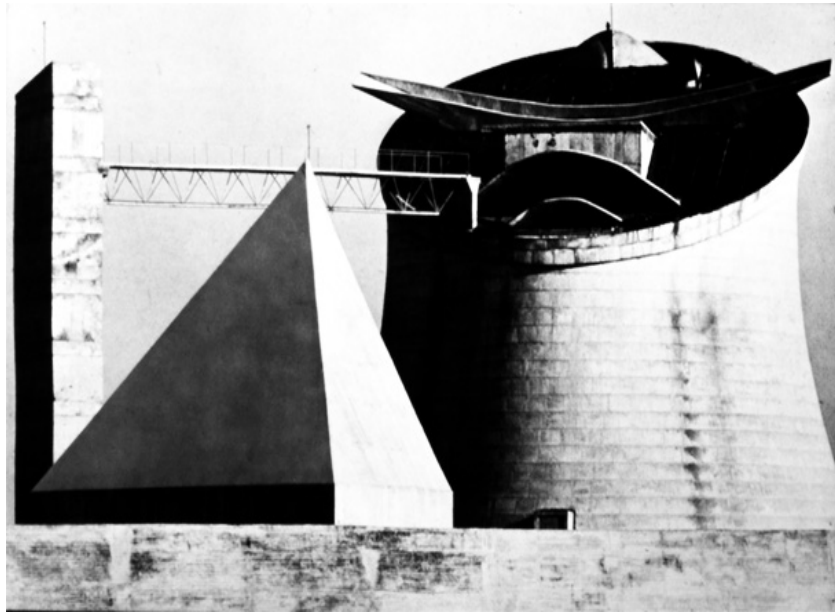


Fig.10 -Le Corbusier, 1951- Plano para Chandigarh (apud Gorovitz, 1985)



Fotografia 2– Le Corbusier-1951. Detalhe do Capitólio de Chandigarh (Disponível em www.ab-a.net/bin/city-machine.chandigarh.jpg)

Seja pelo racionalismo geométrico que visualizamos na planta, evidenciado pelo traçado quadriculado, seja pelo espaço reservado no projeto para um futuro crescimento da cidade, caracterizado pelo grande retângulo curvo, abaixo do plano urbano, fica evidente que Le Corbusier manteve neste projeto sua rejeição ao modelo da cidade tradicional. Ao mesmo tempo, no prédio do Capitólio, seguiu linhas de uma geometria e distanciamento do naturalismo que não deixam de causar um estranhamento num primeiro olhar. Apesar da contemporaneidade com o projeto de Brasília, ao contrário desta, Chandigarh parece assumir uma posição propositalmente a-histórica, negando assimilar qualquer elemento urbano simbólico de poder que remetesse a modelos do passado. Portanto, se Madri nos serviu como contraponto aos modelos de cidade moderna que à sucederam, Chandigarh, representa uma ruptura na tradição urbanística que, para nós, Lúcio Costa não queria promover ao conceber Brasília.

Voltando nosso olhar, agora para o Brasil, descobrimos que também temos uma pequena tradição na construção de cidades capitais. Precedente à Brasília, houve a construção em 1852 da cidade de Teresina, no Piauí, efetivada pelo Presidente da Província, José Antônio Saraiva. Homenageando a Imperatriz Dona Teresa Cristina, Saraiva deu nome à cidade (antigamente grafada Theresina) e, pessoalmente, desenhou seu traçado urbano, ligando os rios Poti e Parnaíba com ruas paralelas no sentido leste-oeste e

suas perpendiculares no sentido norte-sul, utilizando o consagrado formato do tabuleiro de xadrez, comum desde os primórdios do aparecimento das cidades. Mas, além do fato de ter sido construída para ser capital, para efeito de nosso trabalho, não encontramos no plano urbano de Teresina outras simbologias remetendo à sede do poder que pudéssemos ressaltar e demonstrar aqui.

Diferente do que encontramos em Minas Gerais na última década do século XIX. Com a proclamação da República e a implantação do federalismo no Brasil, pela constituição republicana de 1891, ganhou força no Estado a idéia de construir-se uma nova capital, ligada às representações mentais de recomeço e regeneração (Salgueiro, 2001, p.136). A capital mineira de então, Ouro Preto, assim como a Paris do século XVIII, era tida pelos mudancistas como arcaica, “[...] *sem horizontes, sem espaço, sem ar e sem luz*” (Ibidem, p.144). Ouro Preto, que na época da mineração, por razões de segurança, foi plantada no fim de caminhos, para os engenheiros e sanitaristas do século XIX, era totalmente incompatível com uma capital moderna para a qual preconizavam a promoção da união geográfica do Estado. Sua ambição era ainda maior, através do “*Plano Geral de Ligação*”, aqueles profissionais queriam efetivar, do norte ao sul do país, uma rede que permitisse a mobilidade territorial, absolutamente inexistente na época (Ibidem, p. 147 e 148).

Sendo assim, Belo Horizonte atende nossas categorias 1, 2, e 4, pois: foi construída para ser capital; apartada de centros já existentes; e objetivava centralizar territorialmente a administração pública. Em relação à nova capital mineira é interessante notar uma coincidência histórica e, ao mesmo tempo, questionarmos se foi mero acaso a futura defesa, por parte de Juscelino Kubitschek, da mudança da capital federal. O fato de JK ter sido prefeito (interventor) da capital mineira (1940-45) seria um fator condicionante para sua postura mudancista em relação à Brasília anos depois? Este é um fato difícil de comprovar, mas, possivelmente, plantou certa disponibilidade, uma abertura à idéia mudancista.

Belo Horizonte teve as características almejadas para a nova capital descritas no “*Relatório de estudo das localidades indicadas para a nova capital*”, produzido pela comissão construtora da cidade. O documento foi analisado por Heliana Angotti Salgueiro (2001), e comparado com os escritos dos pensadores franceses do século XIX, seguidores

de Saint-Simon: Charles Fourier, Jean Reynard e Michel Chevalier, todos bastante difundidos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de onde saíram os engenheiros responsáveis pela construção da nova capital mineira. Com esta comparação, Salgueiro procurou identificar o modelo de representação de cidade apropriado pelos brasileiros, estabelecendo pontos de contato entre aqueles pensadores chamados de utopistas e nossos engenheiros construtores.

Projetada em 1893, pelo engenheiro agrimensor paraense Aarão Reis³⁴ e pelo engenheiro e arquiteto José de Magalhães³⁵, Belo Horizonte foi mandada construir pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Afonso Pena, sendo inaugurada por seu sucessor, Bias Fortes, em 1897 (Carpintero, 1998, p. 32).

Segundo Salgueiro (2001, p.140), quando um modelo é transplantado para um outro contexto, ele sempre passa por transformações, adaptações muitas vezes contraditórias e fragmentadas, e, para entendê-lo, devemos “*entender as diferenças no espaço-tempo próprias à historicidade das situações e à trajetória de vida de seus atores*”. Neste sentido é interessante notar que um mesmo modelo teórico não gera, necessariamente, uma planta igual de cidade, como podemos perceber no caso da Paris de Haussmann e da Belo Horizonte de Reis. Se Haussmann optou por reformar a cidade criando uma malha de ruas em ângulos agudos (Figura 7), Reis preferiu construir uma nova cidade, com uma ordenação quadriculada e algumas diagonais superpostas (Figura 11). Provavelmente esta diferença, em muito, pode ter sido determinada pelo fato de uma das cidades ter resultado

³⁴Aarão Reis diplomou-se em 1873 em Ciências Físicas e Matemáticas e, em 1874, em Engenharia Civil. Profissionalmente dedicou-se tanto a atividades didáticas quanto a funções administrativas no setor de obras públicas. Publicou obras técnicas e científicas, para a instrução pública e obras sobre economia política onde aparecia a retórica do progresso e da civilização, tão características do século XIX. Organizou e compilou os discursos sobre o plano geral sobre a combinação dos rios navegáveis com as vias férreas no Brasil, realizados durante o *Primeiro Congresso das Estradas de Ferro do Brasil*, realizado no Rio de Janeiro em 1882, sendo publicado pelo Clube de Engenharia em 1884. Nos discursos aparece como modelo o estudo de Michel Chevalier sobre a mesma questão na França, datado de 1845. (Salgueiro, 2001, p.137-8)

³⁵ José de Magalhães diplomou-se em Ciências Físicas e Matemáticas e posteriormente, em 1874, obteve o título de engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Viveu em Paris de 1876 a 1880, onde frequentou a *École Nationale et Spéciale de Dessin et de Mathématiques*, o atelier de arquitetura de Honoré Daumet e a *second classe* da *École des Beaux-Arts*. Voltando ao Rio de Janeiro se destacou como representante da arquitetura progressista. (Salgueiro, 2001, p.138)

Para ver mais: Salgueiro, Heliana A. **Engenheiro Aarão Reis: O Progresso como Missão**. Belo Horizonte: Coleção Centenário, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro/CREA-MG, 1997.

de uma reforma e a outra ter sido totalmente planejada e construída em um terreno desimpedido.

Segundo Yves Bruand³⁶ (1981, *apud* Carpintero, 1998, p. 35):

A concepção de Aarão Reis oferecia uma mistura de tradições americana e européia do século XIX em matéria de urbanismo; o engenheiro brasileiro tomou emprestado o tabuleiro de xadrez da primeira, mas corrigiu-o por meio de amplas artérias oblíquas, de estrelas, de perspectivas monumentais que provinham diretamente do velho mundo e onde aparecia mais de uma vez a influência de Haussmann. Portanto o plano de Belo Horizonte era uma tentativa de síntese original e uma experiência interessante. O objetivo – criar uma cidade ordenada, arejada, não isenta de uma certa grandeza natural – foi atingido [...]



Fig.11 – Belo Horizonte-Trecho projetado por Aarão Reis (*apud* Carpintero, 1998)

A partir da análise do racionalismo geométrico de Aarão Reis, Carpintero (1998, p. 36) o aproxima dos fundamentos politécnicos do positivismo, corrente de pensamento com forte influência no Brasil do final do século XIX. Podemos perceber no projeto de Aarão Reis as semelhanças com o plano de Washington, com o centro cívico envolvido pelo corpo da cidade e o uso de duas malhas quadriculadas de tamanhos diferentes que se superpõem

³⁶BRUAN, Yves. *A Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p.348-9.

diagonalmente. Como em Washington, a Praça Cívica está no vértice de um grande triângulo, mas o que mais chama a atenção é realmente o racionalismo da planta, que mesmo numa região acidentada como aquela, Reis impôs o traçado quadriculado, abstraindo das limitações geográficas.

Ao mesmo tempo, o Palácio do Governo está no vértice de um grande ângulo, aqui, de 90°. Com isso, o foco foi tirado do Poder Legislativo, presente em Washington, e posicionado sobre o Executivo, talvez enfatizando as preferências históricas por um Poder Executivo forte no Brasil.

No caso de Belo Horizonte, o *Relatório* da comissão de construção uniu utopia e cientificismo para analisar cada local e escolher o mais apropriado, que fosse “*belo e útil*”, que fosse salubre e significasse uma centralidade territorial, que tivesse bom clima e condições de drenagem fácil, que tivesse água potável abundante e dispusesse de materiais a serem usados na construção (Salgueiro, 2001, p.143). No *Relatório*, a centralidade aparece aliada à idéia de “*rede*”, articulando cidade e território, com a capital polarizando e organizando o sistema de trocas comerciais, exatamente como preconizavam os princípios da economia política francesa de meados do século XIX com o conceito Sansimonista da “*gravitação política*”, onde a capital seria o “*ponto de equilíbrio e de coesão entre cidades cujas diversidades geoeconômicas pareciam conduzir ao separatismo*” (Ibidem, p.147-148). É interessante ressaltar que os construtores de Belo Horizonte já explicitavam em seu discurso fundador, que apesar da cidade sediar a capital de um Estado da Federação, eles já almejavam que ela promovesse a integração nacional. Este discurso foi depois, para Brasília, um dos carros-chefe da argumentação em prol da mudança da capital federal.

Após Belo Horizonte, ainda tivemos no Brasil a construção de Goiânia (Figura 12), construída no mandato do governador Pedro Ludovico, com obras iniciadas em 1933 e projeto do arquiteto Atílio Correia Lima, que foi buscar, segundo ele próprio, “*inspiração em Versalhes, Karlsruhe e Washington*” (Carpintero, 1998, p.37). Haveria então em Goiânia, segundo o autor do projeto, uma mescla do modelo Barroco de Versalhes com o modelo racionalista americano.

Para Carpintero (1998, p.39), no projeto de Goiânia, diferentemente de Belo Horizonte, aparece predominantemente uma concepção de organização do espaço urbano,

mais ligada ao período barroco, ilustrado acima por Versalhes. Segundo este autor, são perceptíveis as linhas que convergem para a praça cívica, para a sede do poder, aludindo a uma tendência centralista, concepção típica do Barroco e do absolutismo seiscentista francês:

[...] as alusões a Versalhes deixam claras as alegorias barrocas de monumentalidade e poder. (Carpintero, 1998, p.40)

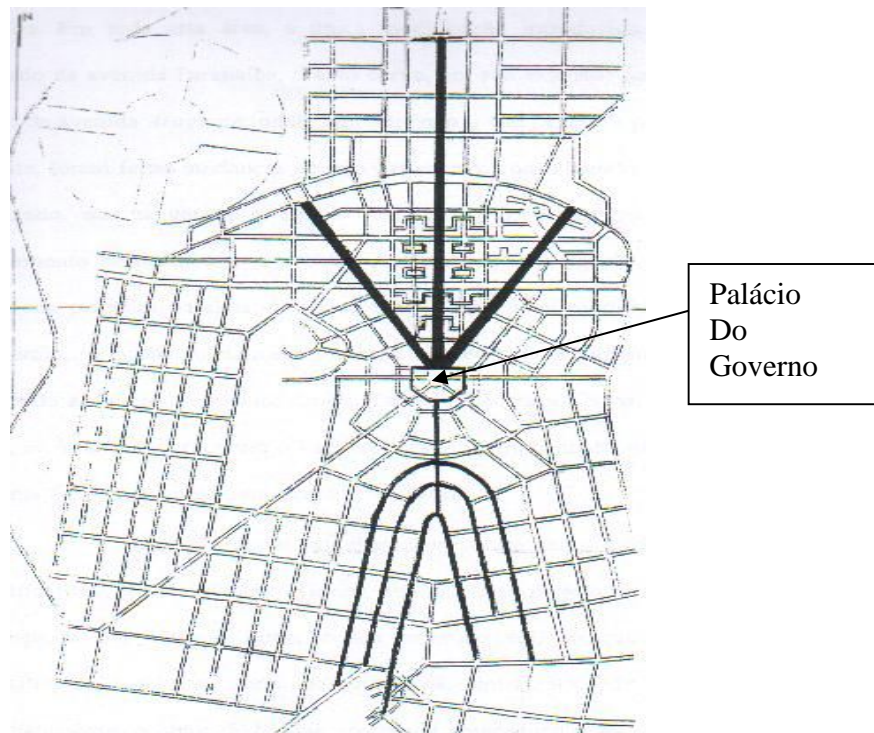


Fig.12 – Goiânia - Trecho projetado por Atílio Correia Lima (*apud* Carpintero, 1998)

Para nós, por outro lado, tanto Versalhes quanto Washington têm muita coisa em comum em termos de inserção do centro de poder no desenho urbanístico. Em ambas, as linhas apontam para o local, o identificando prontamente. Em Washington há o acréscimo do quadriculado racionalista em sua malha viária, que, quando comparadas a Goiânia, percebemos uma mescla de elementos. Na planta da cidade (Figura 12), temos a Praça Cívica (Palácio do Governo) no vértice de dois grandes ângulos e, à sua volta, uma malha quadriculada entrecortada por diagonais amplas para circulação. Ao mesmo tempo não há

uma preocupação com simetria rígida no desenho, como podemos notar também em alguns pontos dos jardins de Versalhes.

Portanto, não era exatamente uma novidade para o Brasil, a construção de novas capitais. Ao se decidir pela construção de Brasília, encontraram-se as duas pontas de uma história. Visualizamos as reminiscências e o fim de uma tradição urbanística, da qual Brasília foi a última representante (Benévolo, 1994, p.112-3).

Quando olhamos especificamente para o eixo monumental de Brasília (Figura 1), vamos encontrar, assim como em Versalhes, Washington, Canberra, Belo Horizonte e Goiânia, ângulos agudos apontando para o Centro Cívico. Em Brasília, eles formam a Praça dos Três Poderes de um lado, e dá as inclinações das Asas Norte e Sul, de outro. Percebemos então que Lúcio Costa se apropriou daquela solução urbanística e simbólica, mas com uma significação totalmente diversa em relação a Versalhes, ao mesmo tempo, inovadora em relação a Washington e às outras cidades. Se em Versalhes os ângulos remetiam à centralização do poder em uma única mão, em Brasília, o triângulo equilátero da Praça dos Três Poderes serviu para reforçar a necessidade de equilíbrio entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Com isso, Lúcio Costa promoveu uma sofisticação daquela configuração que apareceu no Centro Cívico de Washington, onde, em consonância com sua configuração político-administrativa, não houve a preocupação de unir os poderes numa única forma geométrica.

Em Brasília, além do triângulo representado pela praça dos três poderes, com base voltada para leste, Lúcio Costa colocou também todo o Plano Piloto em um grande triângulo equilátero, com a base voltada para o oeste. Ou seja, encontramos novamente aquele efeito telescópico presente na diagramação dos jardins de Versalhes. No Brasil, do leste, onde se concentrava a maior parte da população brasileira, partiam todas as formulações políticas, econômicas e culturais naquele momento. Catalisadas em Brasília, seriam remetidas para oeste, exatamente o horizonte que se apresentava desconhecido e inabitado no Brasil. Segundo o discurso fundador de Brasília, em sua vertente política, era esse um dos objetivos primordiais de todo o projeto, ou seja, interiorizar o desenvolvimento. Partindo do congresso, ainda na direção oeste, saem duas linhas em ângulo de 120°, idêntico ao ângulo que começa na fonte de Apolo em Versalhes. Em

Brasília essas linhas dão a inclinação das Asas Norte e Sul. Se em Versalhes temos o Grande Canal em formato de cruz, estruturando a perspectiva oeste, em Brasília, temos os eixos rodoviários norte-sul e o Eixo Monumental leste-oeste formando o grande cruzeiro que estrutura o Plano Piloto. Lúcio Costa (1957), em seu *Relatório do Plano Piloto*, declara:

[...] a presente solução nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.

O fundamental nesta declaração de Lúcio Costa é a ligação estabelecida por ele entre a construção de Brasília e a tomada de posse do território, dando ainda uma dimensão religiosa ao ato, com a analogia ao sinal da cruz. Em ambos os casos emprestando certa legitimidade ao discurso fundador de Brasília em sua versão política, que justificava a construção da nova capital pela necessidade da interiorização do desenvolvimento econômico e social.

Lançando mão do uso da perspectiva panorâmica monumental, Lúcio Costa a tratou de forma, ao mesmo tempo, inovadora e tradicional. Isto porque, se em linhas gerais existem os eixos monumental e rodoviário, estruturando o Plano Piloto, este também se inscreve totalmente em um triângulo equilátero, sugerindo uma perfeita simetria. Ao mesmo tempo, a conformação geral da cidade não se assemelha a nenhuma outra experiência urbanística levada a efeito no mundo. O formato de aeronave satisfaz prontamente, em termos simbólicos, as demandas do discurso governista por rápido desenvolvimento econômico ao sugerir e até representar o vôo que se queria dar, saltando etapas, para o Brasil chegar o mais rápido possível à condição de país desenvolvido, os “*cinquenta anos em cinco*” almejados por JK.

Por outro lado, a idéia de união entre as centralidades política e geográfica, presente em Brasília, nos remete tanto à longínqua Madri, quanto aos teóricos urbanistas do século XIX. No mesmo sentido, a preocupação de a centralidade promover a integração e articulação do território, retoma o conceito de *redes* de comunicação e transporte, evidenciado pela ênfase dada pelo nacional-desenvolvimentismo à construção de estradas.

Finalmente, após este longo histórico sobre a construção de cidades capitais, percebemos que definir Brasília simplesmente como uma cidade modernista, limita drasticamente sua compreensão. Seu plano evidencia uma união sistemática entre tradição e modernidade. Para os projetistas, principalmente Lúcio Costa, Brasília representava uma reverência ao passado, uma coerência histórica com a tradição da simbologia de poder presente nas grandes capitais do mundo. Ao mesmo tempo, Lúcio Costa promoveu uma atualização e sofisticação daqueles modelos, configurando um projeto extremamente criativo e inovador para os padrões de cidade da época. Isso tudo, com o acréscimo do que havia de mais moderno em termos técnicos construtivos e na concepção arquitetônica, a cargo de Oscar Niemeyer. Já para os formuladores do discurso oficial, Brasília apontava o futuro da nação, que se queria de crescimento econômico e industrialização maciça.

E para o público em geral, como Brasília foi apresentada na época? Que características foram realçadas ou suprimidas em sua divulgação? Este é nosso objeto no próximo capítulo: perscrutar através do estudo da mídia impressa no período do governo JK, como se deu esse processo.

Capítulo 3

Brasília e o nacional-desenvolvimentismo

em *Manchete* e *O Cruzeiro*

A inspiração para este capítulo nasceu no momento em que tivemos conhecimento de pesquisas de opinião pública, a respeito de Brasília, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), nos anos de 1958 a 1960. Esses dados constam do livro *Brasília: A Construção da Nacionalidade* (1998, p. 68 a 93), resultado da tese de doutorado da Professora Vânia Maria Losada Moreira, defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo.

No período citado foram feitas três pesquisas de opinião em grandes centros urbanos como, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, Santos, Campinas e Fortaleza: a primeira em janeiro, a segunda em dezembro de 1958 e a terceira em março de 1960, próxima da inauguração da nova capital.

Chamou-nos a atenção a mudança ocorrida na opinião pública no período. Em janeiro de 1958, as opiniões favoráveis representavam apenas 21% das respostas, enquanto 58,6% eram contrárias ao projeto mudancista; na segunda pesquisa, aparece um equilíbrio: 30,8% opinou por uma mudança gradual; 29,3% opinou por uma mudança rápida e 27,5% permaneceram contrários. Notamos, neste caso, uma tendência ao apoio à nova capital, variando apenas em relação ao prazo, se deveria ser uma mudança rápida ou gradual. Mas, em março de 1960, às vésperas da inauguração, o IBOPE registrou um considerável crescimento da opinião favorável à mudança da Capital, equivalente a 74%, contra 24% de opiniões contrárias.

A partir desses dados nos perguntamos o que teria contribuído para essa progressiva simpatia que a opinião pública passou a nutrir por Brasília. Concluimos que só uma ampla campanha de divulgação do projeto mudancista, através da mídia, poderia operar uma alteração como aquela nos humores da sociedade.

Em seguida, passamos a pesquisar os veículos de comunicação, com abrangência nacional, que se engajaram naquela divulgação. Identificamos as revistas *Manchete* e *O*

Cruzeiro como dois dos mais importantes veículos da mídia impressa, no período, e, ao tomarmos contato com algumas reportagens, percebemos uma forte presença dos temas relacionados ao nacional-desenvolvimentismo e Brasília. Isto nos levou a buscar os números das revistas editados naquele período (1956 a 1960) na tentativa de quantificar e qualificar a cobertura dada ao assunto.

Em nossa hipótese, aventamos que, se houve uma campanha de construção de um consenso favorável à mudança da capital, aliada a uma sedimentação dos ideais do nacional-desenvolvimentismo, esta teria que ser veiculada por aquelas revistas, com grande penetração na classe média urbana brasileira.

Ao mesmo tempo, na hipótese das revistas terem se engajado na campanha por estabelecer os ideais do nacional-desenvolvimentismo como hegemônicos na sociedade, propusemo-nos a investigar o caráter simbólico da construção daquele consenso. Por serem mídias fortemente visuais, nos debruçamos sobre a produção iconográfica e textual veiculadas por ambas, na tentativa de desvendar ali uma coerência de discurso, uma linearidade de argumentos e um trabalho organizado e sistemático com elementos simbólicos imagéticos, que objetivassem estruturar e divulgar aos leitores a ideologia nacional-desenvolvimentista e o projeto Brasília como seu símbolo maior.

Reforçando nossa primeira intuição, contribuiu a constatação de que, se somássemos a tiragem de *O Cruzeiro*, com, em média, 600.000 exemplares, com a tiragem da Revista *Manchete*, com 250.000 exemplares semanais e estimássemos que cada exemplar poderia ser lido por, pelo menos, quatro pessoas de uma família, clientes de barbearias e salões de beleza, consultórios médicos ou dentários, recepções de escritórios etc., chegaríamos a um número semanal de 3.400.000 leitores. Número este, por exemplo, superior aos votos que elegeram Juscelino Kubitschek Presidente da República em 1955, quando obteve pouco mais de 3.077.000 votos, ou 33,8% dos votos válidos.

Os números acima ganham importância quando olhamos os dados do analfabetismo no Brasil, no período. No senso de 1950 foi constatado que, da população acima de 15 anos de idade, 50,5% eram analfabetos, representando em termos eleitorais, algo em torno de 15.272.632 pessoas impossibilitadas de votar (IBGE, senso de 1950, *apud* Ferraro, 2002). Com isso percebemos que as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, semanalmente, atingiam um quarto da população apta a votar.

Ao mesmo tempo nos questionamos se não estaríamos superestimando o papel da mídia na sociedade. Alguns autores nos responderiam negativamente, como Wattenberg (1998, *apud* Miguel, 2004, p. 7-12), ao diagnosticar o papel mediador que a mídia passou a desempenhar, entre a elite política e os cidadãos, notadamente a partir da segunda metade do século XX. A mídia passou a ocupar os espaços de esquemas políticos tradicionais, restringindo a atuação dos partidos. Os meios de comunicação de massa estariam respondendo tanto pela mobilização de camadas da população, quanto atendendo a algumas de suas demandas. Ao mesmo tempo, a mídia:

[...] fornece os esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos³⁷. Na verdade, ela privilegia alguns desses esquemas, em detrimento de outros. O controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos, que alicerça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo, não passa despercebido dos agentes políticos, que hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia (*Ibidem*, p.8).

A partir disso, esclarecemos que, não queremos imputar à *Manchete* e *O Cruzeiro* toda a responsabilidade por aquela virada na posição da opinião pública. Possivelmente, tiveram papel importante na somatória de opiniões favoráveis ao programa político-administrativo nacional-desenvolvimentista.

Sendo válida a hipótese de que o nacional-desenvolvimentismo divulgou a imagem de Brasília como seu símbolo maior, as imbricações entre ambos apareceriam nas páginas das revistas, fornecendo indícios do papel destes veículos no intrincado jogo de interesses políticos e econômicos.

Ao mesmo tempo, na década de 1950, a imprensa brasileira passava por um momento de transição, semelhante ao que ocorria em outros países, diagnosticado por Habermas como transformação de um “*jornalismo literário*” em outro, definido por ele como “*jornalismo empresarial*” (*apud* Lattman-Weltman, 1996, p.157-8).

O “*jornalismo literário*” se caracterizava pela emergência “*propagandística de idéias, opiniões e personalidades*”, ficando o lucro em segundo plano. Ou seja, era um jornalismo de engajamento, com forte componente ideológico e comprometimento dos

³⁷ Citando: GOFFMAN, Erving, 1986. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Boston Northeastern University, 1986. (*apud* Luis Felipe Miguel. **Dossiê: “Mídia e política”** Revista de Sociologia e Política. Curitiba, Nr 22, p. 7-12, jun. 2004).

veículos com determinados grupos. Este modelo teria vigorado até o início dos anos 1950, e nele, imperava o “*talento redacional*”, a “*verve*” e a paixão com que eram abordados os temas políticos e/ou literários (Ibidem, p.159).

A partir dali surgiria o “*jornalismo empresarial*”, resultado de modificações das redações, decorrente de avanços técnicos na velocidade da transmissão das notícias e na qualidade nos serviços gráficos.

No caso de *Manchete* e *O Cruzeiro*, talvez por estarmos trabalhando com um recorte temporal concomitante com o quadro de transformações pelas quais passava a imprensa brasileira, identificamos um caráter híbrido em ambas. Se, por um lado, elas apresentavam um apuro técnico nas reportagens, com importante espaço reservado às imagens, com diagramação dinâmica, não linear, favorecendo o aspecto visual e estético, por outro, estavam presentes em seus textos e imagens, o ufanismo nacionalista, a “*verve*” literária e o personalismo jornalístico, característicos do período imediatamente anterior.

Ao mesmo tempo, o processo de modernização da imprensa é encarado como resultante do crescimento econômico e da redemocratização do país, incrementando a proximidade entre a mídia, o meio político e a sociedade. Efeito possível graças ao aumento de leitores das mídias impressas, atingindo, conseqüentemente, mais eleitores e maior interesse do meio político, que buscava mais votos.

Com isso, dada a sua abrangência nacional e a grande visibilidade proporcionada pela cobertura foto-jornalística dos eventos, as revistas ilustradas seriam as mídias por excelência, caso assumissem o papel de divulgação e criação da ideologia nacional-desenvolvimentista. Para isso, a fotografia seria essencial para a conquista de corações e mentes, como primeiro foco de atração e primeira porta de entrada do leitor no discurso, como um instrumento de sedução complementado pelos argumentos do texto.

Considerando ideologia como representação de interesses particulares, veiculados como coletivos, à luz da definição de Bourdier (2000, p.10,11), a ideologia nacional-desenvolvimentista teria se incorporado à produção simbólica daquelas mídias para efeito de construção e representação da identidade coletiva. Tendo isto ocorrido, a ideologia se confundiria ou se mesclaria com os interesses de um determinado grupo, que lutava por se impor sobre os outros, fosse através de conflitos simbólicos do cotidiano, entre os

indivíduos, fosse através de uma luta travada entre especialistas da produção simbólica, cujo ofício é transmitir e/ou criar uma visão de mundo objetivando torna-la hegemônica.

Por outro lado, Bourdier (Ibdem, p.85-6) exclui o cinismo da construção desse plano simbólico arbitrário quando diz:

[...] ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isso que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes [...]

Ou seja, para Bourdier, os especialistas da produção simbólica teriam que acreditar, incorporar aqueles valores para, a partir daí, serem convincentes na sua transmissão. Para nós, os editores, os fotógrafos e os articulistas das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, compuseram esta categoria de especialistas que funcionaram como propagadores e criadores da ideologia do grupo político-econômico emergente à época. Isto porque, ao abordarem nas publicações determinados temas relacionados ao nacional-desenvolvimentismo, estes especialistas acabaram por estabelecer também um conjunto de imagens representativas destes mesmos temas, criando um repertório simbólico relacionado ao pretendido futuro da nação, presente no discurso oficial.

Ao mesmo tempo, estabelecer um conjunto de imagens simbólicas para o nacional-desenvolvimentismo, que o traduzisse como uma força modernizante da imagem e do espaço físico do poder político, implicava em incutir nas mentes dos leitores das revistas uma mudança de paradigma de nação e de modelo de desenvolvimento. Este processo, por sua vez, demandou educar aqueles leitores para o entendimento do novo código. Neste sentido, familiarizar os brasileiros com ícones da sociedade industrial e novos hábitos de consumo, nos parece ter sido um dos objetivos acessórios daquelas publicações.

Como exemplo deste processo, podemos citar a ênfase com que aparecem nas revistas, naquele período, reportagens sobre a construção de estradas. Nelas, a imagem predominante, quando o plano é próximo, é a de máquinas derrubando árvores, rasgando a floresta, definida pelos jornalistas como uma barreira ao desenvolvimento, como um território a ser desbravado, conquistado pelos “*novos bandeirantes*” que dariam posse da totalidade do território aos brasileiros. Quando a fotografia era aérea, à distância, a imagem predominante é a do clarão linear no meio da floresta rumo ao infinito, ao interior do Brasil. Nossa primeira impressão foi a de que aquelas imagens sugeriam ou apontavam um norte,

mostravam o rumo para onde deveria seguir o país. Numa clara alusão à idéia básica, segundo o discurso oficial, das motivações para a construção de Brasília, ou seja, de marchar rumo ao oeste, integrando a nação até ali desarticulada pela impossibilidade de mobilidade espacial e pela fixação histórica da colonização, em sua maior parte, no litoral.

Ao mesmo tempo, a própria imagem da máquina promovendo aquela conquista sugere a força da indústria sobre a natureza. Sugere a mudança da matriz econômica que sustentava o país até aquele momento, basicamente exportador de matérias primas e alimentos, diagnosticada pelos teóricos do nacional-desenvolvimentismo como ultrapassada e incapaz de gerar a riqueza necessária para alavancar o crescimento econômico e social do país.

Os homens representados naquelas imagens, trabalhadores que implementavam aquelas obras, eram apresentados como heróis, como re-descobridores e re-colonizadores do Brasil, capazes de enfrentar todo tipo de perigos, doenças e condições desfavoráveis em nome do objetivo pretendido: integrar o território e levar o desenvolvimento ao Oeste. No decorrer deste trabalho, iremos abordar e ilustrar detalhadamente esses temas. A seguir apresentamos o método que utilizamos para trabalhar o material recolhido.

3.1 - Metodologia

Tivemos acesso às publicações na coleção de periódicos da biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA), onde fizemos o registro fotográfico das reportagens relacionadas aos nossos temas, utilizando uma câmera digital Sony Cyber-shot 4.1 mega pixels. A coleção de periódicos, apesar de cobrir todo o período estudado por nós, tem algumas falhas de números em ambas revistas, mas de forma pontual, não comprometendo o todo da amostra.

Em princípio, imaginávamos trabalhar neste capítulo apenas com a iconografia relacionada à Brasília, mas percebemos que significaria uma grande perda para o trabalho não incorporar a iconografia do conjunto de temas relacionados ao nacional-desenvolvimentismo. Isto porque, notamos, entre Brasília e o nacional-desenvolvimentismo havia uma simbiose vital, com um representando o outro em muitas ocasiões. O sucesso de Brasília, naquele momento, significaria o sucesso do projeto nacional-desenvolvimentista, ambos sendo trabalhados por aquelas mídias como um bloco uno, interdependente. Sempre

que encontramos uma reportagem mais abrangente sobre as realizações do governo, invariavelmente ela terminava com Brasília, onde era divulgado o andamento de sua construção.

Mais do que o resultado de uma sensação que tivemos ao manusear o material das revistas, procuramos traçar critérios objetivos para comprovar nossa hipótese, analisando as reportagens e fotografias, buscando elementos que nos fornecessem pistas quanto ao papel daquelas mídias naquele cenário político, social e econômico.

Ao mesmo tempo, analisando nas revistas as imbricações entre texto e imagem, fizemos um julgamento de valor em relação ao conteúdo das reportagens, pois queríamos quantificar o percentual de reportagens positivas (favoráveis), negativas (críticas) e mistas (que apresentassem ambas as características) em relação ao Presidente, ao programa nacional-desenvolvimentista e à Brasília.

Para isto, os títulos das reportagens contribuíram em muito, pois, exatamente pelo caráter complementar entre texto e imagem no foto-jornalismo, ambos mantinham, freqüentemente, uma estreita coerência. Portanto, se o título já enunciava uma crítica, esperávamos encontrar imagens nada positivas, sendo que raras vezes fomos enganados por essa primeira impressão.

Pode parecer uma postura simplista de nossa parte, considerar o primeiro olhar ao folhearmos as matérias, mas achamos bastante importante leva-lo em conta, pois, para nós, esta seria uma postura parecida com a do leitor que, captaria e formaria, num primeiro olhar, uma impressão daquela mensagem. Toda a simbologia ali presente criaria uma primeira sensação, fosse ela de empatia ou antipatia em relação ao tema ou à maneira como este foi trabalhado na reportagem. Nosso segundo passo, e também do leitor, seria se inteirar através do texto se aquela primeira percepção se confirmara ou não e, a partir disso, num terceiro momento, criar um conceito próprio sobre o assunto, discordando ou concordando com a postura da publicação.

Em princípio, fizemos um julgamento do caráter das matérias, se positivas, negativas ou mistas, a partir dos seguintes critérios:

- 1- **O título da reportagem:** neste caso, a presença do ufanismo nacionalista, através de palavras assertivas como, por exemplo, em: “*O Brasil terá*

petróleo para dar e vender” (Manchete, 30/03/1957, p.34 a 38), ou “*JK, libertador*” (Manchete, 25/07/1957, p.5), nos sugeriam um enfoque amplamente favorável e amplificador, seja das realizações do governo, seja da personalidade ou evento que se queria divulgar. Por outro lado, títulos sugerindo suspeição ou com palavras negativas como em: “*Brasília, nem tudo é legal*” (Manchete, 20/12/1958, p.46-7), ou “*Desconfiança, desalento e apreensão*” (Manchete, 04/01/1958, p.16), nos davam uma pista de que viriam críticas e questionamentos em relação às posturas e/ou personagens políticas. Consideramos matérias de caráter misto as que continham argumentação com ambos os sentidos. Para isso, precisamos confrontar o título, a fotografia e os termos utilizados no texto.

- 2- **A sensação transmitida pela fotografia:** em nossa análise, quando se tratava de fotografias de pessoas, suas expressões faciais e gestos formavam o conjunto mais importante na definição do caráter positivo ou negativo da fotografia e conseqüentemente da matéria jornalística. Pessoas sorridentes e relaxadas, em pé ou sentadas, com membros repousados ou gestos amplos nos forneciam pistas da atmosfera amistosa e positiva que dominaria a reportagem. Ao contrário disso, se encontrávamos fisionomias sisudas, rostos crispados, demonstrando raiva, fúria, acompanhados de gestos agudos, dedos em riste, esperávamos consonância com um texto agressivo e bastante crítico ao personagem ou tema tratado. Havia ainda o problema das fotografias cujos temas eram objetos. Mesmo neste caso o fotógrafo conseguia equalizar o conteúdo da imagem com a mensagem do texto. Exemplo disso eram as reportagens sobre a indústria petrolífera, onde eram abundantes as fotografias de torres de produção de petróleo e dutos condutores do óleo em refinarias. Um dos recursos usados nas fotografias dessas matérias, frequentemente positivas em relação ao tema, consistia em fotografar aqueles elementos com enquadramentos de baixo para cima, criando uma perspectiva

ascendente, indicando crescimento e também realçando o tamanho dos objetos, tornando-os maiores do que seriam na realidade, em uma forma visual de ufanismo.

- 3- **Os argumentos do texto:** neste caso, usamos os mesmos critérios utilizados na análise dos títulos das reportagens, identificando termos críticos ou elogiosos, argumentos favoráveis ou contrários ao tema, diagnósticos e/ou proposições ou embates ideológicos.

Ao final, através da combinação desses três tópicos, é que podíamos chegar a uma conclusão sobre o caráter da matéria jornalística. Frequentemente chegamos facilmente a uma definição, devido exatamente à coerência apresentada entre título, texto e fotografias.

Na etapa seguinte de nossa análise, tratamos de quantificar e qualificar nossa amostra de imagens. Para isso, estabelecemos determinadas categorias em relação às fotografias veiculadas pelas revistas. Dividimos as imagens em três grupos distintos onde, em cada um deles, quantificamos os elementos presentes nas fotografias, assim como a maneira como estavam representados:

categoria 1 - JK - nesta, quantificamos o número de ocorrências da imagem de Juscelino Kubitschek nas reportagens e também investigamos o caráter formal das fotografias, analisando seus elementos constitutivos, tais como: fotografia individual/close-up; individual/corpo inteiro; sentado; em pé; em pé/em movimento; sorrindo; sério; assustado; surpreso; acompanhado de familiares, políticos, militares, religiosos, artistas, esportistas, empresários, jornalistas e populares; a bordo de aeronaves, carros, navios; e finalmente, se eram fotografias externas ou internas;

categoria 2 - nacional-desenvolvimentismo - baseada no Plano de Metas, tabulamos o número de fotografias relacionadas ao desenvolvimento econômico e industrial veiculadas naquele período; ao

mesmo tempo, quantificamos os elementos presentes nas imagens, tais como: indústria - instalações industriais onde aparecem fotos aéreas ou ilustrações da planta industrial; equipamentos industriais - máquinas e parte interna de indústrias; produtos industriais - eletrodomésticos, carros, telefone, móveis, etc; estradas; máquinas de terraplenagem; transporte - navios, aeronaves, caminhões e automóveis; petróleo - torres de produção; indústria petroquímica - dutos de refinaria e finalmente, siderurgia - fotografias de autos-fornos e metal incandescente;

categoria 3 - Brasília - tabulamos o número de ocorrências fotográficas subdividindo a cidade de acordo com suas partes constitutivas, quantificando cada uma delas: Palácio da Alvorada; Palácio do Planalto; Congresso Nacional; Palácio do Itamaraty; Supremo Tribunal Federal; Igreja Nossa Senhora de Fátima; Catedral; Eixo Monumental; Eixos Rodoviários; Rodoviária; Lago Paranoá; Super-Quadras; Sistema viário e fotografias do cerrado, tiradas antes ou durante as obras, onde aparece a paisagem do entorno de Brasília, sugerindo a dimensão do projeto e o espaço onde estava inserido.

A partir da quantificação, utilizando os critérios descritos acima, organizamos tabelas relativas a cada revista, em cada ano pesquisado e em cada categoria descrita, as quais apresentamos e analisamos nos tópicos seguintes.

3.2 - O espaço fotográfico em *Manchete* e *O Cruzeiro*

O foto-jornalismo, já incorporado pelas revistas ilustradas, consolidou-se naquele contexto modernizante dos anos 1950, e ampliou substancialmente o espaço ocupado pela imagem nas mídias impressas. A fotografia, com isso, assumiu o papel de síntese do texto, ao mesmo tempo em que era legitimada pela crença de que representava o “*espelho da vida real*”. (Andrade, 1990, p.315).

Por outro lado, se esta crença representa o senso comum, o ato de fotografar, de fato, implica em escolhas que, reunidas, estruturam um discurso. Seja em relação à escolha do tema, enquadramento, incidência da luz, composição, equilíbrio, foco, planos e cores, o fotógrafo, ao fixar uma imagem no tempo e no espaço, cria uma narrativa. Neste sentido, o fotógrafo é um cronista do seu tempo e, no “*ato de fotografar compõe mensagens que transmitem significados captados e recriados em representações e comportamentos aceitos como válidos*”. (Ibidem, p.314). Por sua vez, o fotógrafo, no momento da escolha, está condicionado por duas variáveis:

- a) a cultura, que molda os comportamentos e imagens socialmente aceitas em uma determinada época;
- b) a ideologia, que é determinada pelo grupo no qual o fotógrafo está inserido e comprometido, assim como pelo conjunto de crenças às quais o fotógrafo se apegava.

Como resultado desta dupla construção, a fotografia, incorporando significados emprestados da cultura, ao mesmo tempo, propaga um discurso estruturado pela ideologia. Com isso, aquele “*espelho da vida real*”, supostamente representado nas revistas ilustradas, é matizado pelo fotógrafo e, com o suporte do texto, faz com que a mensagem atinja seu maior objetivo: levar o leitor a uma tomada de posição, tal a força e coerência entre a mensagem visual e o texto escrito. (Ibidem, p.314)

Especificamente em relação ao espaço que a fotografia ocupava em *Manchete* e *O Cruzeiro*, não encontramos um padrão rígido em relação às imagens, seja quanto ao seu formato (retangular ou quadrado), tamanho (pequeno, médio e grande), ou mesmo em relação à orientação das mesmas (horizontal ou vertical). Em geral, as páginas, simples ou duplas, dependendo do tamanho da reportagem, eram divididas em 2, 3, 4 ou 5 partes, com as fotografias ocupando espaços correspondentes a múltiplos destas.

Isto nos possibilitou estimar o espaço fotográfico em termos de porcentagem do espaço total da reportagem. Importante dizer que nos concentramos na primeira página ou capa das reportagens para efeito deste levantamento estatístico do espaço fotográfico. Com isso, quando o espaço da capa da reportagem estava dividido ao meio e uma das partes era ocupada por uma ou mais fotografias, consideramos como 50% do espaço. Se dividido em três, e a(s) foto(s) ocupava(m) uma das partes, consideramos como 33%, ou 66%, se

ocupassem dois terços do espaço. Houve casos em que consideramos 100% do espaço ocupado pela(s) fotografia(s), ou seja, ela(s) tomava(m) toda a página, fosse ela simples ou dupla. O texto, neste caso, vinha superposto à foto, normalmente realçado com negrito e tipos maiores que o convencional.

As capas das reportagens, fossem elas em folha simples ou dupla, não continham publicidade, que normalmente apareciam nas páginas seguintes, entrecortando o texto e compartilhando o espaço com fotografias referentes ao tema.

A partir daí, estabelecemos uma média do espaço fotográfico nas matérias coletadas em cada revista, em cada ano analisado, de 1956 a 1960. Nos ANEXOS A e B desta dissertação estão relacionadas todas as reportagens analisadas.

Tabela 1 – Média anual dos espaços fotográficos componentes das matérias sobre JK, nacional-desenvolvimentismo e Brasília em *Manchete* e *O Cruzeiro*, nos anos 1956 a 1960.

	1956	1957	1958	1959	1960
<i>Manchete</i>	58,15%	65,52%	74,27%	64,02%	71,09%
<i>O Cruzeiro</i>	45,85%	50,52%	59,18%	46,53%	61,87%

Na Tabela 1, percebemos que a revista *Manchete* manteve uma média de espaço fotográfico nas capas das reportagens constantemente superior à *O Cruzeiro*. Isto pode dever-se ao fato de *O Cruzeiro* ter reinado sozinho, no mercado editorial de revistas semanais ilustradas de abrangência nacional, desde 1928. Em 1952, quando foi fundada a revista *Manchete*, ela veio para disputar o mesmo nicho de mercado onde estava sedimentada a primeira. Com isso, ao priorizar o espaço fotográfico, *Manchete* parece ter optado pela estratégia de se diferenciar da concorrente, oferecendo algo a mais ao leitor, no caso, mais imagens, na tentativa de conquistá-lo.

Apesar da diferença a menor do espaço fotográfico em *O Cruzeiro*, gostaríamos de destacar a qualidade de suas fotografias. Como veremos no detalhamento de algumas reportagens, os profissionais de *O Cruzeiro* acrescentavam em suas representações uma carga significativa de simbolismo, um componente a mais que enriquecia o discurso ideológico, fazendo com que as imagens ganhassem amplos significados. Não que não encontremos também em *Manchete* esta preocupação, mas em *O Cruzeiro*, a maestria e domínio do simbólico demonstrados por seus profissionais saltam aos olhos.

A matéria, “*JK Presidente alado*” (21/02/1959, p.32-3), ilustrada pela Fotografia 1, nos dá um exemplo da competência dos profissionais de *O Cruzeiro*. A reportagem trata da adaptação feita no Palácio do Catete para possibilitar o pouso de helicópteros em sua cobertura, por ser esse o meio de transporte freqüentemente usado por JK em seus deslocamentos pelo Rio de Janeiro. Porém, ao tratar de um tema aparentemente banal, o profissional da revista revestiu a imagem do Presidente de uma densidade simbólica tal, que nos faz gastar algum tempo observando-a, à procura de todos os seus possíveis significados.



Fotografia 1 - *O Cruzeiro*, 21/02/1959, “*JK Presidente alado*”, p.32-3. Fotografia original: Flávio Damm. (Tamanho reduzido)

As asas, às costas de Juscelino são de uma das sete águias de bronze que encimam o Palácio do Catete. A postura serena, mas firme do Presidente, com olhar fixo no horizonte e a cabeça levemente voltada para sua direita, mesma direção para onde está voltada a cabeça da águia, cria uma harmonia sincrônica entre ambos. Além disso, todo o conjunto, JK e águia, formam um triângulo invertido, com a base em cima (nas asas) e o vértice nas pernas de JK, estrutura usada pela pintura desde o Renascimento, quando o artista queria conferir

harmonia, simetria, estabilidade e equilíbrio às formas representadas (Gombrich, 1995, p.298). Ao mesmo tempo, ao ambientar esta representação em um lugar alto, com vista das cercanias mais baixas, o fotógrafo reforça a possibilidade do voo literal, mas não erraríamos se lêssemos a imagem como uma alusão também a outros vãos – ideológicos, políticos e econômicos. No texto, após descrever as motivações para aquela adaptação do Catete ao pouso do helicóptero presidencial, o autor finaliza dizendo: “*JK nasceu para voar*”. Esta frase veio então confirmar nossa primeira sensação de que a imagem tratava de analogias aos vãos, quaisquer que quiséssemos imaginar. Ao mesmo tempo, o repórter, ao afirmar que JK nasceu para voar, confere ao Presidente as qualidades dos pássaros, invejados por muitos humanos, por serem livres, independentes, donos de seus destinos.

Voltando à Tabela 1, destacamos os anos de 1958 e 1960, como anos expressivamente visuais em ambas as revistas. Muito dessa emergência da imagem em relação ao texto se deveu ao balanço de dois anos de governo JK, feito em 1958 por ambas as revistas, quando já havia uma agenda constante de inaugurações de obras iniciadas em 1956. Nessas reportagens, a informação visual assumiu o primeiro plano, como que tentando conferir a maior credibilidade possível às informações veiculadas pelos textos. Daquelas inaugurações, a de maior importância simbólica para JK, foi a do Palácio da Alvorada, em 30 de junho de 1958, um dia após a vitória da seleção brasileira de futebol na copa da Suécia. Segundo Juscelino (1975, p. 147):

Constava do programa de solenidades a entrega das credenciais do novo embaixador de Portugal – o primeiro diplomata a fazê-lo em Brasília. [...] Brasília ainda era um canteiro de obras e, nessas condições, para que o ato se revestisse da solenidade que desejava emprestar-lhe, seria conveniente esperar por uma oportunidade especial. E essa, segundo meus cálculos, seria a da inauguração do Palácio da Alvorada.

A partir daquele dia, o Palácio da Alvorada ilustraria todas as reportagens a respeito de Brasília e também muitos anúncios publicitários dos mais diferentes produtos, os quais não levamos em consideração ao computarmos os espaços fotográficos nas revistas.

Já o ano de 1960 foi especialmente visual, em relação à cobertura jornalística de nossos temas, por se tratar do último ano do governo JK, quando as revistas fizeram um grande balanço do Plano de Metas e seu estágio de implantação, nas mais diferentes áreas. Com isso, novamente a mensagem visual ampliou seu caráter legitimador das informações

veiculadas. Houve então nas reportagens, uma abundância de fotografias representando temas como: Brasília, economia, petróleo, estradas, energia, navegação, siderurgia, etc. Com isso, reunindo nas mesmas páginas empreendimentos que se desenrolavam nas mais diferentes localidades, a impressão passada pelas revistas era a de que o nacional-desenvolvimentismo estava, de fato, construindo uma unidade nacional, ao mesmo tempo em que mudava o perfil econômico do Brasil, inserindo o país, segundo o discurso governista, na ordem econômica mundial, industrializada e progressista.

Por outro lado, para efeito de nosso estudo e compreensão do caráter das mensagens, tanto textuais quanto imagéticas, era importante que caracterizássemos os autores e editores das mesmas. Ou seja, quem eram, a que grupos estavam ligados e que idéias defendiam os profissionais daquelas revistas. Neste sentido, a proximidade entre os atores do processo midiático, personagens representados e cronistas, poderia representar um problema para a propalada isenção que a mídia constantemente reivindica.

Para fazer essa caracterização daqueles atores do processo, analisaremos as revistas de forma particular, tentando visualizar no conjunto das reportagens, como cada uma delas se posicionou em relação às categorias que descrevemos acima.

3.3 – Revista *Manchete*

A Revista *Manchete* era editada pela Bloch Editores S/A, de propriedade de Adolpho Bloch, amigo pessoal de Juscelino e defensor das idéias desenvolvimentistas desde a passagem de JK pelo governo de Minas Gerais, entre 1951 e 1955. (Santos, 2002, p.43)

A cobertura do governo JK pela *Manchete*, começou antes da posse, em 07 de janeiro de 1956 (p.16-7), com a reportagem “*O ministério de Juscelino*”, onde se especula sobre os nomes mais cotados para os principais ministérios, trazendo estampadas fotografias dos mesmos. Prosseguiu no número seguinte, de 14 de janeiro de 1956, em matéria intitulada “*Juscelino toma café com Ike*” (p. 6 a 9) com a cobertura da viagem de JK ao exterior, quando visitou os Estados Unidos e Europa.

Da reportagem sobre a visita aos Estados Unidos, uma das fotografias, que domina a metade direita da página dupla, chamou nossa atenção. Foi tirada no momento em que Richard Nixon, então Vice-Presidente americano, ajudava JK a colocar um sobretudo. A

reportagem e a imagem que a ilustra, estão impregnadas de um clima de camaradagem, simpatia e hospitalidade, compreensíveis naquele momento de mútuo estudo de intenções.

Da Europa, veio a reportagem: “*As quatro rainhas do mundo recebem Juscelino*” (21/01/1956, p.6 a 9), fartamente ilustrada com os encontros entre o Presidente eleito e as rainhas de Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Bélgica, além da cobertura de sua visita à França, Itália, Espanha e Vaticano.

Já a posse de Juscelino e João Goulart mereceu a capa da edição de 04 de fevereiro de 1956, onde a matéria principal foi: “*Posse festiva de Juscelino e Jango*” (p.4 a 10), com grande cobertura fotográfica e várias cenas externas, onde aparece a grande concentração de populares reunidos em frente aos Palácios Tiradentes e Catete, no Rio de Janeiro.

Após os meses iniciais do governo, quando a presença de Juscelino foi uma constante nas páginas da revista, foi publicada em 19 de maio de 1956 a primeira reportagem abordando o tema da mudança da capital para o Centro-Oeste, um mês após o envio ao Congresso da mensagem presidencial criando a NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), sendo que a lei, que a criaria de fato, só seria sancionada em 19 de setembro daquele ano. É interessante notar que, na matéria: “*Nova capital: só falta mudar*” (p.64 a 66), não se toca no nome da futura capital, sugerindo que ele ainda não estava decidido pelas instâncias governamentais, pois, por várias vezes, o termo usado pela reportagem para designá-la é apenas nova capital federal.

Ao mesmo tempo, além do título da reportagem, que sugere uma pressa e açodamento ainda maior que a de Juscelino em relação à mudança da capital, o que mais nos chamou a atenção foi sua ilustração, representando uma proposta de capital criada pelo arquiteto Raul Pena Firme, pelo Professor Roberto Lacombe e pelo engenheiro José de Oliveira Reis, como podemos ver na Figura 1.

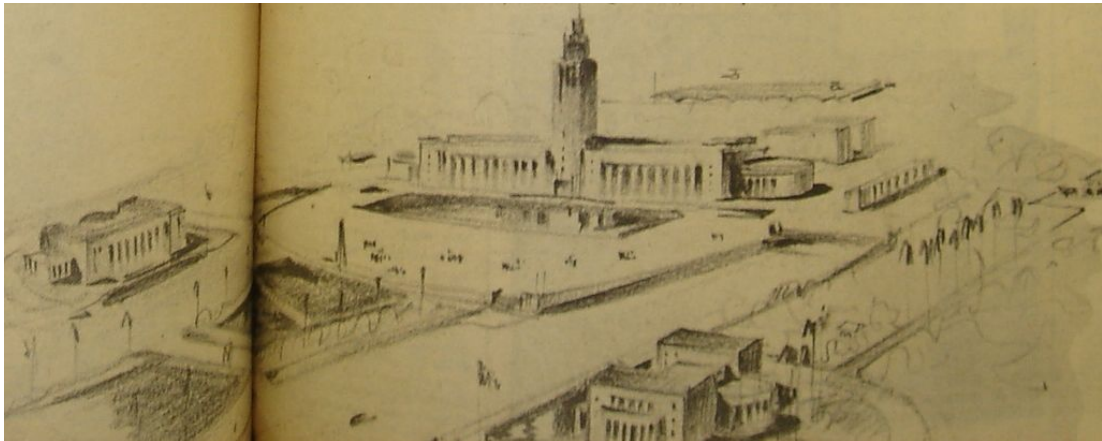


Fig.1 – Revista *Manchete*, 19/05/1956, “Nova capital: só falta mudar”, p.64 a 66.

Se levada a sério a proposta acima, teríamos realmente uma Washington tupiniquim. A referência ao Congresso americano é bastante clara na ilustração, assim como o estilo neoclássico que domina as fachadas e colunatas dos prédios imaginados, e até mesmo a formação triangular da praça em frente ao “Capitólio”. Por outro lado, a matéria trás uma informação relevante em relação ao processo de mudança e construção da nova capital: há uma nota sugerindo que o Presidente iria convidar urbanistas estrangeiros para elaborar o plano geral da capital, mas reservaria a parte arquitetônica para brasileiros, ou seja, o concurso para se escolher o Plano Piloto ainda não havia sido pensado, porém, aparentemente, Niemeyer já estava nos planos de JK.

Uma semana depois da reportagem acima, em 26 de maio de 1956, aparece em *Manchete* a primeira referência relacionada ao estilo JK de governar. Próxima em conteúdo daquela reportagem de *O Cruzeiro* que citamos: “JK Presidente alado”. Na revista *Manchete* a reportagem recebeu o título: “JK despacha nas nuvens”, onde, ocupando 75% da página dupla da matéria, foram colocadas doze fotografias do Presidente sentado em uma poltrona de avião. Destas, nove o apresentam em poses meditativas ou com ar preocupado e três, as últimas, apresentam o Presidente numa gargalhada franca, espontânea (Fotografia 2).



Fotografia 2 – Revista *Manchete*, 26/05/1956, p.6-7, “JK despacha nas nuvens”. Fotografias de Hélio Santos. (tamanho reduzido)

No texto, cujo autor não é identificado, a ênfase é dada ao dinamismo e à mobilidade, que seriam, segundo a revista, características essenciais do Presidente:

JK não pára. A sua presença no interior de Goiás, na Amazônia, ou no extremo sul, já é notícia rotineira [...]. Os que o acompanharam no governo de Minas sabem que o estilo JK é este mesmo, oposto ao do presidente-burocrata, encarcerado em seu gabinete, preso a uma entulhada de processos.

A impressão de um engajamento, de uma parceria entre mídia e governo não se restringiu apenas a nós, como veremos a seguir.

Em 30 de março de 1957 (p. 4), esclarecendo a linha editorial da revista, após ser questionado por cartas de leitores, Nahum Sirotsky, então Redator-Chefe de *Manchete*, escreve:

Em verdade, MANCHETE (sic) não está ligada a grupos, nem comprometida com facções. Não somos entreguistas nem antiamericanistas, não favorecemos Jânio Quadros nem Ademar, não somos a favor nem contra o governo; gostamos de dizer que somos uma revista independente.
[...] Não dizemos que nossas reportagens sejam total e absolutamente objetivas. É que, afinal de contas, somos humanos, e, por mais que nos esforcemos, algo de nossas filosofias de vida, de nossas tendências políticas, de nossas reações pessoais surge no que escrevemos.

Notemos que, sintomaticamente, Sirotsky sequer toca no nome de Juscelino. Refere-se genericamente a não ser a favor ou contra o governo, não nomeando seu mandatário,

talvez para não entrar em contradição com a expressiva presença de JK nas páginas seguintes.

Na mesma data, outra matéria (p.34 a 38,) ilustra bem aqueles pontos que consideramos na metodologia, com relação ao julgamento que conferimos às reportagens, se positivas, negativas ou mistas (Fotografia 3).



Fotografia 3 – Revista *Manchete*, 30/03/1957– “*O Brasil terá petróleo para dar e vender*”, p.34 a 38. Texto de La Peri e Philip Daou. (tamanho reduzido)

A imagem acima ocupa toda a página direita, ou 50% da capa da reportagem em página dupla. No sorriso franco do trabalhador da indústria petrolífera brasileira (ao menos é isso que a reportagem tenta nos fazer crer), no charuto que carrega na boca e no gigante de aço que serve de segundo plano à fotografia, tudo inspira crescimento, bem-aventurança, otimismo e certeza no futuro. A perspectiva ascendente do trabalhador, se mesclando com a

da torre de petróleo, unida à postura e expressividade do personagem conferem à imagem uma atmosfera alegre e otimista. O título da matéria vem confirmar essa sensação e garante: “*O Brasil terá petróleo para dar e vender*”. Logo abaixo vem o subtítulo: “*Bahia: em 54, 2.400 barris. Bahia: em 57, mais de 40 mil*”. Ou seja, segundo a matéria, tínhamos uma preocupação a menos, o Brasil não teria problema com escassez de petróleo no futuro. Ao iniciar, o texto faz uma revelação auspiciosa aos leitores: “*Confirmadas as perspectivas, dentro de sete anos o Brasil poderá ser auto-suficiente em petróleo.*”

Desde que iniciamos este capítulo, era esse ponto que gostaríamos de realçar, ou seja, a verdadeira “criação” que a imprensa pode levar a efeito, quando imbuída deste fim. Imaginemos o que significou uma matéria como esta para o leitor que sempre ouviu falar que um dos maiores problemas do Brasil, até ali, era a falta de autonomia econômica e energética, essenciais para o desenvolvimento. A reportagem dá a entender que a partir daqueles dias, a sonhada autonomia seria conquistada de um momento para outro, através do petróleo. E o mais impressionante, decorridos apenas um ano e três meses do governo JK. Para nós, essa reportagem ajuda a esclarecer a postura de *Manchete*, indicando que o consenso em torno do nacional-desenvolvimentismo estava em pleno processo de construção.

Ao mesmo tempo, essa construção implicou no estabelecimento, por parte das revistas, de um repertório simbólico próprio para o nacional-desenvolvimentismo, ou seja, elas trataram de reforçar a presença nas reportagens de determinadas personalidades, objetos, posturas, hábitos, conceitos de consumo, equipamentos e situações, próprios de uma sociedade industrial e desenvolvida. Esses elementos, sendo estabelecidos como símbolos daquele momento político, econômico e social, assumiriam a característica inerente aos símbolos, ou seja, poderiam substituir, representar nas mentes dos brasileiros, a ideologia nacional-desenvolvimentista e remeter o leitor das revistas àquele conjunto de valores defendidos por aquele grupo político-econômico.

Em 02 de fevereiro de 1957, a revista *Manchete* abordou um dos temas centrais do programa nacional-desenvolvimentista, com a matéria: “*O seu carro vem aí*”, cuja capa apresentamos abaixo (Fotografia 4):



Fotografia 4 – Revista *Manchete*, 02/02/1957, “*O seu carro vem aí*”, p.60 a 65. (autores não identificados)

O automóvel aparece como um bem viável a curto prazo, a uma grande quantidade de brasileiros. O título da matéria afirma: “*O seu carro vem aí*”. Para confirmar isso, apresenta uma série de três fotografias onde o carro já está inclusive sendo montado. Além da previsão otimista oferecida pela revista, configuramos o próprio ambiente retratado como positivo em relação ao nacional-desenvolvimentismo. Nas imagens aparecem sete trabalhadores da indústria automobilística em plena labuta, algo que até alguns anos antes, inexistia no país. No decorrer da reportagem, há a previsão de que em 1960, 70% do peso de cada veículo fabricado, seria composto de peças de fabricação nacional. Ou seja, novas perspectivas de emprego com a expansão do parque industrial. O que reforça aquela idéia de mudança de paradigma econômico para o Brasil que o nacional-desenvolvimentismo queria implantar.

Sobre Brasília, uma reportagem intrigante da revista *Manchete* foi: “*Deus também quer a mudança da capital*” (02/06/1956, p.70 a 73), onde o repórter Joel Silveira narra a profecia de Dom Bosco a quem, em 1893, Deus disse numa visão: “*Entre os paralelos 15º e 20º [...] haverá a terra prometida, de onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.*” Ou seja, à construção simbólica ligada às vertentes políticas e econômicas, a

revista agregava mais uma: a legitimação da mudança da capital pelo sagrado, através da religião.

Esta estratégia se repetiu na edição de 11 de maio de 1957, p. 8 a 10 (Fotografia 5), quando a revista cobriu a primeira missa campal no local onde seria erguida a futura capital, realizada no dia 03 anterior daquele mês. A matéria levou o título: “*Brasília: segunda primeira missa*”. Nesta, percebemos já pelo título a qualificação da construção de Brasília como um re-descobrimento do Brasil.



Fotografia 5 – Revista *Manchete*, 11/05/1957, “*Brasília: segunda primeira missa*”, p. 8 a 10. Fotografias de Gervásio Batista e Fúlvio Roiter. (tamanho reduzido)

Para isso o cenário foi montado a caráter, com a presença de muitos políticos, empresários, populares e representantes de várias tribos indígenas da região Centro Oeste e Norte, trazidos em aviões da FAB. Um dos subtítulos da reportagem anuncia: “*Como na primeira missa não faltaram os índios*”, apresentando uma fotografia das mais expressivas em relação a um dos preceitos do nacional-desenvolvimentismo: a integração nacional, fosse ela física e territorial, fosse ela cultural e populacional. (Fotografia 5)

Impossível saber se a “*moça de Goiânia*” está usando o cocar indígena ou se, num truque, o fotógrafo se postou de forma a rebater a silhueta da moça no ornamento, colocado um pouco mais atrás. De qualquer forma, ele conseguiu como resultado uma mescla simbólica entre o Brasil do sudeste e o Brasil do Centro Oeste. Entre o Brasil “civilizado” e o Brasil “selvagem”, entre o Brasil costeiro e o Brasil do interior. E, apesar de ilustrar uma reportagem sobre uma missa, a legenda da fotografia caracteriza o evento como uma festa. Este é mais um exemplo dos elementos que nos levaram a sugerir que as revistas estariam engajadas num trabalho de construção de uma simbologia imagética para o nacional-desenvolvimentismo.

Ainda sobre a cobertura da revista *Manchete* sobre Brasília, destacamos os adjetivos usados frequentemente para defini-la: “*Capital de Amanhã*” (28/12/1957, p.66-7), “*Brasília - Canaã, paralelo 20*” (12/07/1958, p.70-6), “*A capital da esperança*” (19/09/1959, p.20 a 37). Deste conjunto de reportagens cujo tema era a nova capital, destacamos a editada em 13 de fevereiro de 1960, intitulada “*Segunda descoberta do Brasil*” (Fotografias 6 e 7). Nesta, é destacada a “*caravana da integração*”, composta por vários grupos de pessoas que partiram de várias partes do país a bordo de carros produzidos pela, recém-implantada, indústria automobilística brasileira rumo à Brasília, transitando por estradas recém construídas. Esta reportagem representa uma síntese do programa nacional-desenvolvimentista, retratando grupos de brasileiros chegando a uma região anteriormente desabitada do país, por meio de automóveis nacionais, através de caminhos antes inexistentes, rumo a uma novíssima capital, símbolo do futuro. Ou seja, o discurso poderia ser lido como: tomamos posse do território, integramos a nação, desenvolvemos a indústria e cumprimos a promessa de dar ao Brasil uma capital que represente sua grandeza e destino progressista. A imagem abaixo ilustra bem esta mensagem:



Fotografia 6 – Revista *Manchete*, 13/02/1960, “*Segunda descoberta do Brasil*”, p. 6 a 13. Fotografia de Ivo Barreto e reportagem de Carlos Botelho. (tamanho reduzido)

Para a formação do sentido da mensagem visual, o texto assume um papel fundamental:

É o Brasil que acorda de repente, do Sul, Norte, Leste e Oeste, os novos bandeirantes partiram em veículos nacionais para o encontro histórico na capital do Brasil de amanhã.

A Caravana da Integração, para usar a denominação oficial, marcou para sempre o governo do Sr. Juscelino Kubitschek. As estradas cortam a selva virgem com decidida vontade de unir os destinos da nação.

Como contraponto àquela imagem da primeira missa rezada em Brasília, onde o cerrado era a paisagem dominante, agora a revista apresentava o resultado concreto da ocupação: a cidade já estruturada, com uma imensa responsabilidade pela frente. Como capa, a reportagem apresenta a imagem a seguir:



Fotografia 7 –Revista *Manchete*, 13/02/1960, “*Segunda descoberta do Brasil*”, p. 6 a 13. Fotografia de Ivo Barreto e reportagem de Carlos Botelho. (tamanho reduzido)

À Brasília, no discurso incorporado pela revista, cabia o papel de reinvenção do Brasil. Cabia à nova capital, tanto a responsabilidade por promover a integração territorial, quanto por alavancar o desenvolvimento econômico e social.

Outra reportagem, que reproduzimos em parte, abaixo, nos dá a dimensão dessa responsabilidade conferida à nova capital. A matéria intitulada “*Todos os caminhos levam a Brasília*” (*Manchete*, 16/04/1960, p.66 a 77, Fotografia 8), define os objetivos da construção:

Não bastava edificar Brasília no coração do Planalto Central, segundo as arrojadas concepções de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, para que a obra de interiorização da capital da República produzisse os seus impactos revolucionários no destino da nação. A cidade-modelo, feita com material da melhor experiência técnica e do maior interesse humano, teria que nascer fisicamente incorporada à unidade brasileira, como já o era pelos vínculos espirituais de uma decisão manifestada através de dois séculos de clamor nacional. Se não estivesse ligada organicamente, por artérias e nervos, a todo o corpo do país, Brasília não poderia cumprir suas funções essenciais de comando da vida administrativa da República, de instrumento ao mesmo tempo instigador

da nossa descompensada economia e centro irradiador de progresso na vastidão interior inexplorada.

Por isso, com os planos de localização e construção da cidade, se cuidou simultaneamente do seu sistema de acesso e comunicações, bastando para tanto acelerar projetos já estabelecidos em programas nacionais específicos. Hoje, quando três anos apenas separam a realidade de Brasília do que era só uma convenção no mapa, um ideal de várias gerações de patriotas e uma paisagem solitária nas entranhas do país, a Capital da Esperança se inaugura perfeitamente integrada ao território e nas funções da República, através das rodovias e ferrovias, pela navegação aérea, pelas linhas telegráficas, pelo telefone e pelas ondas do rádio, por todos os meios enfim, que aproximam os brasileiros, de Norte a Sul, para o destino comum. Todos os caminhos levam a Brasília.

O texto acima é a transcrição dos dois parágrafos inseridos na capa da reportagem:



Fotografia 8 – *Manchete*, 16/04/1960, “*Todos os caminhos levam a Brasília*”, p. 66 a 77. Reportagem de Pedro Gomes e fotografias de Jäder Neves e Nicolau Drei. (tamanho reduzido)

Confirmando nossas expectativas em relação à adesão da revista *Manchete* ao projeto nacional-desenvolvimentista e, como contraponto àquela declaração de Nahum Sirotsky, de 1957, há outro editorial, de 13/02/1960, agora assinado por Justino Martins, então Redator-Chefe (Fotografia 9).

O editorial inicia com os seguintes termos:

Vale a pena ser otimista neste país: a última edição de MANCHETE (sic), contendo uma reportagem especial sobre *as grandes realizações de JK e sua repercussão no futuro do Brasil*, esgotou-se em apenas quatro horas. Foram 250 mil exemplares que os leitores consumiram em São Paulo e no Rio, sem contar as remessas normais para o interior do país. (grifos nossos)



Fotografia 9 – Revista *Manchete*, 13/02/1960, p.4 – Editorial. Juscelino Kubitschek e Adolpho Bloch.

A Frase de JK, que serve de legenda à fotografia acima, é um agradecimento às 43 páginas do número anterior da revista *Manchete* (06/02/1960), onde foram abordados todos os temas relacionados ao Plano e Metas e seus estágios de implantação em todo o território nacional. Nas dezenas de páginas fartamente ilustradas daquele número, a revista mostrou as rodovias Belém-Brasília, Rio-Belo Horizonte, BR 116 (São Paulo-Curitiba), a condição dos portos e aeroportos, da indústria siderúrgica, da Petrobrás, da indústria automobilística, das hidrelétricas Furnas e Três Marias e, por final, com grande ênfase, um panorama geral sobre Brasília e o sucesso de sua implantação.

Ou seja, aquela independência aventada por Sirotsky em 1957, parece ter se transformado em adesão incondicional ao projeto desenvolvimentista em 1960.

Para traduzir a postura da revista em números, apresentamos abaixo, nas Tabelas 2 a 7, os resultados da quantificação que procedemos em relação às reportagens sobre o nacional-desenvolvimentismo e Brasília em *Manchete*.

Tabela 2 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no ano de 1956.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	5	4	0	1
JK	14	11	0	3
Estradas	0	0	0	0
Automóveis	1	1	0	0
Hidroelétricas	1	1	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	0	0	0	0
Aeroportos	0	0	0	0
Siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	1	1	0	0
Economia	0	0	0	0
Total de matérias	22	18	0	4

Tabela 3 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no ano de 1957.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	4	3	0	1
JK	13	11	0	2
Estradas	0	0	0	0
Automóveis	2	2	0	0
Hidroelétricas	0	0	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	0	0	0	0
Aeroportos	0	0	0	0
Siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	2	2	0	0
Economia	2	1	0	1
Total de matérias	23	19	0	4

Tabela 4 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no ano de 1958.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	7	5	1	1
JK	10	9	0	1
Estradas	0	0	0	0
Automóveis	2	2	0	0
Hidroelétricas	0	0	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	2	1	1	0
Abastecimento	1	1	0	0
Energia atômica	1	1	0	0
Indústria naval	0	0	0	0
Aeropostos	0	0	0	0
Siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	0	0	0	0
Economia	6	4	2	0
Total de matérias	29	23	4	2

Tabela 5 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no ano de 1959.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	12	9	2	1
JK	8	8	0	0
Estradas	5	4	0	1
Automóveis	3	3	0	0
Hidroelétricas	1	1	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	0	0	0	0
Aeropostos	0	0	0	0
siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	1	1	0	0
Economia	4	1	1	2
Total de matérias	34	27	3	4

Tabela 6 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no ano de 1960.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	12	12	0	0
JK	8	6	0	2
Estradas	4	4	0	0
Automóveis	2	2	0	0
Hidroelétricas	3	3	0	0
Ferrovias	1	1	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	1	1	0	0
Aeropostos	0	0	0	0
siderurgia	1	1	0	0
Petróleo	1	1	0	0
Economia	0	0	0	0
Total de matérias	33	31	0	2

Tabela 7 – Total geral das matérias positivas, negativas ou mistas na revista *Manchete* no período 1956 a 1960.

Período	Positivas	Negativas	Mistas	Total geral
1956 a 1960	118	7	16	141

A partir dos dados acima, constatamos a avassaladora maioria das reportagens favoráveis a JK, ao nacional-desenvolvimentismo e à Brasília presentes em *Manchete*. As reportagens absolutamente críticas representaram apenas 4,9% do total pesquisado. Se somadas às de caráter misto, que em si também continham um componente crítico, chegaríamos a 16,4% de matérias negativas, contra 83,6% de matérias claramente favoráveis, seja em relação ao nacional-desenvolvimentismo e seus temas afins, seja em relação à Brasília.

De qualquer forma, o pequeno número de reportagens negativas não é desprezível quando observamos em que temas estão concentradas: Brasília e economia. A concentração nestes dois temas se explica pelo fato de ter aparecido nas páginas da revista o debate que se travava no meio político e econômico sobre o caráter inflacionário da construção de

Brasília, financiada em grande parte pela emissão de moeda pelo Banco Central. Neste sentido, Brasília, para muitos críticos, era a causa da inflação ascendente no período, o que, não raro, suscitava propostas de paralisação das obras. Concomitantes a isto, apareceram também na revista os debates sobre as fontes de financiamento do projeto nacional-desenvolvimentista, se por capital nacional ou estrangeiro, se público ou privado.

Ao mesmo tempo, outro número importante observado nas tabelas é o da presença de Juscelino na revista. Do total pesquisado, identificamos 53 reportagens com JK como personagem principal. Sistemáticamente usando um evento como pano de fundo, fosse uma inauguração, palestra, cerimônia oficial ou reunião de entidades civis, a revista sempre apresentava o nome de Juscelino no título da matéria e sua imagem em primeiro plano na fotografia. Com isso, não era o Presidente da República que inaugurava uma fábrica ou exposição. Para *Manchete* era: “JK realizará, o clero vigiará” (09/06/1956, p.48); “JK na Amazônia: regime consolidado” (12/01/1957, p.4); “JK recebe os artistas” (23/03/1957, p.5); “JK na Remington Rand: Prossigam sua tarefa!” (09/11/1957, p.36-7); “JK entrou na era supersônica” (30/11/1957, p.14 a 17). Estes são apenas alguns exemplos dos títulos utilizados pela revista. Consultando o ANEXO A desta dissertação, onde consta a relação de reportagens pesquisadas, ficará ainda mais clara, observando-se seus títulos, a grande presença de JK em *Manchete*.

O segundo tema mais freqüente em nossa amostra da revista *Manchete* foi Brasília, com 40 ocorrências. A partir daquela primeira matéria publicada, praticamente concomitante ao envio da mensagem presidencial ao Congresso Nacional, criando a NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), Brasília foi, paulatinamente, ganhando espaço na revista, em ritmo proporcional ao avanço das obras. Com isso, no período de 1956 a 1960, 28,4% das 141 pesquisadas, versavam sobre a nova capital, acompanhando desde o momento em que só havia o cerrado a fotografar no Planalto Central, até a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960.

Apresentamos abaixo, na Tabelas 8, os resultados da tabulação das categorias criadas em relação às fotografias analisadas: Brasília, nacional-desenvolvimentismo e JK, comentando em seguida as ocorrências mais significativas.

Tabela 8 – Ocorrências da imagem de JK, de elementos simbólicos do nacional-desenvolvimentismo e de Brasília na revista *Manchete* no período de 1956 a 1960.

Categorias											
JK (n*=91)				Nacional-desenvolvimentismo (n*=60)			Brasília (n*=29)				
Subcategorias		freqüência	%	subcategorias		freqüência	%	subcategorias		freqüência	%
c o m p a n h i a	sozinho/Close-Up	15	16,5	indústrias	25	41,7	cerrado	6	20,7		
	sozinho/corpo inteiro	9	9,9	trabalhadores na indústria	10	16,7	Palácio da Alvorada	11	37,9		
	Com a família	7	7,7	Máquinas industriais	8	13,3	Palácio do Planalto	4	13,8		
	com militares	13	14,3	Produtos industriais	19	31,7	Congresso	8	27,6		
	com políticos	41	45,1	eletrodomésticos	2	3,3	Supremo Tribunal Federal	1	3,4		
	com religiosos	6	6,6	transporte	9	15,0	Catedral	2	6,9		
	com empresários	6	6,6	comunicação – telefonia	1	1,7	Hotel Turismo	0	0,0		
	com artistas	2	2,2	estradas	11	18,3	Capela Nossa Sra. de Fátima	4	13,8		
	com esportistas	2	2,2	ferrovias	1	1,7	Lago Paranoá	2	6,9		
	com populares	19	20,9	hidroelétricas	5	8,3	Eixo Monumental	2	6,9		
	com jornalistas	6	6,6	energia atômica	1	1,7	Eixos Rodoviários	2	6,9		
expressão facial	Sorrindo	44	48,4	Máquinas de terraplanagem	3	5,0	Esplanada dos Ministérios	9	31,0		
	Sério	42	46,2	automóveis	17	28,3	Rodoviária	1	3,4		
	preocupado	5	5,5	petroquímica	3	5,0	Sistema viário	2	6,9		
	Surpreso	0	0,0	aeronaves	7	11,7	Super Quadras	2	6,9		
Postura	Sentado	34	37,4	navios	3	5,0					
	ao telefone	2	2,2	Abastecimento de água	1	1,7					
	em pé	48	52,7	petróleo – produção	1	1,7					
	em pé/em movimento	7	7,7	petróleo – refino	5	8,3					
	agachado	1	1,1	mineração	4	6,7					
Localiza-ção	em automóvel	4	4,4	siderurgia	0	0,0					
	em aeronave	7	7,7	agricultura	3	5,0					
	em navio	1	1,1	educação	0	0,0					
Ambientação	foto externa	34	37,4	portos	0	0,0					
	foto interna	57	62,6	aeroportos	0	0,0					

* n representa o número de fotografias analisadas em cada categoria.

Esclarecemos, num primeiro momento, que as subcategorias na Tabela 8 são superpostas, ou seja, uma mesma fotografia pode ter gerado duas ou mais delas. Por

exemplo, em uma imagem, Juscelino poderia estar acompanhado de militares, políticos e também de religiosos, suscitando a contagem de uma ocorrência para cada uma dessas subcategorias. Ou, se o foco era o nacional-desenvolvimentismo, na fotografia poderia ocorrer a imagem de uma estrada, de um automóvel e de uma máquina de terraplenagem, também contados cada um como uma ocorrência. Ou seja, no caso de JK, por exemplo, não podemos somar as porcentagens das ocorrências da subcategoria *companhia*, esperando obter o resultado 100% pois, com a superposição teremos um número de ocorrências maior que o número de fotografias. Ao mesmo tempo, uma fotografia pode ter suscitado registro em duas ou até mesmo nas três categorias, dependendo dos elementos constitutivos da imagem.

Ao mesmo tempo, percebemos na Tabela 8, a discrepância entre o número de ocorrências de imagens de Brasília e suas subcategorias e as imagens de JK e do nacional-desenvolvimentismo. Isto deve principalmente ao fato de a construção de Brasília só ter apresentado algum elemento visível, concreto, em finais de 1957, com o Palácio da Alvorada em fase de acabamento. Portanto, aquelas subcategorias nas quais dividimos a capital, ficaram com quase dois anos a menos de cobertura jornalística imagética em relação aos outros temas do nacional-desenvolvimentismo e JK.

Por outro lado, o dado marcante para nós na Tabela 8 é a presença majoritária de imagens de JK nas páginas de *Manchete*. Ao mesmo tempo alertamos que, mesmo com essa presença constante em nossa amostra, a frequência da imagem de JK ainda está subestimada. Isso decorre do fato de, ao coletarmos o material para a pesquisa termos descartado as reportagens que, mesmo tendo o registro da imagem do Presidente, não tinham qualquer ligação com os temas por nós trabalhados. Essas matérias cobriam eventos sociais como casamentos, bailes de gala, carnaval, etc.

O dado que aponta o Presidente preferencialmente acompanhado de políticos não nos causou estranheza, devido ao próprio ofício político e à grande cobertura dispensada pela revista às inaugurações de obras públicas e privadas, normalmente prestigiada por muitos políticos eleitos e pretendentes a se eleger. Por outro lado, se somarmos as subcategorias sozinho/close-up com sozinho/corpo inteiro, a imagem de JK como tema central da fotografia assume a segunda posição em número de ocorrências naquela

categoria, o que, para nós, reforça o caráter personalista da cobertura jornalística da revista *Manchete*.

Ao mesmo tempo, o fato de os militares figurarem na quarta posição, após a companhia de populares, demonstra o caráter civil do governo, mas, por outro lado, confere à alçada militar alguma importância no processo político daquele momento. Seja como reconhecimento pela garantia dada pela corporação à posse de Juscelino, com o golpe preventivo do Marechal Lott em novembro de 1955, seja como forma de manter a imagem da presidência a uma distância segura em relação aos militares, a revista parece ter usado uma estratégia de conferir certo destaque à presença militar, mas com o cuidado de não exagerá-la.

Notamos uma preferência da revista *Manchete* em representar Juscelino em pé (52% das ocorrências) e, contrariamente ao que imaginávamos, com um empate técnico entre as expressões sorrindo e sério. Este dado desmentiu a percepção que tínhamos de que a revista se esforçava por construir uma imagem do Presidente calcada na simpatia, expansividade e, se assim fosse, ilustrada por uma maioria de expressões sorridentes. Por fim, realçamos a preferência da revista por retratar Juscelino em ambiente fechado, com 62,6% contra 37,4% de fotografias externas.

Já em relação à categoria desenvolvimentismo, percebemos uma total coerência entre a Tabela 8 e o programa nacional-desenvolvimentista. Isto porque, se olharmos as subcategorias de maior ocorrência teremos as imagens de indústrias em primeiro lugar, seguida de produtos industriais, automóveis, estradas e transporte. Esses dados demonstram a ênfase da revista e o empenho do governo na implantação da indústria automobilística no Brasil. O automóvel aparece ali como uma espécie de vedete que o programa nacional-desenvolvimentista prometia tornar acessível a muitos. Ao mesmo tempo, a questão da integração do território nacional foi presença constante no discurso oficial e a construção do “*cruzeiro rodoviário*”, segundo Juscelino, seria o caminho para promovê-la, o que explica o índice de 33,3% de ocorrências, resultante da somatória das subcategorias transporte e estradas.

Por outro lado, na Tabela 8, nos chama a atenção as ausências, ou seja, subcategorias nas quais não encontramos nenhuma ocorrência, apesar destas fazerem parte do Plano de Metas, como, por exemplo, a educação. Nenhuma ocorrência nesta área

confirma os resultados nada animadores na área, conferindo-lhe pouca visibilidade, ou seja, a educação não era ou não se tornou prioridade naquele momento, sequer para a mídia.

Por fim, temos a categoria Brasília e nela impera absoluto o Palácio da Alvorada. Talvez por ser a primeira obra concluída ou, devido a suas linhas extremamente harmônicas, mesclando sofisticação e simplicidade, o Palácio da Alvorada tornou-se presença obrigatória em qualquer matéria sobre a construção de Brasília. Ao descartarmos os anúncios publicitários com sua imagem, diminuimos em muito sua visibilidade em nossa amostra, mas podemos dizer que ele estava presente na maioria absoluta das propagandas que tivessem Brasília como ponto de referência para significar modernidade de algum produto. Mas, de fato, a publicidade não representava necessariamente a política editorial das empresas jornalísticas nem dependia de sua vontade publica-la, por isso sua exclusão.

Na segunda colocação, quando se tratava de ilustrar as matérias sobre Brasília em *Manchete*, aparecem, num empate técnico, a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional. Fato para nós bastante importante, pois, se por um lado, era onde as obras estavam mais aceleradas, com a inauguração da capital se avizinando, por outro, reforçavam a imagem das instituições que abrigariam o poder político e a administração federal a partir daquele momento. Neste sentido, significou uma mudança considerável na imagem das sedes de poder e administração que, até então, estavam aliadas a espaços urbanos restritos, confinados entre outros prédios e convivendo com o caos presente nas grandes cidades ou capitais. Nestas, os edifícios públicos, de uma forma geral, remontavam ao estilo neoclássico, com estruturas pesadas, fachadas com colunatas e escadarias imponentes.

Em Brasília, ao contrário, pelas imagens da revista, o que imperava era o vazio, com grandes espaços entre as construções. Era a limpeza de linhas dos edifícios, o racionalismo do sistema viário e o inusitado desenho das formas arquitetônicas. Em suma, uma mudança radical, se considerarmos apenas o aspecto visível da cidade, em relação ao modelo de capital e de espaços relacionados ao poder existentes até então no Brasil.

Num certo sentido, estava sendo realizada pela revista uma espécie de reeducação estético-simbólica em relação ao que seria o ambiente do poder a partir dali.

3.4 – Revista *O Cruzeiro*

Em relação à *O Cruzeiro*, identificar sua postura ideológico-editorial foi uma tarefa um tanto mais complexa se comparada com *Manchete*. Como em relação a Adolpho Bloch, havia também uma grande proximidade entre JK e Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, editor de *O Cruzeiro*. Na biografia do jornalista e empresário intitulada *Chatô, O Rei do Brasil*, escrita por Fernando Morais, encontramos alguns desses pontos de contato entre ambos.

Morais (1994, p. 547), transcreve um trecho de artigo escrito por Chateaubriand, publicado no *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo* em 19/06/1953, onde se lê: “O governador Juscelino salvou-me a vida. Tenho obrigação, a partir desta data, de tê-lo eternamente como meu amo e senhor”.

Com esta declaração, Chateaubriand creditava a JK o fato de ter escapado de um grave acidente aéreo que vitimou todos os passageiros de uma aeronave que se aproximava do aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Chateaubriand era um dos passageiros daquele voo vindo da Europa com escala em Recife. Ali, foi retirado da aeronave pelo Governador do Estado de Pernambuco, Etelvino Lins, que queria discutir com o jornalista o apoio que os *Diários Associados* dariam à possível candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República. A conversa se alongou e Chateaubriand perdeu aquele voo fatídico, retornando a São Paulo só no dia seguinte, quando tomou conhecimento da dimensão do desastre ocorrido, o que o motivou a escrever a declaração acima.

Mas a ligação entre ambos não se limitou apenas àquele acaso. Reafirmando os laços entre ambos, houve também a promessa feita por JK, já durante a campanha à Presidência, de entregar a embaixada brasileira na Inglaterra à Chateaubriand, caso vencesse a disputa eleitoral. Esta dívida o jornalista, então Senador pelo Estado do Maranhão, cobrou com afinco e não esmoreceu até que fosse nomeado Embaixador, entregando suas credenciais à Rainha da Inglaterra em 22 de novembro de 1957 (Ibidem, p. 604).

Mas os fatos acima não teriam tanta relevância não fosse um outro acontecimento. O que era realmente caro à Chateaubriand naqueles anos finais da década de 1950 eram o MASP (Museu de Arte de São Paulo) e seu acervo, para os quais dedicava grande parte de

sua energia e fortuna. E foram exatamente esses bens que Chateaubriand esteve muito próximo de perder, quando a justiça americana arrestou toda uma exposição que o museu organizara em Nova York em 1957. A exposição, que já havia passado pela Europa, visava divulgar o acervo do MASP e obter reconhecimento por parte de especialistas internacionais da legitimidade das obras, então muito questionada no Brasil. Meses antes, todos os quadros haviam sido dados como garantia a um empréstimo feito por Chateaubriand junto ao banco americano *Guaranty Trust Company of New York*. Como a dívida não foi paga, o banco a executou judicialmente, conseguindo que os quadros fossem confiscados assim que adentraram nos Estados Unidos.

No Brasil, Chateaubriand, mobilizou o Presidente da República e seu Ministro da Fazenda José Maria Alkmin, na busca de uma solução ao problema. Após muita relutância, o governo brasileiro, através da Caixa Econômica Federal, realizou um empréstimo à *Associação Museu de Arte de São Paulo* no valor de Cr\$ 39.539.992,10 ou US\$ 2 milhões de dólares da época, imediatamente depositados, no dia 02 de dezembro de 1957, no banco *Guaranty*, quitando o débito. Em sua obra, Fernando Morais apresenta cópias dos recibos de depósito bancário da quantia emprestada ao MASP e do repasse da mesma ao banco americano. (Ibidem, p.593)

Ainda segundo o autor da biografia, essa dívida com a Caixa Econômica Federal também nunca foi paga, sendo “quitada” em 1971, três anos após a morte de Chateaubriand, com recursos oriundos da loteria federal, por ordem do ex-Ministro da Educação do Governo Médici, Jarbas Passarinho. (Ibidem, p. 594)

Porém, apesar dessa proximidade entre Chateaubriand e JK, não identificamos uma adesão incondicional e irrestrita de *O Cruzeiro* aos preceitos do nacional-desenvolvimentismo. Como veremos nos quadros estatísticos mais adiante, havia uma parcela importante da revista reservada às críticas ao governo e às suas realizações ou omissões. Em um mesmo número encontramos matérias ufanistas e francamente positivas em relação a alguma atuação governamental, seguida de outra matéria ou artigo bastante crítico em relação ao Presidente e sua equipe ou, mais incisivamente, em relação à própria pessoa de Juscelino Kubitscheck.

Neste caso, as críticas vinham rotineiramente através do jornalista David Nasser, principal articulista de *O Cruzeiro* que, não raro, se dizia um bom amigo de JK. Porém,

com frequência bem maior, tecia comentários bastante agressivos e depreciativos quanto à atuação do Presidente. Exemplo dessa prática são os artigos: *Simpatia não governa* (15/06/1957, p.16-7), *A vaca de mil tetas* (28/11/1958, p.82-3) e *Mané fogueteiro* (11/04/1959, p.16-7). Todos os textos centrados na figura do Presidente e, como podemos perceber pelos títulos, nada elogiosos.

No artigo de 1957, o tom de Nasser era conciliatório, conselheiro:

-Não permita Juscelino, que a subserviência, endemia nacional, deforme a triste realidade brasileira aos seus olhos. Não são seus amigos esses amigos que lhe pintam um quadro cor-de-rosa. [...] Por isso, desperte, Presidente. Um pouco menos de simpatia. Um pouco mais de bom-senso ou então seremos apenas escravos de um sonho, vítimas de um erro, filhos de Brasília.

Em 1958, Nasser demonstrava certo ressentimento em função da pouca receptividade do governo em relação a suas críticas:

O denodo, o entusiasmo juvenil, o quase fanatismo com que o senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira defende as realizações iniciadas pelo seu governo, quase transforma os seus críticos em adversários dessas realizações. [...] Ou se é pela coisa a jato e de qualquer jeito, ou se é do contra.
[...] Um pouquinho de freio não faz mal a ninguém, seja ele um patriarca bíblico ou um mineiro desaforado.

Já em 1959, o jornalista parecia estar inconformado com o rumo do governo JK e o comparava a um fabricante de ilusões:

[...] Inventor e fabricante de fogos de artifício, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira faz-me lembrar o Mané Fogueteiro da minha infância.
[...] Reconhecemos que muitas das acusações que fazemos, nestes dias do seu governo, ao atual Presidente, cairão algumas. Talvez poucas. Talvez muitas. Talvez todas. Não são infalíveis as críticas do jornalista, como não o são o procedimento de um governo, mesmo um governo assim, libertino nas finanças e avarento para os créditos legítimos.
-Você não sabe soltar os sonhos que fabrica Juscelino Kubitschek de Oliveira.
-Você não sabe soltar os fogos que fabrica meu pobre Mané Fogueteiro.

Um pouco antes, na edição de 28 de fevereiro de 1959 (p.110-1), no artigo “*O patrão de meu patrão*”, Nasser narra uma conversa sua com Chateaubriand, quando este lhe disse:

- Você me faz passar cada vergonha, meu filho. [...] Meu jagunço louco, você está inteiramente enganado a respeito do homem: Juscelino será um grande Presidente. [...] Sei que o seu público, o público da revista, gosta da imparcialidade, da crítica, da franqueza. Mas lembre-se de que Juscelino, dentre todos, ainda é o melhor.

Entretanto, a posição hegemônica de *O Cruzeiro*, ou, a palavra final sobre o assunto simpatia ou antipatia pelo governo JK foi dada por Assis Chateaubriand apenas na edição de 27 de fevereiro de 1960, (p.102), em um artigo onde se lê:

Há oito anos, que, neste País como em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek realiza uma obra imperial.[...]

A nação só idealiza vínculos com Juscelino Kubitschek. É com ele que está o seu romance. [...]

A riqueza que acumulou para o Brasil, num sem número de novas iniciativas, transforma-o num prodígio regenerador de uma democracia, a qual ficou sem tempo para conspirar. Seu governo febril, excitador de feixes de energia de todo tamanho, tem sido uma segura máquina revolucionária, porque destinada a matar as revoluções. [...]

Brasília era um anelo de suicidas, tal a grandeza dos problemas que ela juntava e a extensão das soluções que ela desafiava.

Para a maioria da Nação, a nova capital não passava de uma aventura trágica.

Entretanto, o governo para ela se vai mudar a 21 de abril.

Com isso, nossa impressão é a de que havia duas posturas distintas na revista, uma responsável por enaltecer e outra por criticar o Governo JK. Se, por um lado, poderíamos interpretar essa prática como um exercício de independência jornalística dentro de um veículo de comunicação, por outro, ela revela a replicação de uma estratégia sempre cultivada pelas empresas jornalísticas de propriedade de Assis Chateaubriand, ou seja, criticar, mas sempre deixando uma porta aberta para negociação futura, caso os criticados chegassem ao poder. Ou, por outro lado, elogiar, mas sempre deixando marcada a posição de que as coisas poderiam mudar. Dependendo das negociações dos interesses entre os Diários Associados e o governo ou empresas, o espaço do elogio poderia desaparecer e o espaço das críticas poderia crescer substancialmente.

Esta postura de *O Cruzeiro*, mesmo que em outra circunstância, é descrita por Samuel Wainer³⁸ em sua autobiografia, quando relata um diálogo que manteve com Chateaubriand a respeito da cobertura que a revista faria da campanha de Getúlio Vargas à Presidência em 1950, quando seu patrão, à época, sentenciou:

[...] o senhor pode dar total cobertura a Vargas [...]. O Senhor faz a campanha de Getúlio e eu mando o Marroquim (Murilo Marroquim) sustentar a oposição a ele. Assim estaremos bem com qualquer lado que ganhar.

³⁸ WAINER, Samuel. Minha razão de viver – Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987. (apud MORAIS, 1994, p.513).

Nossa amostra da presença de JK em *O Cruzeiro*, já Presidente eleito, começa com a cobertura da revista à sua viagem internacional, realizada dias antes de assumir a presidência, porém, só publicada em 11 de fevereiro de 1956 (fotografia 10):



Fotografia 10 – *O Cruzeiro*, 11/02/1956, “*J.K. em busca de riqueza para o Brasil*”, p.106 a 108. Reportagem de Eugênio H. Silva e Álvares da Silva. (tamanho reduzido)

Na reportagem, após apresentar o Presidente acompanhado por doze chefes de Estado e de governo, entre eles os Presidentes dos Estados Unidos, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, além do Papa Pio XII, *O Cruzeiro*, com a foto à direita na página dupla, dá o tom do que seria um dos carros-chefe do programa nacional-desenvolvimentista: o esforço por instalar no Brasil a indústria automobilística. Na fotografia, Juscelino acompanha o Presidente da Mercedes-Bens, Fritz Koenecke (ao volante), em um teste de uma espécie de “Jeep” fabricado pela empresa, na Alemanha. O título da matéria: “*J.K. em busca de riqueza para o Brasil*”, estabelece a ligação entre o sentido do texto e o sentido da imagem, criando uma sincronia lógica entre o processo de industrialização e a obtenção da riqueza. Ao ilustrar a reportagem com um produto industrializado, experimentado pelo Presidente, que tinha como objetivo produzi-lo no Brasil, a revista começa a reforçar a mudança de paradigma econômico que se queria levar a efeito a partir dali, o qual tentaremos explicitar em seguida.

Essa matéria, ao mesmo tempo, inaugura em *O Cruzeiro* uma predileção que Juscelino demonstraria em ser fotografado a bordo de veículos, fossem eles carros, aviões, helicópteros, navios ou máquinas de terraplenagem. A sugestão de mobilidade, dinamismo, novos métodos administrativos, em resumo, a busca por representar a modernidade ou a modernização das atitudes, para nós, foi uma preocupação constante dos responsáveis pela criação/divulgação da imagem do governo JK, os especialistas, a quem nos referimos anteriormente.

Em 02 de fevereiro de 1957 (Fotografia 11), tivemos mais um exemplo da divulgação e construção da imagem dinâmica do Presidente. Em matéria intitulada: “*JK de fevereiro a janeiro*” (p.74 a 79), *O Cruzeiro* faz um balanço das viagens de JK em seu primeiro ano de administração:

Juscelino cobriu quase todo o território nacional, percorrendo 186.000 quilômetros – 630 horas de vôo – [...] visitando todos os Estados do Brasil e despachando os processos com seus auxiliares no próprio avião. [...] A oposição condena as viagens, mas as populações visitadas gostam.



Fotografia 11 – *O Cruzeiro*, 02/02/1957, “*JK de fevereiro a janeiro*”, p.74 a 79. Reportagem de Wilson Aguiar e fotografias de Ildalécio Wanderley. (tamanho reduzido)

Após apresentar um mapa do Brasil com um desenho superposto de todos os trajetos que o Presidente teria percorrido naquele primeiro ano de governo, tanto por terra: de carro ou de trem, quanto por mar e ar, a revista finaliza a matéria com a fotografia de JK acima.

No pequeno texto superposto à fotografia, na parte superior direita, há uma declaração de Juscelino ao jornalista: “*Enquanto eles reclamam, eu trabalho para o Brasil*”, uma referência direta às críticas da oposição às suas constantes viagens. Ao mesmo tempo, temos reunidas na imagem uma série de elementos simbólicos: a tecnologia, representada pela fuselagem do avião; o gesto confiante do braço estendido para o alto; o sorriso franco, transmitindo segurança e confiança; os papéis na mão esquerda do Presidente, remetendo ao trabalho; a figura alada, símbolo da *PanAir*, pintada na escada de acesso ao avião, reforçando a idéia de dinamismo e velocidade e, finalmente, o ângulo em que foi tirada a fotografia. Ao ser tomada de baixo para cima, criou-se na imagem aquela perspectiva ascendente a que nos referimos anteriormente. Recurso usado para ampliar as dimensões dos objetos ou pessoas, assim como amplificar a dimensão simbólica do retratado, conferindo a ele maior importância, colocando o espectador em uma posição de reverência.

Três meses depois, em 18 de maio de 1957, *O Cruzeiro* trouxe também uma reportagem sobre a missa rezada em Brasília no dia 3 anterior do mesmo mês. Se em *Manchete* a matéria recebeu o título “*Brasília: Segunda primeira missa*”, em *O Cruzeiro* foi nomeada “*A primeira missa em Brasília – ergue-se a cruz no planalto*” (p.132 a 135). A cerimônia, realizada na presença da imagem de Nossa Senhora Aparecida, levada ao Planalto pelo avião presidencial, foi celebrada pelo Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que declarou, dirigindo-se a Juscelino:

Vossa Excelência acertou no diagnóstico e na terapêutica dos males da nacionalidade. Descobriu a etiologia dos males do Brasil, ou seja, a ectopia do coração; isto é, cardiopose, ou deslocamento do coração para baixo. E vossa Excelência deliberou a realizar a cardiamastrosia ou transposição do coração para o seu lugar fisiológico normal.

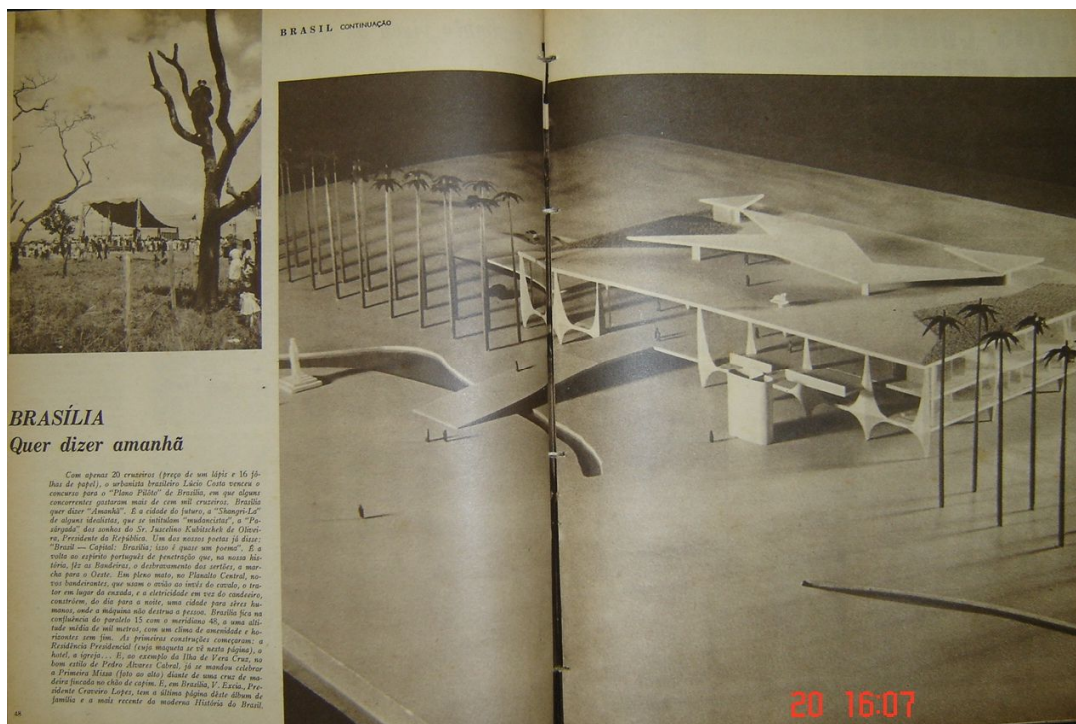
Com jargões próprios dos médicos, profissão inicial de Juscelino, Dom Carlos se coloca no papel de legitimador do projeto mudancista. Define a situação geopolítica brasileira até aquele momento como anômala, com sua capital deslocada do seu local de

direito e diagnóstica que a construção de Brasília iria reparar aquele defeito, além de apontar Juscelino como o responsável pela providencial cura.

Naquela mesma data (18/05/1957, p.48-9), aparece em *O Cruzeiro* a primeira referência ao concurso para o Plano Piloto, vencido por Lúcio Costa, trazendo também uma fotografia da maquete do Palácio da Alvorada (Fotografia 12), já em construção.

Sob o título: “*Brasília quer dizer amanhã*”, o repórter especula sobre os significados da nova capital:

Com apenas 20 cruzeiros (preço de um lápis e 16 folhas de papel), o urbanista brasileiro Lúcio Costa venceu o concurso para o “Plano Piloto” de Brasília, em que alguns concorrentes gastaram mais de cem mil cruzeiros. Brasília quer dizer “amanhã”. É a cidade do futuro, a “Shangri-la” de alguns idealistas, que se intitulam “mudancistas”, a “Pasárgada” dos sonhos do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República. [...] É a volta do espírito português de penetração que, na nossa história, fez as Bandeiras, o desbravamento dos sertões, a marcha para Oeste. (grifos do autor)



Fotografia 12– *O Cruzeiro*, 18/05/1957, “*Brasília quer dizer amanhã*”, p.48-9. (autores não identificados-tamanho reduzido).

O texto nos remete, em parte, àquela discussão que desenvolvemos no capítulo II quando analisamos a tradição e a modernidade de Brasília. O jornalista acrescenta aqui

mais um dado legitimador do projeto mudancista: Brasília representaria a retomada de uma prática ancestral de nossos colonizadores, a conquista do território. Para ele, ao decidirmos mudar a capital para o interior, estávamos sendo coerentes com a tradição geopolítica dos descobridores do Brasil. Ao mesmo tempo, reforça o bordão insistentemente repetido pelo discurso governista: Brasília, “*cidade do futuro*”, demonstrando a proximidade e empatia entre os discursos da mídia e do nacional-desenvolvimentismo. O slogan “*cinquenta anos em cinco*” ganhava com Brasília, auxiliado pela mídia, a sua dimensão simbólico-material.

Notemos também, na Fotografia 12, o contraste entre as imagens usadas para ilustrar a reportagem. Seguindo o sentido da esquerda para a direita (sentido em que nós ocidentais estamos acostumados a ler mensagens textuais ou visuais) temos, bem pequena, no canto esquerdo superior da matéria, a imagem do barracão de lona e madeira usado para a celebração da primeira missa em Brasília. Clicada de longe, esta fotografia dá uma idéia da dimensão do cerrado brasileiro, com suas árvores retorcidas, capim seco e um imenso céu dominando a paisagem. Nota-se também uma grande quantidade de pessoas assistindo à celebração. Seguindo com o olhar para a direita, nos deparamos com $\frac{3}{4}$ da página dupla dominada pela fotografia da maquete do Palácio da Alvorada. Houve na diagramação das fotografias uma intenção de representar a passagem do tempo e da transformação pela qual a região iria passar. O discurso poderia ser lido com o seguinte sentido: o que foi até agora e o que será depois. Vamos transformar uma paisagem inóspita e ressequida em um oásis de modernidade, e isso, contando com nossos próprios talentos. Naquele momento já se sabia que seriam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer os responsáveis pelos projetos urbano e arquitetônico, respectivamente.

Um ano e dois meses após essa reportagem, a revista *O Cruzeiro* editou outra matéria, confirmando seu vaticínio anterior de que Brasília significava o amanhã. Aproveitando a visita da famosa bailarina inglesa Margot Fonteyn à cidade em construção, estampou em suas páginas a manchete: “*Margot chega ao futuro*” (26/07/1958, p.59-60), seguida da fotografia, abaixo (Fotografia 13):



Fotografia 13 – *O Cruzeiro*, 26/07/1958, “*Margot chega ao futuro*”, p.59-60. Reportagem de Antônio Rudge.

Na Fotografia 13, temos o Palácio da Alvorada, já concluído, com a bailarina posando à sua frente, ao lado do espelho d’água. Notemos que Margot não está posando em qualquer lugar, com qualquer postura. Foi escolhido um ponto exato para posicioná-la, em uma linha de perfeita continuidade com uma das colunas do palácio. Não satisfeito apenas com a linearidade do conjunto, o fotógrafo orientou a bailarina a dobrar levemente seu braço esquerdo, de modo a reproduzir com ele, uma forma próxima da curvatura da base da coluna em segundo plano. O mesmo foi feito com sua perna esquerda. Se atentarmos para a fotografia, perceberemos que a bailarina está em movimento giratório, com os pés voltados para o palácio, o tronco girando levemente e o rosto voltado para a câmera. Todo o movimento objetivando ampliar a base de seu vestido, criando assim uma forma muito próxima das colunas logo atrás. Ocorre, visualmente, uma fusão entre primeiro e segundo planos, entre bailarina e palácio. A nosso ver, seria um discurso de legitimação da obra arquitetônica, calcada na credibilidade e fama adquirida pela conceituada bailarina. A

legenda da fotografia pode provocar alguma estranheza, se lida com os olhos de hoje, mas confirma nossas impressões: “*Scheheraza visita o Palácio das Mil e Uma Noites em Brasília. Beleza inglesa com cheiro de bugrinha, numa paisagem de Niemeyer*”. Perguntamo-nos, o que seria o tal “*cheiro de bugrinha*”, mas não chegamos a uma conclusão. O importante para nós, na legenda, é a comparação do Palácio da Alvorada ao Palácio das Mil e Uma Noites e a identificação de Niemeyer como autor da paisagem. Ou seja, estava montado um cenário idílico, de sonhos, inusitado e criado por um brasileiro.

Por outro lado, se, de uma forma geral, as matérias citadas acima, mostram que o governo Juscelino vinha sendo tratado com certa simpatia por *O Cruzeiro*, com as críticas partindo apenas dos artigos de David Nasser, em 15 de fevereiro de 1958, a revista abordou um assunto delicado para JK, devido à ausência de resultados expressivos na área: educação. Com a reportagem: “*Retrato sem retoque do ensino no Brasil*” (p.38 a 43), a revista apresentou estatísticas de matriculados, de analfabetos, de crianças fora da escola e concluiu que o ensino no Brasil vivia um verdadeiro colapso, por falta de vagas, material humano e de ensino. Ilustrou a reportagem com uma fotografia de forte apelo emocional, onde aparecia uma criança deitada em uma calçada acompanhada de dois cachorros viralatas. Ao lado, outra fotografia, esta do edifício do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, o mesmo que apresentamos no capítulo I, seguida da legenda: “*O Brasil se orgulha do arrojado edifício do Ministério da Educação. Mas o Brasil não pode se orgulhar da situação em que está o seu problema educacional. Cinco milhões de crianças não têm escola*”.

Algum tempo depois a revista iria insistir no tema, mas com uma interessante particularização, sairia do âmbito nacional e abordaria o problema em um Estado em particular: Minas Gerais, o qual Juscelino governara até 1955. Com o título: “*Ensino em Minas Gerais: nota zero*” (07/06/1958, p.110 a 115), a revista apresenta a situação de calamidade do ensino em Minas, ilustrando a reportagem com uma fotografia ocupando 100% da capa da matéria (Fotografia 14), onde os alunos aparecem sentados no chão de um recinto escolar. Só estão sentadas em cadeiras a professora e uma aluna, dos mais de trinta ali presentes.



Fotografia 14 – *O Cruzeiro*, 07/06/1958, “*Ensino em Minas Gerais: nota zero*”, p.110 a 115. Reportagem de José Franco e Eugênio Silva. (tamanho reduzido)

A mudança de foco, operada pela revista, saindo do plano federal e partindo para a esfera estadual, teria algum objetivo implícito? Queria atingir a figura do Presidente mostrando à nação o descaso pela educação em sua administração em Minas Gerais, o que explicaria os pífios resultados conseguidos na área educacional no âmbito nacional? Ou seria um alerta ao governo federal sobre um problema real que demandava mais empenho político para sua solução? Não tivemos como acessar objetivamente qual seria a finalidade da revista com essas duas matérias, talvez tivessem um pouco de cada uma das motivações que especulamos acima. De qualquer forma, *O Cruzeiro* se restringiu a essas duas matérias em relação ao assunto, não voltando a abordá-lo.

Pouco tempo depois, em 11 de outubro de 1958, retorna em *O Cruzeiro* o ufanismo nacional-desenvolvimentista, reforçando o discurso da importância da marcha para o Oeste. Trata-se da reportagem “*Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília*” (p.60 a 64):



Fotografia 15 – *O Cruzeiro*, 11/10/1958, “Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília”, p.60 a 64. Texto de Arlindo Silva e fotografias de Ubiratan de Lemos. (tamanho reduzido)

Vejamos a complementariedade entre texto e imagem na Fotografia 15, na qual um auxilia o outro na formação do sentido da mensagem. O pequeno texto, que vem superposto à imagem, no canto esquerdo inferior, informa:

A selva amazônica, que desafiava o progresso desde os tempos do Grão-Pará, está sendo afinal dominada pela máquina e pelo homem. Centenas de quilômetros de modernas rodovias cortam a floresta bruta, transmitindo o fluxo da civilização ao “hinterland” caboclo, escravizado pelo mono-extratvismo da borracha. Um punhado de homens está mudando a fisionomia da Amazônia para integrá-la na unidade geográfica e econômica do país. (grifo do autor)

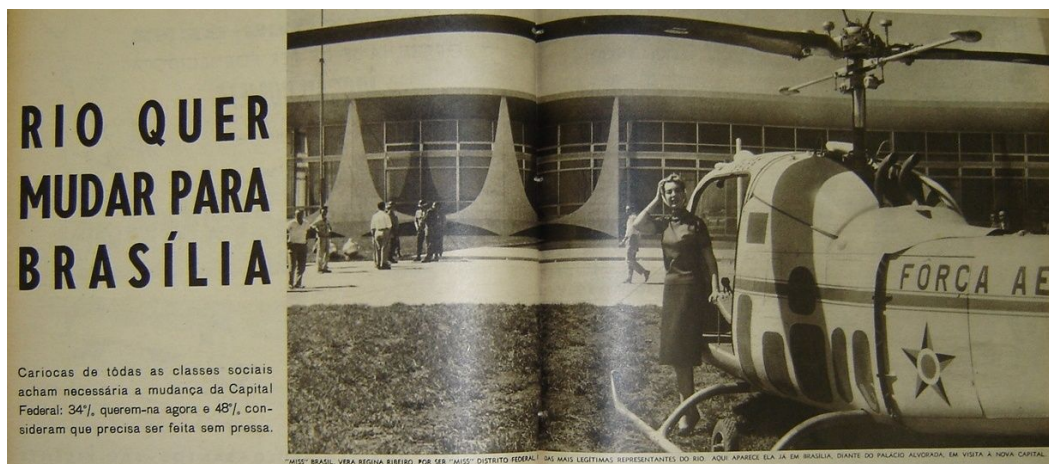
Além da sincronia de significados entre o texto e imagem, quando lemos que a floresta “*está sendo afinal dominada pela máquina*”, e vemos os tratores derrubando a mata, ressaltamos na matéria um conjunto de valores que a revista afirmava:

- 1- A floresta representava um entrave ao desenvolvimento;
- 2- A máquina e o homem estavam dominando a floresta;
- 3- As estradas levavam civilização ao interior;
- 4- O mono-extratvismo escravizava o homem;

- 5- A região deveria mudar seu perfil econômico e geográfico para integrar-se à nação;
- 6- O nacional-desenvolvimentismo estava operando a mudança.

Ou seja, nesse conjunto de valores aliados à imagem veiculada, estavam também embutidos elementos do discurso oficial, que justificava a transferência da capital para o Centro-Oeste como forma de se efetivar a posse do território e, a partir dali, promover a integração nacional e levar o desenvolvimento a todas as regiões do Brasil.

Se a matéria acima tinha uma abrangência nacional, sem explicitar exatamente qual era seu público alvo, havia as reportagens que visavam um determinado segmento ou região do país. Uma delas visava exatamente o Rio de Janeiro, onde ainda havia resistência com relação à mudança da capital, e de onde partiam as críticas mais exacerbadas. *O Cruzeiro*, talvez tentando convencer os mais reticentes, trouxe, em 25 de julho de 1959 (p.84-5), a matéria: “Rio quer mudar para Brasília” (Fotografia 16), onde apresenta resultados de pesquisa do IBOPE sobre a aceitação da mudança, feitas especificamente na, ainda, capital federal.



Fotografia 16 – *O Cruzeiro*, 25/07/1959, “Rio quer mudar para Brasília”, p.84-5. Autor não identificado. (tamanho reduzido)

O título da reportagem é categórico. Porém, ao olharmos o resultado da pesquisa, notamos que não há uma posição tão enfática dos entrevistados, pelo menos, não ainda naquele momento. O percentual dos favoráveis à mudança rápida, por achar a construção

de Brasília uma obra fundamental, chegava aos 34% das respostas. Porém, o número dos que queriam uma mudança gradual, sem pressa, pois não consideravam Brasília uma obra essencial, atingia 48% das respostas. Ou seja, havia uma tendência ao apoio à mudança da capital, não uma adesão assertiva.

À porta do helicóptero, na Fotografia 16, aparece a Miss Distrito Federal, Vera Regina Ribeiro, em visita à nova capital. Mais uma vez *O Cruzeiro* usa um elemento simbólico, desta vez, representante do Rio de Janeiro, para dar legitimidade à Brasília. É importante lembrar a verdadeira mania nacional que eram os concursos de Miss naqueles anos. Na maior parte das edições, tanto de *O Cruzeiro*, quanto em *Manchete*, havia uma reportagem sobre o assunto, recheada de fotografias das ganhadoras por Estado. Quando uma delas se tornava vencedora do concurso nacional, se transformava instantaneamente em uma celebridade, reverenciada por várias semanas, em muitas matérias.

Em reportagem publicada em 28 de maio de 1960, intitulada “*Conheça Brasília por dentro*” (p.134 a 145), enfatizamos mais uma vez o diferencial simbólico que os profissionais de *O Cruzeiro* conferiam às suas representações (Fotografia 17). Poderia parecer um truque fotográfico banal, porém, a carga simbólica que ele carrega e transmite ao espectador não pode ser desprezada. O primeiro elemento a destacar é a própria moça. Para posar, não foi escolhido um homem jovem, nem uma criança, nem uma mulher ou homem de idade avançada. Foi escolhida uma bonita jovem para apresentar aos leitores uma cidade jovem. A jovem, neste caso, pode representar o lado feminino da natureza, com potencial para fazer nascer, criar o novo a partir dela mesma. O pequeno texto, no canto inferior direito da fotografia leva o título: “*Brasília, a bem nascida*”. Lembremos das responsabilidades conferidas, pelo discurso oficial e pela mídia, como vimos acima, ao projeto Brasília: desenvolver, apossar-se do território, integrar, gerar crescimento. O gesto da moça, com os braços estendidos, pode ser interpretado de duas formas diferentes, ambas extremamente amistosas. Por um lado, ela pode estar oferecendo a cúpula invertida da Câmara dos Deputados aos visitantes e leitores, manifestando orgulho pela sua cidade; e, por outro, seu gesto franco e carinhoso, sugere a possibilidade de o visitante ganhar um grande abraço de boas vindas, ao chegar à capital. Seu gesto inspira receptividade.



Fotografia 17 – *O Cruzeiro*, 28/05/1960, “*Conheça Brasília por dentro*”, p.134 a 145. Reportagem de Ubiratan de Lemos e fotografias de Ildalécio Wanderley. (tamanho reduzido)

Ao mesmo tempo, sua expressão é de extremo bem-estar, com a cabeça e o corpo levemente jogados para trás, os olhos semi-serrados, apontados para o infinito céu do Centro-Oeste, contaminados por um sorriso cativante e acolhedor. Em suma, tudo na imagem diz: bem vindos. O título complementa o sentido da imagem ao também convidar: “*Conheça Brasília por dentro*”, ou seja, a casa é sua, entre e fique a vontade.

Na mesma reportagem, a revista apresenta os pontos de vista de vários deputados a respeito de Brasília, após o primeiro mês de moradia e trabalho na nova capital:

-Adauto Lúcio Cardoso (UDN): “*Brasília é um monumento do desatino de JK*”.

-Mario Martins (UDN): “*Apelo para que JK não fuja para a Europa. Que ele fique em Brasília, sofrendo conosco*”.

-Meneses Côrtes (UDN): “*É pena que a mudança tenha sido simbólica.guardo o inquérito contra a NOVACAP*”.

-João Agripino (UDN): “*Brasília custa a fome e a miséria dos humildes, vítimas da inflação*”.

-José Bonifácio (UDN): *“A câmara não está funcionando bem. Dos seus 700 funcionários, só 200 podem ser instalados debaixo das cuias de Niemeyer. E os anexos não estão prontos”*.

-Nélson Carneiro (PSD): *“Brasília é um estímulo ao interior, que não pode continuar como penitenciária agrícola”*.

-Etelvino Lins (PSD): *“Brasília livrou os brasileiros de um complexo de inferioridade”*.

-San Tiago Dantas (PTB): *“A rotina, a esterilidade, a protelação estão em cheque com o que já se sente ser o espírito de Brasília”*.

-Armando Carneiro (PSD): *“Com toda falta de conforto, Brasília merece o melhor sentimento de brasilidade”*.

-Adalberto Vale (PSD): *“Brasília é um poema de cimento, além de ser a segunda etapa do descobrimento do Brasil”*.

A revista finaliza a matéria expondo seu próprio ponto de vista:

Assim é Brasília no palco do comadriso político-partidário. Para uns, o abismo sem fundo das finanças nacionais; para outros, o encontro marcado com um destino histórico. Mas navegando em mar calmo ou revolto, ela brilha no planalto, como a vedeta da federação. Sociólogos de vista longa dizem que a História do Brasil recebeu, com Brasília, um capítulo novo. Ela dividirá o Brasil de ontem e de hoje. E continuará, sem dúvida, capital, terceira e última. (*O Cruzeiro*, 28/05/1960, p.145. Ubiratan de Lemos)

Com isso, interpretamos a posição da revista como favorável à Brasília, concordando com o discurso governista de que a nova capital representaria uma mudança de paradigmas, tanto de nação como de modelo de desenvolvimento e de ocupação territorial. Por outro lado, o embate político-ideológico no Congresso Nacional, em torno da nova capital, estava longe de um fim, como vimos pelas declarações dos políticos apresentadas acima. Este é um dado dos mais instigantes, que nos levou a estudar o fenômeno Brasília.

Como pode um evento suscitar tantas leituras e interpretações, as mais díspares possíveis? Para uns, representava a desgraça, para outros a bonança. Para uns o desatino, para outros a visão de futuro. Para uns a fome, para outros, um poema. Todas essas visões

conflitantes conferem uma riqueza e, por que não dizer, beleza ao evento que nos tocou profundamente e nos levou a querer desvendar suas facetas.

Em seguida, iniciamos a análise do material coletado relativo à *O Cruzeiro*, na tentativa de traduzir em números suas preferências editoriais em relação a JK, ao nacional-desenvolvimentismo e à Brasília. Para isso, elaboramos as Tabelas 9 a 14, abaixo, onde traçamos o quadro estatístico quantitativo das matérias editadas entre os anos de 1956 a 1960, nos mesmos moldes da análise que fizemos anteriormente com revista *Manchete*, seguindo aqueles mesmos critérios para julgamento do caráter das matérias. Em seguida discutiremos alguns de seus pontos principais.

Tabela 9 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no ano de 1956.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	0	0	0	0
JK	5	4	0	1
Estradas	0	0	0	0
Automóveis	0	0	0	0
Hidroelétricas	1	1	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	1	1	0	0
Aeroportos	0	0	0	0
Siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	0	0	0	0
Economia	0	0	0	0
Total de matérias	7	6	0	1

Tabela 10 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no ano de 1957.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	3	3	0	0
JK	9	4	1	4
Estradas	0	0	0	0
Automóveis	0	0	0	0
Hidroelétricas	0	0	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	2	2	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	1	1	0	0
Aeroportos	0	0	0	0
Siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	0	0	0	0
Economia	2	0	0	2
Total de matérias	17	10	1	6

Tabela 11 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no ano de 1958.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	1	1	0	0
JK	4	1	2	1
Estradas	2	1	1	0
automóveis	2	2	0	0
hidroelétricas	0	0	0	0
ferrovias	0	0	0	0
fábricas em geral	2	2	0	0
abastecimento	1	1	0	0
energia atômica	1	1	0	0
Indústria naval	0	0	0	0
aeroportos	0	0	0	0
siderurgia	0	0	0	0
petróleo	0	0	0	0
economia	3	1	2	0
educação	2	0	2	0
Total de matérias	18	10	7	1

Tabela 12 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no ano de 1959.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	4	4	0	0
JK	16	6	6	4
Estradas	3	2	1	0
Automóveis	3	3	0	0
Hidroelétricas	2	2	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	1	1	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	1	1	0	0
Aeroportos	1	1	0	0
siderurgia	0	0	0	0
Petróleo	0	0	0	0
Economia	1	0	0	1
Total de matérias	32	20	7	5

Tabela 13 – Quantificação das reportagens positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no ano de 1960.

Temas	Número de ocorrências	Positiva	Negativa	Mista
Brasília	11	9	1	1
JK	13	12	0	1
Estradas	3	3	0	0
Automóveis	2	2	0	0
Hidroelétricas	0	0	0	0
Ferrovias	0	0	0	0
Fábricas em geral	0	0	0	0
Abastecimento	0	0	0	0
Energia atômica	0	0	0	0
Indústria naval	1	1	0	0
Aeroportos	0	0	0	0
siderurgia	1	1	0	0
Petróleo	0	0	0	0
Economia	0	0	0	0
Total de matérias	31	28	1	2

Tabela 14 – Total geral das matérias positivas, negativas ou mistas na revista *O Cruzeiro* no período 1956 a 1960.

período	Positivas	Negativas	Mistas	Total geral
1956 a 1960	74	16	15	105

De acordo com os números acima, podemos fazer uma primeira constatação: *O Cruzeiro* foi bem mais econômico, se comparado com *Manchete*, em relação à cobertura jornalística que conferiu ao nacional-desenvolvimentismo e à Brasília. Porém, apesar da amostra menor, o espaço destinado a uma posição crítica é maior.

Seguindo o raciocínio de que as reportagens de caráter misto contêm uma parcela crítica importante, ao levantarem problemas e descompassos na implementação do Plano de Metas, podemos somá-las às reportagens negativas. Com isso podemos ter uma idéia da relação de forças entre crítica e apoio dispensados pela revista ao programa governista. Realizando o cálculo, chegamos a 31 ocorrências ou 29,5% de matérias com conotação crítica na revista *O Cruzeiro*. Não se trata de uma maioria, mas, por outro lado, marca claramente uma posição da revista em relação ao governo JK.

Os temas onde estão concentradas as reportagens críticas demonstram alguns aspectos em relação à postura editorial de *O Cruzeiro*. Elas estão, preferencialmente, nos temas JK, fustigado semanalmente pelo articulista David Nasser, e economia, onde a revista oferecia espaço aos críticos do programa nacional-desenvolvimentista, principalmente às vozes políticas nacionalistas mais radicais, contrárias à entrada do capital externo na economia brasileira e à construção de Brasília, citados no primeiro capítulo desta dissertação.

Ao mesmo tempo, Juscelino Kubitschek mantém em *O Cruzeiro*, assim como aconteceu em *Manchete*, uma hegemonia em termos de espaço ocupado, com 47 ocorrências, que correspondem a 44,7% do total de reportagens, centradas na figura institucional do Presidente da República ou em sua vida pessoal e familiar.

Vejamos abaixo, um quadro representativo da freqüência do aparecimento de imagens relacionadas aos nossos temas nas páginas de *O Cruzeiro*. Assim como fizemos com a revista *Manchete*, trazemos na Tabela 15, a tabulação das ocorrências de imagens nas categorias JK, nacional-desenvolvimentismo e Brasília, no período de 1956 a 1960.

Tabela 15 – Ocorrências da imagem de JK, de elementos simbólicos do nacional-desenvolvimentismo e de Brasília na revista *O Cruzeiro* no período de 1956 a 1960.

		Categorias								
		JK (n*=63)		nacional-desenvolvimentismo (n*=37)			Brasília (n*=24)			
		subcategorias	freqüência	%	subcategorias	freqüência	%	subcategorias	freqüência	%
c o m p a n h i a	sozinho/Close-Up	16	25,4	indústrias	9	24,3	cerrado	2	8,3	
	sozinho/corpo inteiro	6	9,5	trabalhadores na indústria	6	16,2	Palácio da Alvorada	6	25,0	
	com família	2	3,2	máquinas industriais	5	13,5	Palácio do Planalto	1	4,2	
	com militares	6	9,5	produtos industriais	11	29,7	Congresso	7	29,2	
	com políticos	25	39,7	eletrodomésticos	0	0,0	Supremo Tribunal Federal	1	4,2	
	com religiosos	3	4,8	transporte	11	29,7	Catedral	2	8,3	
	com empresários	8	12,7	comunicação – telefonia	0	0,0	Hotel Turismo	0	0,0	
	com artistas	2	3,2	estradas	10	27,0	Capela Nossa Sra. de Fátima	2	8,3	
	com esportistas	1	1,6	ferrovias	0	0,0	Lago Paranoá	0	0,0	
	com populares	11	17,5	hidroelétricas	3	8,1	Eixo Monumental	1	4,2	
	com jornalistas	5	7,9	energia atômica	1	2,7	Eixos Rodoviários	3	12,5	
expressão facial	sorrindo	33	52,4	máquinas de terraplanagem	6	16,2	Esplanada dos Ministérios	3	8,3	
	sério	16	25,4	automóveis	7	18,9	Rodoviária	0	0,0	
	preocupado	3	4,8	petroquímica	1	2,7	Sistema viário	3	12,5	
	surpreso	2	3,2	aeronaves	3	8,1	Super Quadras	1	4,2	
Postura	sentado	19	30,2	navios	5	13,5				
	ao telefone	1	1,6	abastecimento de água	2	5,4				
	em pé	37	58,7	petróleo – produção	0	0,0				
	em pé/em movimento	0	0,0	petróleo – refino	0	0,0				
	agachado	2	3,2	mineração	1	2,7				
localização	em automóvel	6	9,5	siderurgia	2	5,4				
	em aeronave	1	1,6	agricultura	1	2,7				
	em navio	2	3,2	educação	2	5,4				
Ambientação	foto externa	22	38,1	portos	0	0,0				
	foto interna	40	65,1	aeroportos	1	2,7				

* n representa o número de fotografias analisadas em cada categoria.

Analisando as ocorrências em *O Cruzeiro*, podemos notar determinadas preferências em relação aos temas mais frequentes e à maneira de apresentá-los. Assim como em *Manchete*, *O Cruzeiro* demonstrou uma preferência em representar Juscelino sozinho e em close-up. Porém, ao somarmos as subcategorias sozinho/close-up, com sozinho/corpo inteiro, chegaremos a 34,9% do total das imagens da categoria JK, referentes exclusivamente ao Presidente. Número bastante superior aos 26,4% registrados em *Manchete*. Como companhia, também aqui, JK tem, prioritariamente, políticos ao seu lado, seguido pelos números de populares, empresários e militares. Outro dado relevante é o referente à expressão facial predominante. *O Cruzeiro* demonstra uma preferência em representar o Presidente sorrindo, com 52,4% das ocorrências, contra 25,4% de expressões sérias. A diferença para os 100% refere-se à soma das subcategorias preocupado, surpreso e outras expressões, as quais não conseguimos definir.

Em relação à postura de JK, assim como em *Manchete*, *O Cruzeiro* também mostrou uma preferência por representá-lo em pé, com 58,7% das ocorrências. Da mesma forma ocorre com as subcategorias foto externa e foto interna, com a preferência recaindo em fotos internas, com 65,1% da amostra. Também aqui, a diferença para os 100% deve-se às fotografias que não conseguimos definir, se internas ou externas. Se, em *Manchete*, JK está a bordo de aeronaves em 7,7% das ocorrências, em *O Cruzeiro*, a preferência recai sobre a representação do personagem em automóveis, com 9,5% dos casos.

Já em relação ao nacional-desenvolvimentismo, realçamos, num primeiro momento as ausências. A não ocorrência de imagens quanto à produção e refino de petróleo nas reportagens que analisamos, definimos como uma das mais importantes. O fato, talvez tenha ligação com a posição anti-estatizante de Chateaubriand, devido ao seu histórico vínculo com a iniciativa privada, tendo inclusive advogado para multinacionais em seu início de carreira como bacharel de direito, ao chegar ao Rio de Janeiro. Nos anos 1920 representou a *holding* Brazilian Traction, controladora da *Light & Power do Brasil*, e também a *Itabira Iron Ore Company*, esta de propriedade de Percival Farquhar, o empresário construtor da ferrovia Madeira-Mamoré. (Morais, 1994, p.122-3)

Ao mesmo tempo, notamos uma ênfase da revista em relação às imagens com as subcategorias estradas e transporte. Ambas somadas obteremos 56,7% das ocorrências na categoria nacional-desenvolvimentismo, demonstrando uma preocupação da publicação

com aqueles temas, reforçados também com a presença das imagens de máquinas de terraplenagem, com 16,2% das ocorrências. Aquele discurso do governo e da mídia, que explicitamos acima, sobre o papel das estradas como promotoras da unidade nacional, refletiu-se no conjunto de imagens veiculadas pela revista, realçando seu peso relativo.

Na categoria Brasília, o Congresso Nacional aparece em primeiro lugar, com maior número de ocorrências. Seguido muito próximo do Palácio da Alvorada, com as outras ocorrências pulverizadas nas diferentes subcategorias. Portanto, *O Cruzeiro* parece enfatizar em sua cobertura sobre Brasília, o caráter civil do governo e a importância da casa sede da representação popular: o Congresso Nacional. A segunda colocação do Palácio da Alvorada em número de ocorrências pode ter ligação com a importância conferida à figura do Presidente da República. Neste caso, não se trata da sede do Poder Executivo, mas sim da residência do Presidente, o que confere uma conotação personalista à cobertura jornalística da revista, muito ligada à figura de Juscelino.

Gostaríamos muito de ilustrar este trabalho com todas as imagens que coletamos, pois, percebemos agora, o quão importante foi termos visualizado toda a série histórica das publicações. Talvez, apenas a visualização de todo o conjunto das fontes possa operar, em outras pessoas, a formação de uma convicção como a que desenvolvemos.

De qualquer forma, esperamos que, a partir dos exemplos com que ilustramos nosso trabalho, e das análises de frequência em que cada tema apareceu nas revistas, tenhamos conseguido contribuir para uma compreensão ampla do papel das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, ante a construção/divulgação da simbologia nacional-desenvolvimentista.

Esperávamos, é verdade, encontrar uma presença maior de Brasília no material iconográfico das revistas, mas, ao mesmo tempo, não imaginávamos que a presença de Juscelino fosse tão proeminente. Ao final, confirmou-se nossa percepção de que o “pacote” nacional-desenvolvimentista foi trabalhado de forma articulada e sistemática por aquelas mídias.

Deixamo-nos influenciar pelo discurso oficial, de que Brasília representava todo o programa, como meta-síntese e, se assim fosse, pela nossa lógica, ela teria proeminência imagética nas páginas de *Manchete* e *O Cruzeiro*. Por outro lado, sua presença não é desprezível de forma alguma. Se não tem o maior peso em nossa amostra, não significa que

não tenha servido ao propósito de representar o êxito do projeto nacional-desenvolvimentista, como sugeria o discurso oficial.

Pela análise de frequência de ocorrências, se quiséssemos dizer que houve uma imagem que simbolizou aquele período e fez a concatenação dos vários tentáculos do programa nacional-desenvolvimentista, essa imagem seria a de JK. Prova maior dessa penetração de sua imagem na sociedade, com grande contribuição das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, são os índices de aprovação popular, ao final de seu governo: somando os percentuais dos julgamentos do governo JK, notamos que os conceitos bom e ótimo alcançavam 57%, e quando acrescidos do julgamento regular atingiam 88% de opiniões favoráveis à sua administração, em janeiro de 1961, por ocasião da posse do novo Presidente da República, Jânio da Silva Quadros. (IBOPE, 1961, apud Moreira, 1998, p.87)

Conclusão

Após o amplo panorama que traçamos, tentando reconstruir o período da mudança da capital federal para Brasília, através de um apanhado das idéias e ideologias emergentes e concorrentes naquela conjuntura, podemos sedimentar alguns entendimentos a respeito de todo o processo de, primeiro se querer mudar a capital, e depois, de mudá-la de fato.

Pelo caráter difuso da idéia mudancista ao longo da História, não podemos dizer que ela tenha sido uma prioridade da sociedade brasileira, em qualquer tempo. Mesmo o fato de a mudança ter sido contemplada na Constituição republicana de 1891, não significou que a idéia fosse, em absoluto, um consenso ou mesmo que tivesse algum grupo articulado, tanto política quanto economicamente, que quisesse levá-la adiante. Prova disso foram as décadas em que a futura capital não passou de um retângulo desenhado nos mapas do Brasil.

Portanto, o discurso nacional-desenvolvimentista, que tentava legitimar a mudança da capital usando o argumento de que era uma imposição histórica, como se o assunto tivesse uma emergência na sociedade brasileira, desde a independência, não passava disso: uma tentativa de legitimação do projeto, por meio de uma visão linear e compartimentada da própria História.

Naqueles anos, de 1956 a 1960, aconteceu um fenômeno interessante em relação à criação de demanda na sociedade pela aprovação da mudança da capital federal e construção de Brasília: o processo de criação se deu concomitantemente à própria construção, fato para nós comprovado por aqueles baixos índices de aprovação da mudança da capital aferidos pelo IBOPE, ainda em 1958, já com a obra em andamento.

A rejeição à construção e mudança era grande, mas com o decorrer do processo, com o auxílio e simpatia ao projeto por parte das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, e provavelmente por outras mídias, a demanda foi sendo criada na sociedade, ao mesmo tempo em que era satisfeita pelo andamento das obras.

Ao final, com a inauguração, os índices de ampla aprovação à Brasília, segundo as pesquisas realizadas na época, demonstram a efetividade e o sucesso da campanha em torno da sedimentação da imagem da nova capital como legítima, como que satisfazendo anseios sociais pela mudança.

Aos projetistas, principalmente na figura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, aquela oportunidade significou um momento ímpar em suas carreiras e, o seria também, para qualquer arquiteto e urbanista de qualquer parte do mundo. Poucos até ali tiveram a possibilidade de erguer toda uma cidade a partir do nada, com autonomia para seguir os conceitos que melhor lhes apossasse, como vimos no segundo capítulo.

As críticas que os projetistas receberam e recebem, a nosso ver, consignam àqueles profissionais, uma capacidade de planejamento e um poder de antecipação do futuro, que absolutamente, eles não tinham. Exemplo disto é a crítica feita pelo arquiteto americano James Holston (1993, pág.105), em “*A Cidade Modernista – uma crítica de Brasília e sua utopia*”:

Embora Brasília tivesse sido concebida com vistas à criação de uma sociedade modernizada, foi uma sociedade inteiramente diferente a que a construiu e ocupou. Na diferença entre as duas reside a contradição básica com a qual começa a história da cidade construída. Essa história constitui um “abrasileiramento” da cidade, uma “contrabrincadeira”, pode-se dizer, à “brincadeira” de Lúcio Costa no seu plano piloto, já que o dinamismo da sociedade brasileira inequivocadamente destruiu as esperanças utópicas que o plano continha.

O diagnóstico de Holston é correto quando diz que havia uma diferença básica entre a sociedade que construiu Brasília e a sociedade que ela queria representar. Porém, devemos nos ater ao fato de que, o discurso de que Brasília representaria um Brasil modernizado, industrializado, rico e politicamente avançado era do governo, não dos projetistas. Foram usados conceitos socializantes nas concepções urbana e arquitetônica da capital, é verdade, aquelas relacionadas aos fundamentos da *Carta de Atenas*, descritas na introdução e primeiro capítulo, porém, não há depoimentos por parte de Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer dizendo que quisessem mudar a sociedade brasileira a partir das concepções utilizadas em Brasília.

Onde Holston enxerga um problema, na verdade reside uma qualidade. Foi importante para a legitimação da nova capital a sua ocupação por aquela sociedade real, brasileira, que a construiu. Querer que Brasília se mantivesse “pura” em suas concepções, isolada, apartada do resto da sociedade, conferiria uma onipotência inimaginável aos projetistas. Para isso, até que limites eles teriam que planejar para impedir a ocupação desordenada do entorno do Plano Piloto?

O que Holston chama de “*contrabrincadeira*” à “*brincadeira*” de Lúcio Costa, não passa de um choque de realidade, de uma adequação da cidade à conjuntura sócioeconômica brasileira que, infelizmente, estava longe de ser a de um país com igualdade de oportunidades, riqueza e modernidade.

Por outro lado, como tentamos demonstrar no primeiro capítulo, havia uma emergência do pensamento racionalista e funcionalista na comunidade profissional da arquitetura e urbanismo brasileiros da época. Como vimos, grande parte dos projetos premiados do Plano Piloto tinham a preocupação de setorizar a cidade de acordo com suas funções, alguns até exageradamente, deixando a capital mais com o aspecto de uma colônia em Marte, do que de uma cidade.

Em todos os planos concorrentes houve uma grande ênfase na circulação, com a malha viária bem marcada e racionalizada. Com isso, todos pressupunham uma cidade adaptada à burocracia federal, com salários acima da média nacional e condições de adquirir e se deslocar em seus próprios veículos. Em qualquer dos planos, as distâncias seriam enormes, assim como o são no projeto de Lúcio Costa, ou seja, Brasília não foi uma cidade planejada para o pedestre. Para haver condições de mobilidade confortável e generalizada a todas as camadas sociais, demandaria a implantação de um sistema de transporte público racionalizado e eficiente, coisa que não aconteceu, o que, de qualquer modo, fugia às prerrogativas dos projetistas.

Finalizando, interpretamos o evento Brasília como o resultado de uma conjuntura muito específica, pela qual passava o Brasil naqueles anos. Havíamos saído de uma crise política que culminou com a própria morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Ao mesmo tempo, o perfil de Juscelino Kubitschek, já consolidado na época como o de um administrador dinâmico e comprometido com o crescimento econômico do país, coincidia com as tendências de planejamento e planificação, influentes no Brasil e na América Latina naquele período.

Nesse sentido, identificamos uma coerência intrínseca entre o discurso nacional-desenvolvimentista e a estética urbano-arquitetônica modernista, que pregava a racionalização e a planificação, tanto do espaço urbano, quanto da habitação. Com isso, a simbiose entre as aspirações político-econômicas e a estética modernista, com esta representando aquelas perante a nação, configurou um processo bastante lógico e quase

automático. Como vimos, caso o plano de Lúcio Costa não fosse o escolhido, outro o seria dentre aqueles concorrentes estruturados a partir de semelhantes princípios conceituais modernizantes. Por sua vez, a arquitetura que o ocuparia seria invariavelmente a de Oscar Niemeyer, já de antemão escolhido por Juscelino como o arquiteto oficial. Portanto, a aparência de cidade modernista emergiria, de uma forma ou de outra.

Podemos questionar se aquelas previsões e anseios suscitados por Brasília tornaram-se realidade. Provavelmente, alguns diriam que sim, a maioria poderia dizer que não. Porém, não podemos negar que, a partir daqueles anos, ao caminho trilhado pelo Brasil, em termos econômicos, sociais, culturais e administrativos, foram acrescentadas novas e enriquecedoras perspectivas práticas e simbólicas.

Naquela conjuntura de liberdade e efervescência intelectual foram gestados o Cinema Novo e a Bossa Nova, que colocaram o Brasil no mapa cultural mundial. Brasília, por sua vez, além de proporcionar uma elevação da auto-estima dos brasileiros, mostrou sua capacidade de trabalho e criatividade para propor soluções na adversidade. Onde tudo parecia apontar para o desastre e malogro inexoráveis, conseguiu-se aglutinar e motivar forças que trabalharam por uma causa comum: construir a capital. Mas essa motivação não se restringiu apenas àquele evento, ela contaminou muitas camadas sociais, oferecendo o impulso necessário para que buscassem novas oportunidades de crescimento e inserção econômica e social.

Nem os eventos políticos e sociais que vieram após a inauguração de Brasília, nos anos seguintes, tiveram a capacidade e força para desviar o país do rumo apontado pelo nacional-desenvolvimentismo, ou seja, a única alternativa para o Brasil era crescer economicamente, se industrializar, gerar empregos e se inserir na ordem econômica mundial.

Bibliografia

- AMARAL, Aracy. Modernidade e Nacionalismo no Brasil. *In*: Cardoso, L.A.F., Oliveira, O.F. (Orgs.). **(Re) Discutindo o Modernismo. Universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1977, p.52 a 56.
- ANDRADE, Ana Maria M. de Souza. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense em novembro de 1990.
- ARAÚJO, Anete. A construção do Movimento Moderno: entre a arquitetura e a historiografia. *In*: Cardoso, L.A.F., Oliveira, O.F. (Orgs.). **(Re) Discutindo o Modernismo. Universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1977, p.70 a 78.
- BACON, Edmund N. **Design of cities**. U.S.A.: M.I.T. Press, 1969.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença do Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BENEVOLO, Leonardo. **La captura del infinito**. Madrid: Celeste Ediciones. 1994.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BOBBIO, Norberto, Matteucci, Nicola, Pasquino, Giancarlo (Coords.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. Vol. I p.585 a 597.
- BOESIGER, Willy. **Le Corbusier**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIER, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRAGA, Milton L. De Aleida. **O concurso de Brasília: os sete projetos premiados**. Dissertação de Mestrado apresentada na FAU-USP em 1999.
- BRANDÃO, Carlos A. Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.

- BRITO, Mário da Silva. **História do Modernismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- CAPELATI, Maria H. R., DUTRA, Eliana R. de Freitas. Representação Política. O Reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. *In* CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2002, pp. 227 a 267.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956 – 1998**. Tese de doutorado defendida em agosto de 1998 na FAU-USP.
- CASTRO, Silvio. **Teoria e política do Modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes. 1979.
- CHATTERJEE, Partha. El nacionalismo como problema em la historia de las ideas políticas. *In*: BRAVO, Álvaro Fernandez (comp.). **La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Manantial, 2000. p.123 a 164.
- COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: Registro de uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1993.
- FERRARO, Alceu Ravello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os sentidos?** Revista Educação & Sociedade. Vol. 23, N. 81. Campinas, dez. de 2002. Disponível em: www.scielo.br
- FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene M. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (organizador). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.107 a 154.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GOITIA, Fernando C. **Breve História do urbanismo**. Lisboa: Editora Presença, 1992.
- GOMBRICH, Ernest. **A História da Arte**. São Paulo: LTC, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida**

- privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Vol. IV, Cap. 8, p.489 a 558.
- GOROVITZ, Matheus. **Brasília, uma questão de escala.** São Paulo: Projeto, 1985.
- GULLAR, Ferreira. **Vanguarda e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- HELENA, Lúcia. **Modernismo brasileiro e vanguarda.** São Paulo: Ática. 1986.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IBGE – **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- IBGE – **Anuário estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na atualidade brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** Campinas: Papyrus, 1996..
- KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- KUBITSCHKEK, Juscelino – **Discursos 1956.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: 1958.
- KUBITSCHKEK, Juscelino – **Discursos 1957.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: 1958.
- KUBITSCHKEK, Juscelino – **Discursos 1958.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: 1959.
- KUBITSCHKEK, Juscelino – **Discursos 1959.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: 1960.
- KUBITSCHKEK, Juscelino – **Discursos 1960.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: 1960.
- LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961). Processo de planejamento e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Imprensa Carioca nos Anos 50: os “Anos Dourados”*.
In: A Imprensa em Transição: O jornalismo brasileiro nos Anos 50. Abreu, Alzira Alves de; Lattman-Weltman, Fernando; Ferreira, Marieta de Moraes; Ramos, Plínio de Abreu. (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LEITE, Aureliano. **História da civilização paulista**. São Paulo: Martins Fontes. 1954.
- LEPETIT, Bernard. *Das Capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês*. *In: SALGUEIRO, Heliana A., (Org.). Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.41 a 63.
- LOBO, Maria da Silveira. **Brasília, da utopia à distopia**. Tese de doutorado. FAU-USP. 2002.
- LOPES, Luís Carlos. **Projeto Brasília: modernidade e História**. Tese de doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. 1992.
- MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARQUETTI, Aldamir. **A economia brasileira no capitalismo neoliberal: progresso Técnico, Crescimento e Mudança Institucional**. Disponível em www.econ.fea.usp.br. Artigo em PDF, 2004).
- MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MELLO, João M. C.; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Vol.IV, Cap. 9, p. 559 a 658.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Dossiê: Mídia e Política**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, Número 22, p. 7 a 12, jun. 2004) Disponível em <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br>
- MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: margens da modernidade**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Casa Lúcio Costa, 2002.
- MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. **Inventários de identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade - um meio para muitos fins (1956 – 1961)**. Vitória: EDUFES, 1998.

- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Um salto para o futuro. *In: Revista Nossa História*. Número 23, p. 16.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Utopia no Planalto. *In: Revista Nossa História*. Número 23, p. 23.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NORONHA, Silvia. A herança da epopéia desenvolvimentista. *In: Revista Rumos*. Ano 26, nr.191, p.26 a 33, dez.2001.
- PAIVA, Maria A. Pinto. **Espaço público e representação política**. Niterói: Ed. UFF, 2000.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- PANOFSKY, Erwin. **A perspectiva como forma simbólica**. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: ideologia e realidade**. São Paulo: Projeto, 1985.
- PESSOA, José (Org.). **Lúcio Costa: documentos de trabalho**. Riode Janeiro: IPHAN, 1999.
- PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e utopia: a gênese da Haussmannização. *In: SALGUEIRO, Heliana A (Org.). Cidades Capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.65 a 101.
- PINTO, Maria Inez M. Borges. **Urbes Industrializada: O Modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade**. *Revista Brasileira de História*, 21 (42), p. 435 a 455, 2001.
- PRADO, Antônio Armani. **1922, itinerário de uma falsa vanguarda**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- RAMOS, Plínio de Abreu. A Imprensa Nacionalista no Brasil. *In: A Imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50*. Abreu, Alzira Alves de; Lattman-Weltman, Fernando; Ferreira, Marieta de Moraes; Ramos, Plínio de Abreu. (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALGUEIRO, Heliana A (Org.). **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- SAMPAIO, Antônio H. Lima. A Ideologia do Movimento Moderno e a Cidade. *In: Cardoso, L.A.F., Oliveira, O.F. (Organizadores) (Re) Discutindo o Modernismo. universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA,

1977, pp. 57 a 69.

SANTOS, Pedro A. Gomes. **A Classe Média vai ao paraíso – JK em Manchete**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SCHNEIDER, Wolf. **De Babilônia à Brasília**. São Paulo: Boa Leitura, data: não mencionada.

SILVA, Suely Braga. **50 anos em 5: A Odisséia desenvolvimentista**. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

SIMÕES, Josane Guerra. **Sirênico canto - Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEENBERGEN, Clemens, REH, Wounter. **Arquitectura y paysage**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S/A, 2001.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e Modernismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes. 1973.

TÉRAN, Fernando de. **Madri**. Madri: Mateu Cromo Artes Gráficas S/A, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

WISNIK, Guilherme. **Lucio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

VESENTINI, José Willian. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ANEXO A – Relação de reportagens analisadas da revista *Manchete*.

- 07/01/1956 - O ministério de Juscelino, p.16-7.
- 14/01/1956 - Juscelino toma café com Ike, p.6 a 9.
- 21/01/1956 - As 4 rainhas do mundo recebem Juscelino, p.6 a 9.
- 04/02/1956 - Posse festiva de Juscelino e Jango, p.4 a 10.
- 11/02/1956 - O Presidente Juscelino à imprensa, p.29 a 41.
- 11/02/1956 - O primeiro ministério de JK, p.29 a 41.
- 18/02/1956 - Como vai o governo? JK visto pela oposição e situação, p.26.
- 03/03/1956 - Juscelino e a situação nacional, p.8.
- 14/04/1956 - Juscelino e Jânio: novo J-J?, p.7.
- 14/04/1956 - Como vai o governo? JK visto pela oposição e situação, p.16.
- 28/04/1956 - JK rompe a cortina do petróleo, p.8 a 10.
- 19/05/1956 - Nova capital: só falta mudar, p.64-5.
- 26/05/1956 - JK despacha nas nuvens, p.6-7.
- 02/06/1956 - JK abre o jogo (de boliche), p.8.
- 02/06/1956 - Deus também quer a mudança da capital, p.70 a 73.
- 09/06/1956 - JK realizará, o clero vigiará, p.48.
- 01/09/1956 - Manchete viu de perto o QG secreto de JK, p.67 a 69.
- 29/09/1956 - JK a 100 Km para três Marias, p.46-7.
- 03/10/1956 - O mar vai engolir Copacabana, p.34 a 36.
- 20/10/1956 - Na nova capital, Lott se rende a uma flor, p.20-1
- 27/10/1956 - Brasília, p.2.
- 08/12/1956 - Carros DKW feitos em São Paulo, p.4.
- 15/12/1956 - O Professor JK foi ver como vai Brasília, p.4.
- 12/01/1957 - JK na Amazônia: regime consolidado, p.4.
- 02/02/1957 - O seu carro vem aí, p.60 a 65.
- 02/02/1957 - Venci porque nunca tive medo, p.10 a 15.
- 02/02/1957 - Caminhão na estrada e dinheiro no bolso, p.60 a 65.
- 09/02/1957 - Não vale a pena dever pouco, p.32 a 34.
- 09/02/1957 - A marinha sorri a Juscelino, p.5.

- 16/02/1957 - Brasília sem palácios e sem favelas, p.38-9.
- 23/02/1957 - Presidente do conselho municipal de Paris, p.4.
- 16/03/1957 - JK e o coração artificial, p.5.
- 30/03/1957 - O Brasil terá petróleo para dar e vender, p.34 a 38.
- 11/05/1957 - Brasília: segunda primeira missa, p.8 a 10.
- 25/05/1957 - JK, libertador, p.5.
- 08/06/1957 - JK e o cinema: protetor, p.8.
- 06/07/1957 - JK teleguiado em Fernando de Noronha, p.9.
- 10/08/1957 - Estatismo ou livre empresa, p.36 a 41.
- 23/08/1957 - JK recebe os artistas, p.5.
- 21/09/1957 - A cidade ideal e Marcelo Roberto, p.78-9.
- 28/09/1957 - JK abre a maior mostra de arte do século: a Bienal, p.12 a 15.
- 02/11/1957 - A fome de petróleo do nordeste vai ter uma resposta: Mataripe, p.4 a 9.
- 09/11/1957 - JK na Remington: "Prossigam sua tarefa!", p.36-7.
- 16/11/1957 - O governo janta em família sem casaca e sem protocolo, p.62-3.
- 30/11/1957 - JK entra na era supersônica, p.14 a 17.
- 28/12/1957 - Na capital de amanhã, as saudades de ontem, p.66-7.
- 04/01/1958 - Desconfiança, desalento e apreensão, p.16-7.
- 04/01/1958 - Otimismo, progresso e esperança, p.18-9.
- 11/01/1958 - Coluna Um e Outras (JK gargalhando-só fotografias com legenda), p.50-1.
- 01/02/1958 - JK sopra duas velinhas no bolo da legalidade, p.12 a 17.
- 08/02/1958 - Reator paulista produz átomos para paz política, p.20-1.
- 08/02/1958 - Pampulha cheia (de gente). JK paga promessa, p.21-2.
- 29/03/1958 - José Moraes morreu e Juscelino levou flor, p.16.
- 07/06/1958 - Indústria (nacional) de carros engrena a primeira: não vai parar, p.21.
- 07/06/1958 - JK ok?, p.18 a 21.
- 28/06/1958 - Ike e JK no eixo Washington-Rio, p.83 a 87.
- 28/06/1958 - Kubitschek: uma família muito feliz, p.24 a 31.
- 28/06/1958 - Máquinas de costura do Brasil para o mundo, p.21.
- 05/07/1958 - A meta que JK esqueceu, p.12.
- 12/07/1958 - Automóvel brasileiro: maioria aos 5 anos, p.86 a 89.

12/07/1958 - Canaã, paralelo 20, p.70 a 76.

19/07/1958 - JK, o torcedor número 1 vibrou com a rapaziada, p.68-9.

19/07/1958 - Os primos pobres de canaã, p.30 a 36.

19/07/1958 - "Premiere" de Brasília, p.16-7.

23/08/1958 - Cartas de JK: interesse do Brasil na coesão das forças continentais, p.29.

23/08/1958 - Dulles veio para ajudar, p.26 a 28.

06/09/1958 - O maior túnel contínuo, p.86.

13/09/1958 - O criador diante da criatura, p.90 a 94.

20/09/1958 - O mistério da nona mansão (sobre o ISEB), p.72 a 76.

04/10/1958 - JK liberou Machado de Assis, p.76 a 80.

25/10/1958 - JK vai dançar a segunda valsa de pai de debutante, p.34.

29/11/1958 - Brasília demonstra que o impossível acontece, p.22 a 26.

06/12/1958 - Agitação bate à porta de JK, p.8 a 15.

20/12/1958 - Brasília: nem tudo é legal, p.66 a 68.

27/12/1958 - JK deu ordem e a "guerra" começou, p.34 a 36.

24/01/1959 - JK preside cerimônia na Sé: o batismo dos sinos.

31/01/1959 - A morte do pioneiro, p.25.

31/01/1959 - Belém-Brasília, p.42 a 51.

31/01/1959 - Brasília quer o GP do municipal, p.15-6.

07/02/1959 - Terra mar e ar nas metas de JK, p.6 a 11.

14/03/1959 - Comida não é luxo: JK manda conter, p.6 a 11.

21/03/1959 - O Sr. JK e a meta pão, p.21.

25/04/1959 - Belém-Brasília povoada, p.18-9.

25/04/1959 - Kubitschek enfrenta um arroz amargo, p.21 a 24.

30/05/1959 - Primeiro posto de gasolina em Brasília, p.13.

30/05/1959 - Mais cinco anos para JK, p.66 a 69.

06/06/1959 - JK e Sukarno: Brasília, p.14.

13/06/1959 - Revolução de Três Marias, p.11 a 18.

20/06/1959 - Belo Horizonte-Brasília, p.64 a 67.

04/07/1959 - Juscelino fala e o Brasil anda, p.68 a 72.

04/07/1959 - Batalha do petróleo, p.45 a 52.

18/07/1959 - Interromper Brasília seria agir contra o Brasil, p.18.
18/07/1959 - Nacionalismo, entreguismo, patriotismo, p.41.
25/07/1959 - Os automóveis assombram o Brasil, p.87.
25/07/1959 - JK e Maria Ester Bueno-Capa
08/08/1959 - Brasília em última instância, p.42 a 44.
15/08/1959 - Marlene e JK entenderam-se em francês, p.5.
15/08/1959 - Tempestade em copo d'água, p.78 a 80.
15/08/1959 - Em 1970 um veículo para cada 16 pessoas, p.90 a 92.
05/09/1959 - JK no Rotary de São Paulo, p.77.
19/09/1959 - Conversa com o leitor: Brasília, p.3.
19/09/1959 - A capital da esperança, p.20 a 37.
19/09/1959 - Ditadura urbanística em ação, p.14 a 17.
14/11/1959 - JK ao "Time": "Em vinte anos o Brasil será a quarta potência", p.39.
21/11/1959 - Por que denunciei Brasília, p.70-1.
05/12/1959 - Brasília no caminho da fé, p.42-3.
05/12/1959 - Franceses debatem Brasília, p.99-100.
12/12/1959 - Israel, ditador da NOVACAP, p.32 a 34.
19/12/1959 - Volkswagen 100% brasileiro para o Brasil, p.14 a 17.
02/01/1960 - Perfil de 1959: Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, p.62-3.
16/01/1960 - Para Juscelino só um fato é importante: Brasília-1960, p.67.
23/01/1960 - JK recebe Ike, p.28 a 31.
23/01/1960 - Brasília festeja Israel Pinheiro, p.46-7.
23/01/1960 - O lado humano da operação mudança, p.66 a 68.
30/01/1960 - Bereta nacional de ouro para JK, p.28.
06/02/1960 - Conversa com o leitor-Brasília, p.3.
06/02/1960 - JK presta contas, p.6-7.
06/02/1960 - JK não esqueceu o Rio, p.8-9.
06/02/1960 - "Brasília - Capital da Esperança", p.20 a 37
06/02/1960 - 38 bilhões para as ferrovias, p.39.
06/02/1960 - Ampliação de Volta Redonda, p.40.
06/02/1960 - Três Marias: 7 Guanabaras, p.42-3.

06/02/1960 - Furnas: 1.200.000 Kw de capacidade final, p.44-5.
06/02/1960 - Rio-Belo Horizonte-São Paulo, p.48-9.
06/02/1960 - 18 mil operários constroem Fortaleza-São Paulo, p.50-1.
06/02/1960 - Rodovia da integração nacional, p. 73.
06/02/1960 - A Petrobrás é intocável, p. 33.
13/02/1960 - Segunda descoberta do Brasil, p.6 a 13.
20/02/1960 - Brasil de JK, p.16 a 29.
20/02/1960 - A indústria automobilística nacional deu provas de eficiência, p.30-1.
27/02/1960 - JK: a estrela sobe, p.86-7.
27/02/1960 - Navio ao mar ainda este ano, p.82 a 85.
05/03/1960 - Encontro marcado em Brasília, p.54 a 56.
02/04/1960 - O Brasil não pode parar: Furnas, p.34.
02/04/1960 - Vou-me embora para Brasília, p.24 a 29.
09/04/1960 - Conversa com o leitor: Brasília, p.3.
09/04/1960 - Um provinciano por decreto, p.34.
16/04/1960 - Todos os caminhos levam a Brasília, p.66 a 77.
16/04/1960 - A pé para Brasília, p.14 a 16.
23/04/1960 - Brasília na zona zero, p.24 a 27.
30/04/1960 - Nova era Brasília, p.8 a 25.
30/04/1960 - Brasil capital Brasília, p.42 a 45.
14/05/1960 - Lúcio Costa, o idealizador de Brasília, p.88-9.

ANEXO B – Relação de reportagens analisadas da revista *O Cruzeiro*.

- 28/01/1956 - A batalha que Juscelino Ganhou, p.140-1.
- 11/02/1956 - J.K. em busca de riqueza para o Brasil, p.106 a 108.
- 19/05/1956 - O regime não está ameaçado, p.12-3.
- 30/06/1956 - Em Campina Grande o encontro dos Bispos, p. 118 a 122.
- 10/11/1956 - Culpa de JK: Minas dá choque, p. 12 a 14.
- 15/12/1956 - Fortalecimento do poder civil do Presidente, p.148-9.
- 15/12/1956 - O Brasil compra navios, p.78.
- 26/01/1957 - Novos tesouros do Museu de arte de São Paulo no Palácio das Laranjeiras, p.50 a 65
- 26/01/1957 - A Amazônia não é mais inferno, p.88 a 98.
- 02/02/1957 - JK de fevereiro a janeiro, p.74 a 79.
- 09/02/1957 - Bolsa de seguros, p.12-3
- 09/02/1957 - Custo de vida e nacionalismo, focos da nova crise política, p.116-7.
- 16/02/1957 - JK na festa dos estudantes, p.32.
- 15/02/1957 - A situação deixou de ser militar para ser econômica, p.118-9.
- 02/03/1957 - JK no "Vera Cruz", p.88
- 09/03/1957 - Por que JK apóia a "Ala moça", p.118-9.
- 18/05/1957 - Ergue-se a cruz no planalto, p.133 a 135.
- 18/05/1957 - Nossa Senhora da Aparecida mudou-se para Brasília, p.132.
- 18/05/1957 - Brasília quer dizer amanhã, p.48-9.
- 15/06/1957 - Simpatia não governa, p.16-7.
- 29/06/1957 - Um brinquedo caro, p.16-7.
- 16/11/1957 - A primeira máquina de escrever brasileira, p.14-5.
- 07/12/1957 - Um fato em foco - JK e filha em show aéreo, p.121.
- 08/02/1958 - O Brasil entra na era atômica, p.14 a 18.
- 15/02/1958 - Retrato sem retoque do ensino no Brasil, p.38 a 43.
- 18/05/1958 - O café é uma garantia para o bem-estar da humanidade, p.37-8.
- 24/05/1958 - A culpa é sempre do maquinista, p. 104-5.
- 07/06/1958 - Ensino em Minas Gerais: nota zero, p.110 a 115.
- 28/06/1958 - Minas: Mais leite em pó para milhões de crianças, p.88 a 90.

05/07/1958 - Reforma política visando as "metas", p.76-7.
26/07/1958 - Braços abertos aos investimentos, p.116-7.
26/07/1958 - Margot chega ao futuro, p.59-60.
23/08/1958 - O Brasil ensina a Dulles o caminho da América Latina,p.28 a 34.
20/09/1958 - Gronchi retribui visita a JK, p.20 a 29.
11/10/1958 - Gigantes de aço abrem a rota Belém-Brasília, p.60 a 64.
01/11/1958 - Produzimos, finalmente, todo o estanho de que precisamos, p.78 a 83.
29/11/1958 - A vaca das mil tetas, p.82-3.
20/12/1958 - Da água nasceu uma estátua, p.46 a 48.
20/12/1958 - Esperança do sertão esquecido, p.102 a 105.
10/01/1959 - Começou a era naval no Brasil, p.10-1.
17/01/1959 - Juiz de fora já pode voar, p.36 a 39.
24/01/1959 - Transporte, uma vergonha nacional, p.32 a 36.
14/02/1959 - Inauguradas novas instalações da Ford, p.52-3.
21/02/1959 - O plástico é hoje uma indústria pesada, p.74 a 77.
21/02/1959 - JK Presidente alado, p.32-3.
21/02/1959 - Lamento de um João-ninguém, p.58-9.
28/02/1959 - O patrão do meu patrão, p.110-1.
07/03/1959 - Nossa Senhora da selva abençoa a Belém-Brasília, p.36 a 41.
14/03/1959 - A alegria de palhaço, p.89-90.
07/03/1959 - Secretário de JK não tem hora, p.36-7.
07/03/1959 - Um fato em foco: Operação Nordeste, p.105.
07/03/1959 - Promissória vencida, p.110-1.
07/03/1959 - Pressão sobre JK: candidato já, p.36-7.
04/04/1959 - São José dos Campos: o gigante muda o passo, p.44 a 49.
11/04/1959 - Como vejo o governo Kubitschek, p.104.
11/04/1959 - Mané fogueteiro, p.16-7.
09/05/1959 - BR-2: estrada da integração nacional, p.66 a 69.
13/06/1959 - Brasília ganha miss de olhos cor do mar, p.88 a 98.
13/06/1959 - Um fato em foco: JK e miss Brasília, p.18.
25/07/1959 - A barragem de Camargos, p.56 a 60.

25/07/1959 - Uma estrela nasceu com Maria Ester, p.120-1.
25/07/1959 - Rio quer mudar para Brasília, p.84-5.
01/08/1959 - 10 maneiras de evitar o indesejável, p.4-5.
06/09/1959 - A Condessa e o Presidente, p.122-3.
19/10/1959 - JK convidou Miss Universo a visitar Brasília, p.8-9.
07/11/1959 - Furnas: Brasil de amanhã, p.46 a 51.
21/11/1959 - Falta alguém no Juqueri, p.4-5.
21/11/1959 - Missão cumprida, p.82-3.
05/12/1959 - Isto é Brasília, p.62 a 71.
27/02/1960 - Vovô vai para Brasília, p.8-9.
27/02/1960 - Veículos nacionais na rota do Brasil novo, p.36 a 37.
27/02/1960 - De Belém a Brasília com tração em 2 rodas, p.96 a 99.
27/02/1960 - Sobre a carniça de Kubitshek, a carne seca de Jânio Quadros, p.102.
27/02/1960 - Pioneiros da Belém-Brasília, p.34 a 35.
02/04/1960 - JK não quer ficar, p.88 a 93.
23/04/1960 - Goiânia e Brasília, p.45.
07/05/1960 - O futuro já tem capital: Brasília, p.58 a 79.
07/05/1960 - Editorial: Brasília, p.3.
07/05/1960 - Brasil ouviu JK, p.80.
07/05/1960 - Brasil e Brasília nasceram sob a mesma cruz, p.58.
07/05/1960 - Brasília: um pontapé no pessimismo, p.60.
07/05/1960 - Brasília: volta ao mundo em 24 horas, p 62
07/05/1960 - Cabeça de Juscelino faz o Brasil pensar certo, p.64
07/05/1960 - Brasília é a luta pelo oeste, p.108-9.
14/05/1960 - Brasília foi crise na sucessão, p.106-7.
21/05/1960 - Brasília: maioria chegou cedo, p.38 a 43.
21/05/1960 - Kubitschek em Toledo, p.104-5.
28/05/1960 - Conheça Brasília por dentro, p.134 a 145.
18/06/1960 - Ritmo JK na trilha de Rondon, p.84 a 89.
23/07/1960 - Acre-Brasília: última árvore, p.17.
27/08/1960 - Monumento a JK em Brasília.

- 27/08/1960 - JK conquistou Portugal, p.6 a 18.
- 03/09/1960 - O Henriquinho marchou para leste, p.35 a 42.
- 01/10/1960 - JK sai intacto da campanha, p.36.
- 05/11/1960 - Funcionários invadem edifícios em Brasília, p. 137.
- 28/11/1960 - Navio ao mar: indústria naval renasceu, p.128-9.
- 28/11/1960 - Monlevade: novo passo para a emancipação econômica nacional, p.128-9.